

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA EMÍLIA GOMES FERNANDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS
ESTADUAIS DE ANOS INICIAIS EM FRANCA (SP): ações, demandas e
perspectivas**

**FRANCA
2021**

ANA EMÍLIA GOMES FERNANDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS
ESTADUAIS DE ANOS INICIAIS EM FRANCA (SP): ações, demandas e
perspectivas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de concentração: Desenvolvimento Social

Linha de Pesquisa: Políticas, gestão e formação na educação

Orientadora: Profa. Dra. Camila Fernanda Bassetto Sampaio

FRANCA

2021

F363p

Fernandes, Ana Emilia Gomes

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS
ESCOLAS ESTADUAIS DE ANOS INICIAIS EM FRANCA (SP) :
ações, demandas e perspectivas / Ana Emilia Gomes Fernandes. --
Franca, 2021

104 p. : il., tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Camila Fernanda Bassetto Sampaio

1. Políticas Públicas. 2. Educação Financeira. 3. Escolas Públicas.
4. Professores de Ensino Fundamental. I. Título.

ANA EMÍLIA GOMES FERNANDES

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS
ESTADUAIS DE ANOS INICIAIS EM FRANCA (SP): ações, demandas e
perspectivas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de concentração: Desenvolvimento Social. Linha de Pesquisa: Políticas, gestão e formação na educação.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:

Profa. Dra. Camila Fernanda Bassetto Sampaio - UNESP/FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior - UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Cristiane Azevedo dos Santos Pessoa - UFPE (Edumatec) – Universidade Federal de Pernambuco

Franca, ____ de _____ de 2021.

DEDICATÓRIA

*A todas as famílias brasileiras que sofreram perdas
inestimáveis durante a pandemia da doença
COVID-19, em especial:*

*Aos milhares de brasileiros mortos, vítimas da
doença COVID-19 e aos seus familiares.*

*A todos os indivíduos que perderam o emprego,
fecharam suas empresas, tiveram redução de salário
ou outros prejuízos na fonte de renda,
comprometendo o consumo familiar.*

*A todos e todas que conseguiram driblar os altos
índices de inflação e sobreviver à crise econômica
do país.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu esposo, meus pais, irmãos, amigos e demais familiares por sempre estarem ao meu lado e compreenderem minha ausência em diversos momentos, decorrente do meu comprometimento com esta pesquisa.

À Profa. Dra. Camila Fernanda Bassetto Sampaio pela orientação, confiança, amizade, humildade e generosidade em todos os momentos no decorrer da elaboração deste trabalho, assim como pela oportunidade de sua parceria na autoria de outros trabalhos científicos.

A todos os professores que participaram da minha vida escolar e acadêmica, em especial aos professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp Câmpus de Franca, os quais contribuíram significativamente para meu desenvolvimento e aprendizado.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, que me concederam a honra do aceite ao meu convite: Prof^a. Dra. Cristiane Azevêdo dos Santos Pessoa, Prof^a. Dra. Joana Corrêa Goulart, Prof^a. Dra. Erika Capelato, Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior e Prof. Dr. Alvaro Martim Guedes.

À Diretoria de Ensino de Franca pelo apoio na realização deste projeto, sem o qual este estudo não seria possível.

Aos grupos de pesquisa do qual faço parte – LAP (Laboratório de Análise de Política), sob coordenação do Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes, da Unesp Franca e NEFIP (Grupo Pesquisa de Ponta), sob coordenação do Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao grupo de pesquisa GREDAM (Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem de Matemática na Educação Básica), sob coordenação da Profa. Cristiane Pessoa, da Universidade Federal de Pernambuco, que me acolheu como ouvinte ao final deste estudo.

Acima de todos, a Deus, pela oportunidade de concretizar mais uma etapa de meus estudos e por permitir a cada dia minha evolução e aprendizado na busca de me tornar um ser humano melhor.

FERNANDES, Ana Emília Gomes. **Políticas Públicas de Educação Financeiras nas escolas estaduais de anos iniciais em Franca (SP): ações, demandas e perspectivas.** 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2021.

RESUMO

O presente estudo investigou políticas públicas de Educação Financeira que vigoram nas escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na rede estadual da cidade de Franca (SP), bem como demandas e perspectivas futuras com base no conhecimento dos educadores. Para tanto, realizou-se, inicialmente, um estudo teórico a partir de pesquisas e documentos oficiais sobre o tema Políticas Públicas de Educação Financeira nas escolas. Em seguida, foram enviados dois questionários estruturados, por meio de formulário eletrônico tipo survey, para os gestores e professores das dezessete unidades de ensino estaduais que atendem o Ensino Fundamental – Anos Iniciais - na Diretoria de Ensino – Região de Franca. O primeiro questionário buscou identificar, junto aos gestores, a existência e necessidade de políticas públicas de Educação Financeira voltadas para os estudantes, enquanto o segundo questionário visou verificar o conhecimento dos professores sobre finanças pessoais, revelando tendências comportamentais e hábitos financeiros dos docentes sobre planejamento do uso de recursos, poupança ativa, uso do crédito e investimentos. Embora haja políticas públicas de Educação Financeira vigentes no país, os resultados indicam pouco conhecimento sobre as mesmas por parte dos gestores escolares, bem como escassez de informações sobre o tema e conhecimento deficitário de finanças pessoais por parte dos docentes nas escolas pesquisadas. Desta forma, os dados levantados sugerem haver a necessidade de novas políticas de Educação Financeira direcionadas a este público. Deste modo, o produto educacional resultante do estudo constituiu-se de uma página na internet direcionada aos estudantes, professores, gestores, famílias e demais membros da comunidade escolar interessados, contendo um conjunto de informações, numa proposta de apresentação e divulgação da Educação Financeira nas escolas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação Financeira. Escola Pública. Professores de Ensino Fundamental.

FERNANDES, Ana Emília Gomes. **Financial Education Public Policies on State elementary schools in Franca (State of São Paulo): actions, demands and perspectives.** 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2021.

ABSTRACT

The current essay looked into the financial education public policies currently being enforced in the elementary state schools in the city of Franca, state of São Paulo, as well as demands and future prospects based on teachers' knowledge. For this purpose, a theoretical study on researches and official documents about financial literacy public policies in schools was done. Subsequently, two structured questionnaires were sent, through online surveys, to teachers and managers of the seventeen elementary schools of the Franca area. The first survey tried to identify, along with the managers, the existence and the need for financial education public policies aimed for the students, whereas the second survey had the goal of verifying the knowledge of teachers about personal finances, revealing behavioral trends and their habits related to resource planning, savings, credit use and investments. Although there are Financial Education public policies being enforced in Brazil, the results show little awareness from school managers on the subject, as well as a lack of information and a meagre personal finances knowledge from the teachers of the researched schools. Thus, the gathered data suggests the need for new financial education policies targeting this public. Therefore, the educational product emerging from this essay was the creation of a webpage destined to students, teachers, managers, families and other interested community members, containing sets of information, proposing and spreading financial education in schools.

Keywords: Public Policies. Financial Education. Public Schools. Elementary School Teachers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Busca por título de pesquisa no Google Acadêmico.....	16
Figura 2 – Respostas da quarta, quinta e sexta questões	57
Figura 3 – Percentual de professores, de acordo com a faixa etária	63
Figura 4 – Faixa etária por tempo de atuação docente do respondente	64
Figura 5 – Nível de escolaridade dos professores respondentes.....	65
Figura 6 – Formação inicial do respondente	66
Figura 7 – Costume dos professores ao planejar o futuro.....	68
Figura 8 – Planejamento para o futuro e participação em cursos de Educação Financeira.....	68
Figura 9 – Nível de satisfação com o Planejamento Financeiro.....	70
Figura 10 – Reação diante de uma promoção	71
Figura 11 – Hábito de poupança ativa.....	74
Figura 12 – Frase que mais se identifica.....	77
Figura 13 – Imagem da página inicial e seções do site	86
Figura 14 – Testes de autoconhecimento financeiro	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Discursos comuns no ambiente escolar	13
Quadro 2 – Formulário aplicado aos gestores.....	54
Quadro 3 – Transcrição das justificativas dos gestores para contemplar educação financeira na escola	57
Quadro 4 – Formulário aplicado aos professores – Perfil sociodemográfico ...	62
Quadro 5 – Formulário aplicado aos professores – planejamento do uso de recursos.....	67
Quadro 6 – Formulário aplicado aos professores – poupança ativa	73
Quadro 7 – Formulário aplicado aos professores – uso do crédito e investimentos	76
Quadro 8 – Perguntas e respostas frequentes do site	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo de negativados no serviço central de proteção ao crédito (SCPC) na cidade de Franca – SP e famílias inadimplentes no Estado/País.....50

LISTA DE SIGLAS

ACIF	Associação do Comércio e Indústria de Franca
AE	Auxílio Emergencial
AEF-Brasil	Associação de Educação Financeira do Brasil
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CFPB	Consumer Financial Protection Bureau
CMSP	Centro de Mídias da Educação de São Paulo
CNC	Comércio de Bens e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CP	Currículo Paulista
CVM	Comissão de Valores Imobiliários
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DERF	Diretoria de Ensino Região de Franca
EAD	Ensino a Distância
EFAPE	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EVESP	Escola Virtual do Estado de São Paulo
FDD	Fundo de Defesa de Direitos Difusos
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base Nacional
MAS	Money Advice Service
MEC	Ministério da Educação

MEI	Microempreendedores Individuais
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
OCDE	Organização para o Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEFE	Programa de Educação Financeira nas Escolas
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEF	Programa Nacional de Educação Fiscal
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SCPC	Serviço Central de Proteção ao Crédito
SD	Situações Didáticas
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretarias de Educação Estaduais
SEDUC-SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SP	São Paulo
SPC-Brasil	Serviço de Proteção ao Crédito
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCT	Temas Contemporâneos Transversais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	19
2.1 Educação Financeira: o que é isso?.....	19
2.2 Políticas Públicas de educação financeira: para que servem?.....	23
2.3 Políticas Públicas de Educação financeira no Brasil e no mundo	25
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS.....	29
3.1 Cenário Nacional	34
3.2 Cenário Estadual	43
3.3 Cenário local da pesquisa	46
4 DA METODOLOGIA À LEITURA DOS DADOS	50
4.1 Formulário aplicado aos gestores	51
4.1.1 <i>Das Escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais.....</i>	<i>53</i>
4.1.2 <i>Outras contribuições da rede</i>	<i>55</i>
4.2 Formulário aplicado aos professores.....	57
4.2.1 <i>Perfil sociodemográfico</i>	<i>59</i>
4.2.2 <i>Planejamento do uso de recursos</i>	<i>63</i>
4.2.3 <i>Poupança ativa.....</i>	<i>68</i>
4.2.4 <i>Uso do crédito e investimentos</i>	<i>71</i>
5 A PESQUISA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	74
6 PROPOSIÇÃO DE UM PRODUTO FINAL À COMUNIDADE	80
6.1 Seção 1: Educação financeira.....	81
6.2 Seção 2: Políticas Públicas de Educação financeira	83
6.3 Seção 3: Programas nas escolas.....	84
6.4 Seção 4: Perguntas frequentes.....	85
6.5 Seção 5: Depoimentos	85
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

O contexto econômico contemporâneo brasileiro reflete, por meio do sistema capitalista, padrões de comportamento da sociedade de consumo e a importância do uso do dinheiro em nosso cotidiano. Este sistema estabelece por si só uma cultura de acumulação de recursos financeiros e materiais, instituindo de forma direta ou indireta o anseio pelo “ter” e pelas “compras”. A urgência de consumo e o descarte do bem adquirido tornaram-se imperativos na sociedade atual, volátil e “liquefeita” apresentada por Bauman (2008). Ainda segundo o autor, o consumo caracteriza-se como uma atividade diária, essencial para a sobrevivência e, portanto, impossível de ser suprimido, em oposição ao consumismo que se caracteriza pelo desejo intenso e crescente de produtos e serviços que satisfazem necessidades momentâneas e dão ao consumidor a sensação constante de pouco contentamento com os bens que possui.

Tal corrente ideológica rumo ao consumo se defronta com algumas questões e tomada de decisões sensíveis ao consumidor em relação ao planejamento e uso de recursos, à poupança ativa e ao uso de crédito, conforme adverte o Banco Central do Brasil (BCB), ao destacar o modelo teórico do Money Advice Service (MAS), do Reino Unido. Este modelo adotado pelo Banco Central do Brasil defende que os comportamentos do consumidor são influenciados por facilitadores e inibidores, isto é, “mentalidade (mentalidade de poupança, confiança financeira, gastos ponderados), habilidade (aptidões numéricas para finanças) e conexão (engajamento digital e engajamento financeiro)” (BCB, 2018, p. 22).

Diante desta dicotomia ideológica sobre o consumo e o uso do dinheiro é que me encontro inserida neste estudo. Licenciada em Pedagogia Plena, atuando na sala de aula dos Anos Iniciais¹ do Ensino Fundamental e na gestão pedagógica de instituições públicas e privadas desde 2006, tenho identificado, no ambiente escolar, alguns discursos sobre o consumo que me despertaram a atenção e que remetem ao uso e crenças em torno do dinheiro. Entretanto, reconheço-me, desde a infância, com discurso oposto à maioria dos docentes e membros da comunidade escolar na qual estou inserida.

¹ Instituições escolares de Anos Iniciais são escolas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Para validação, destaco no Quadro 1 alguns relatos que me chamaram a atenção no ambiente escolar (Educação Básica) e me motivaram a iniciar o presente estudo.

Quadro 1 - Discursos comuns no ambiente escolar

Estudantes:	Professores, gestores e funcionários:
- "não vou à festa junina porque não tenho dinheiro para gastar nas barraquinhas".	- "o salário já acabou, mas ainda estamos no início do mês";
- "meus pais não podem comprar nas lojas porque estão com o nome "sujo"".	- "não consigo ou não tenho hábito de poupar dinheiro";
- "os alunos da escola particular são "riquinhos" e são chatos".	- "já tenho vários itens como este, mas vou levar mais um";
- "não tenho uniforme porque minha mãe não tem dinheiro pra comprar".	- "estou muito "apertada(o)" no momento, não posso comprar... mas se você parcelar eu compro".

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes são alguns exemplos que, mobilizaram em mim o desejo de difundir e multiplicar, no âmbito escolar, as ideias já defendidas pelo Banco Central do Brasil: saber gerenciar bem o dinheiro dia a dia, oportunizando, assim, que um número cada vez maior de estudantes, professores, gestores, funcionários e familiares alcancem o bem-estar financeiro e tenham uma relação saudável com o dinheiro.

Nessa perspectiva, busquei investigar políticas públicas que ajudem a população brasileira a reconhecer, (re)pensar e melhorar hábitos financeiros, se assim desejarem, para maior inserção, participação, proteção e conhecimento do sistema financeiro. Tais capacidades oportunizam independência aos indivíduos, por meio da Educação e, neste trabalho, a trataremos como Educação Financeira.

Ao levantar questões relacionadas ao comportamento financeiro do consumidor, o BCB (2018) aponta para a importância de saber "gerenciar bem o dinheiro dia a dia", para se obter o bem-estar financeiro. Para isso, Ramos e Santos (2016) destacam a importância de conscientizar os indivíduos desde a infância, nas escolas, em relação ao consumismo e planejamento financeiro, cabendo à família e a escola, mostrar que a má gestão financeira pode acarretar danos profundos à economia, ao meio ambiente, às finanças pessoais e ao bem-estar social.

Ademais, Ramos e Santos (2016) defendem o tratamento do tema sob a perspectiva transversal humanística e ética, visando alertar o educando em relação ao uso inadequado dos recursos materiais e financeiros, do crédito e da poupança; à falta de planejamento a curto, médio e longo prazo (seja para reserva de emergência,

realização de sonhos ou projeto de aposentadoria); à produção, acúmulo e desperdício de lixo desnecessário; ao sucateamento do emprego e a desvalorização do trabalhador (por meio de bens de consumo produzidos pelo trabalho escravo ou mal remunerado), entre outros.

Este mote vem ganhando espaço nos estudos científicos desde a década de 2000, quando o governo brasileiro garantiu oportunidades para as classes sociais menos favorecidas, aumentando o poder de compra da população e suas responsabilidades, além de oportunizar que os consumidores mais pobres e menos informados adquirissem bens e serviços antes impraticáveis, como destacam Vieira e Pessoa (2020):

No entanto, ao mesmo tempo em que a sociedade começava a vivenciar uma nova forma de usufruir suas finanças, havia uma preocupação em orientá-la quanto aos prejuízos do consumo excessivo e à importância de um planejamento doméstico e familiar para evitar dívidas e desperdícios, preparando-se para um futuro financeiro saudável e equilibrado (VIEIRA; PESSOA, 2020, p. 663).

Diante da discussão que se arrola até aqui, Dowbor (2018) e Baltar (2015) apontam que a facilidade aumentada de obter “dinheiro na mão” propiciou o aumento do consumo das famílias, aqueceu a economia e favoreceu o financiamento de políticas sociais por parte do governo.

Este cenário social-desenvolvimentista mostrava-se muito promissor até que a facilidade de crédito sem orientações à população de como utilizá-lo resultou no crescimento dos índices de endividamento pessoal, principalmente por meio do uso do cartão de crédito. Conforme apresenta Kasznar (2009), o desconhecimento por parte da população em relação aos benefícios e riscos de se tomar ou conceder crédito, bem como a dificuldade de planejar gastos, culmina na facilidade de compra pelo consumidor, mas não garante o pagamento pelos produtos adquiridos. Logo, o crescimento nas vendas não é diretamente proporcional ao crescimento econômico, merecendo atenção analítica para não correr o risco de “emprestar em excesso” ou de assumir dívidas que não se pode pagar.

Distante da pretensão de criticar o consumo e as políticas da década dourada²(de 2003 a 2013), este estudo, assim como Dowbor (2018), destaca a importância do

² O termo década dourada brasileira, entre 2003 e 2013, indica o período dos governos Lula e o primeiro governo Dilma, em que o consumo foi fortemente elevado com um conjunto de políticas públicas que permitiram tirar dezenas de milhões de pessoas do índice de pobreza (BARONE, 2008).

consumo das famílias para a economia brasileira. É fato que é preciso ter dinheiro para consumir e este, por consequência, vem da remuneração pelo trabalho prestado. O autor defende que o consumo das famílias é um dos grandes, se não o maior, motor que faz com que a engrenagem econômica brasileira funcione satisfatoriamente. Isso significa que é preciso que as famílias tenham emprego e dinheiro para consumir, alimentando a demanda dos fabricantes, a geração de empregos, a arrecadação de impostos e a oferta de serviços públicos e gratuitos de qualidade à população. Este seria o cenário ideal, na visão do autor.

Desta forma, verifica-se que o consumo é necessário para mover a economia do país e, portanto, não se objetiva defender aqui atitudes como “não gastar”. Ao revés, resguarda-se a atenção para “quando” e “como” tomar decisões em relação ao uso do dinheiro, independentemente da idade ou quantidade de dinheiro que se tem, mas conferindo ao consumidor a responsabilidade intransferível e irrefutável de suas escolhas. Para tanto, é preciso oferecer à população acesso à Educação Financeira.

Esta preocupação não se limitou ao Brasil, como veremos no capítulo 1. Diversos países pelo mundo afora criaram estratégias de Educação Financeira para auxiliar a população a lidar com informações, serviços e produtos oferecidos pelos bancos e outras instituições financeiras, bem como apoiar as escolas na empreitada de incluir o tema nos currículos escolares.

Apesar das iniciativas dos governos nacionais, as pesquisas do Instituto Data Popular (2008), de Lusardi e Mitchell (2011a), SPC-BRASIL (2015) e AEF-Brasil (2018) indicam que a temática Educação Financeira ainda encontra dificuldades para alcançar o cotidiano familiar e escolar, visto que o conhecimento da população sobre este tema se mostra extremamente baixo e insuficiente para formar as futuras gerações de consumidores conscientes.

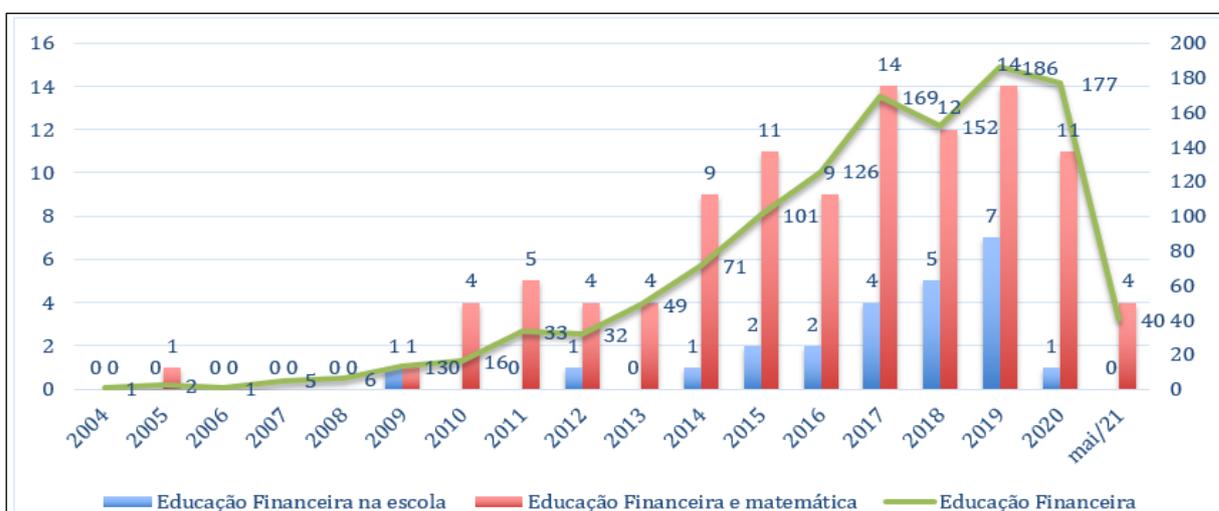
Sob esta perspectiva, a abordagem da Educação Financeira tornou-se mais presente e necessária na Educação Básica, a partir dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que o tema dinheiro acompanha a vida dos estudantes da mais tenra idade até a senilidade e, portanto, deve ser ensinado na escola, o quanto antes (RAMOS e SANTOS, 2016).

Cunha (2020) e Vanderlei, Silva e Almeida (2020) abordam em suas pesquisas a importância e necessidade de tratar a Educação Financeira desde a fase escolar, enquanto fator primordial para que, na fase adulta, saibam administrar com responsabilidade os ganhos e gastos, mas reiteram que é preciso ter cautela nos

conteúdos que se pretende ensinar na escola, não perdendo de vista a emancipação e segurança do cidadão adulto nas próprias escolhas financeiras.

Outrossim, a partir das recomendações sobre os princípios e boas práticas para Educação Financeira divulgadas em 2005 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), verifica-se ainda maior abordagem deste assunto no currículo escolar brasileiro e nas pesquisas científicas como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Busca por título de pesquisas no Google Acadêmico



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Ao pesquisar pelo título “Educação Financeira”, no site do Google Acadêmico, aba Pesquisa Avançada, não foram encontradas pesquisas anteriores ao ano de 2004 e, somadas todas as publicações deste período até maio de 2021, foram encontradas 1.180 (um mil, cento e oitenta) documentos. Por outro lado, ao buscar pelo título “Educação Financeira e matemática” foram encontrados 103 (cento e três) trabalhos no mesmo período, sendo a primeira pesquisa com foco na Educação Básica³ realizada em 2005. Ao delimitar a busca pelo título “Educação Financeira na escola”, o comportamento se acentua, sendo encontradas apenas 24 (vinte e quatro) publicações no mesmo período.

Percebe-se, portanto, que o tema Educação Financeira, quando abordado na escola, tem sido atrelado com maior ênfase à disciplina de matemática, por meio de

³ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Educação Básica é formada por três grandes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e é obrigatória a partir dos quatro anos de idade.

estudos envolvendo a etnomatemática (temas correlatos ao respeito à diversidade cultural e à cidadania e ao uso do dinheiro na vida cotidiana do aprendiz), a matemática financeira (aplicada à análise de dados, planilhas e cálculos financeiros previstos nas matrizes curriculares vigentes) e a matemática crítica (participação crítica na sociedade, discussão de questões políticas, econômicas, ambientais e éticas).

Embora já houvesse indicações de tratamento deste tema nos currículos escolares desde o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998), foi somente com o advento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) que o assunto passou a ser contemplado como obrigatório, tratado como Tema Contemporâneo Transversal⁴ e, incorporado por alguns Estados em suas diretrizes curriculares, como ocorreu com o Currículo Paulista (CP). Com isto, a Educação Financeira nas escolas vem ganhando espaço sob uma nova vertente interdisciplinar, nos debates e nas pesquisas científicas.

Diante deste cenário, o presente estudo tem como propósito investigar os Programas de Educação Financeira vigentes nas escolas estaduais do Ensino Fundamental – Anos Iniciais na cidade de Franca (S.P.), o conhecimento de finanças pessoais que os professores possuem e possíveis demandas e perspectivas futuras das escolas investigadas. Ademais, propõe um conteúdo digital informativo, destinado a alunos, professores e comunidade, contendo conceito, importância, implicações e políticas públicas de Educação Financeira nas escolas.

Para tanto, o capítulo 2 apresenta uma análise das políticas públicas de Educação Financeira existentes no mundo e no Brasil, baseando-se na leitura de pesquisas anteriores, de amparos legais e de clássicos da área pedagógica que abordam as temáticas. Com isso, busca-se exibir um panorama geral dos programas internacionais e nacionais de Educação Financeira. Em seguida, o capítulo 3 explica os reflexos dessas políticas nas escolas brasileiras, apontando políticas públicas estaduais e demandas regionais. Para melhor compreensão do objeto de pesquisa, o capítulo 4 descreve o cenário e a metodologia utilizada na coleta de dados, na construção dos roteiros dos formulários, além das justificativas que guiaram o processo. Além disso, faz uma leitura e interpretação dos resultados revelados nos questionários aplicados aos gestores e professores das unidades escolares

⁴ Tema Contemporâneo Transversal são questões sociais que foram inseridas no currículo formal dos estudantes como objeto de aprendizagem e reflexão, a partir da BNCC (2019).

pesquisadas. Partindo da análise tecida no capítulo anterior, o capítulo 5 trata como os resultados da pesquisa podem ser afetados pelo contexto da pandemia de COVID-19, a qual assola a atualidade no âmbito da saúde e traz impactos políticos, econômicos e sociais. O capítulo 6 propõe como produto resultante do estudo uma página na internet com conteúdo informativo sobre Educação Financeira nas escolas para ser publicada no site da Diretoria de Ensino pesquisada e acessada pela comunidade escolar e visitantes. Por fim, o capítulo 7 traz as considerações finais.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Desde o momento da concepção do nascituro até mesmo após seu óbito, o dinheiro circunda a vida de todo e qualquer indivíduo, por meio de questões envolvendo o planejamento de como administrá-lo, ganhá-lo, gastá-lo, poupá-lo e consumi-lo conscientemente. Estes pontos, comumente, marcam presença no campo dos estudos econômico e social e, a partir da década de 2000, tem ganhado espaço no debate e na pesquisa educacional (Lusardi e Mitchell, 2007; Savoia, Saito e Santana, 2007).

Para melhor compreender esta nova abordagem sobre a área financeira, este capítulo apresenta-se dividido em três subseções: a primeira revela o conceito de Educação Financeira, a segunda aborda a sua importância e a terceira faz um recorte das políticas públicas de Educação Financeira no âmbito nacional e mundial.

2.1 Educação Financeira: o que é isso?

O termo Educação Financeira deriva de outras duas palavras comuns em nossa sociedade: Educação e Finanças. Fundindo as duas definições, é possível entender que, juntas, expressam a ideia de como orientar, conduzir e promover o desenvolvimento intelectual e cultural do indivíduo em relação ao gerenciamento do dinheiro, levando-o à aprendizagem de conhecimentos e habilidades para tanto. Diante da necessidade de tratar estas questões, surge o termo Educação Financeira.

Savoia, Saito e Santana (2007) apresentaram as primeiras pesquisas científicas sobre Educação Financeira no Brasil, trazendo forte contribuição para as discussões sobre o assunto no país ao afirmar que a Educação Financeira exerce papel fundamental na sociedade, uma vez que “influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias” (pág. 1125).

De acordo com o compilado de definições que Santana (2014) reuniu em sua pesquisa teórica, note-se que a elaboração do conceito de Educação Financeira envolve não só os conhecimentos sobre finanças, mas principalmente inclui o comportamento financeiro do cidadão. Ainda segundo o autor, pode-se presumir que a Educação Financeira envolve a capacidade de saber fazer escolhas adequadas ao administrar as finanças pessoais durante o ciclo de vida, controlando diariamente as despesas, planejando um orçamento mensal, conhecendo os tipos de financiamentos,

empréstimos, controlando o uso do cheque e do cartão de crédito, ponderando o melhor momento para fazer um seguro ou um investimento.

Estes conceitos, segundo Araújo e Calife (2014), fazem parte da atual fase da Educação Financeira no Brasil, a qual encontra espaço para formar cidadãos mais realizados financeiramente na vida adulta. Para isso, devem ser ensinados formalmente desde a infância, com foco no bem-estar financeiro ao longo da vida e no planejamento a médio e longo prazo para realizar metas e sonhos.

De acordo com estes autores, a Educação Financeira passou por três fases em seu percurso histórico no Brasil. A primeira, em meados dos anos de 1990, focalizou nos investimentos de consumidores com renda disponível. A segunda, foi vista como ferramenta de socorro para o aumento do endividamento e da inadimplência gerada pelo crescimento do consumo interno e a expansão de crédito na década de 2000. E a terceira e atual fase, é considerada o momento ideal “para que, finalmente, a educação financeira promova o planejamento como caminho sustentável para a prosperidade”, haja vista que, nas últimas duas décadas, o Brasil enfrenta crises periódicas no âmbito econômico, político, social e, durante este estudo, o país perpassa por mais um período de crise, agravado pela pandemia da doença COVID-19. Como resultado da crise atual, a qual será detalhada no capítulo 5, faz-se necessário mudar hábitos de consumo e de planejamento do uso de recursos no curto, médio e longo prazo. Desta forma, esta terceira fase pode servir aos consumidores que passam a se interessar mais por “programas que melhorem a sua relação com o dinheiro no longo prazo” (ARAÚJO e CALIFE, 2014, p. 11).

Uma outra definição muito referenciada nos estudos de Educação Financeira é o conceito elaborado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Esta organização internacional e intergovernamental, composta por diversas democracias que trabalham em conjunto para responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização, traz a seguinte definição:

[...] Educação Financeira pode ser definida como o processo pelo o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades

responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005b, p.4, tradução nossa)⁵.

O Banco Central do Brasil (2013) também possui uma definição para Educação Financeira e visualiza nela um caminho para melhorar a qualidade de vida das pessoas, ao prover conhecimentos e informações sobre finanças pessoais para comunidades, minimizando os riscos de superendividamento e promovendo o desenvolvimento econômico do país:

A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento dos países (BCB, 2013, p.71).

Além da terminologia Educação Financeira, os termos Alfabetização Financeira e Literacia Financeira se fazem presentes na literatura e nas políticas públicas da área. Silva et al. (2017) atribuem à alfabetização financeira a habilidade e confiança do indivíduo ao fazer uso de seu conhecimento financeiro na tomada de decisões. Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e sua Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), a Alfabetização Financeira pode ser definida como:

Uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para produzir suas decisões financeiras e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual. (OCDE, 2011, p. 3, tradução nossa)⁶.

O termo literacia financeira, por sua vez, aparece menos frequentemente na literatura e muitas vezes apresenta definições que se relacionam com a tomada de decisão consciente do cidadão frente a situações que envolvam o uso e a gestão do dinheiro, assim como definem Pessoa, Muniz Jr. e Kistemann Jr. (2018):

⁵ “Financial education can be defined as “the process by which financial consumers/investors improve their understanding of financial products, concepts and risks and, through information, instruction and/or objective advice, develop the skills and confidence to become more aware of financial risks and opportunities, to make informed choices, to know where to go for help, and to take other effective actions to improve their financial well-being” (OCDE, 2005b, p. 4).

⁶ “A combination of awareness, knowledge, skill, attitude and behavior necessary to make sound financial decisions and ultimately achieve individual financial wellbeing”.

[] uma Literacia Financeira que seja capaz de prover os indivíduos-consumidores de habilidades e competências não só de natureza matemática, mas cultivadas interdisciplinarmente, para lerem os cenários socioeconômicos em que se encontram inseridos e, a partir da análise crítica desses cenários, tomarem decisões que estejam alinhadas com suas formas de pensar e agir (PESSOA, MUNIZ JR. e KISTEMANN JR., 2018, p.5).

O mesmo termo literacia financeira vem sendo adotado com uma conotação mais limitada no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), ao propor questões sobre finanças e visando “inferir” o conhecimento financeiro dos estudantes e de seus respectivos países.

Assim como Kistemann Jr. (2020), este estudo reconhece limitações nas definições apresentadas pela OCDE e acrescenta a importância de a Educação Financeira preparar o estudante para a tomada de decisão alicerçada em parâmetros éticos e cidadãos, combatendo a economização das ações, testes e contextos sociais, reconhecendo, que os indivíduos são parte integrantes do processo, mas não podem ser responsabilizados em sua totalidade por suas decisões financeiras, haja vista que condições socioeconômicas como desemprego ou diminuição da renda, por exemplo, podem incidir e imperar sobre a tomada de decisão pessoal.

Potrich, Vieira e Kirch (2015) destacam ainda que os termos alfabetização, educação financeira e conhecimento financeiro são tratados como sinônimos por diversos autores, recebendo para alguns um conceito mais abrangente, envolvendo comportamento, atitude, e experiências financeiras, enquanto para outros limita-se em conhecimentos financeiros.

Com as definições apresentadas, vale destacar os fatores que tornam o tema como necessário e relevante na sociedade atual. Para isto, destacam-se as considerações de Lucci et al. (2006), CFPB (2016) e Vanderley, Silva e Almeida (2021) ao enfatizar a importância de abordar o tema desde a infância, visto que pesquisas revelam que, quando não ensinados tais conteúdos às crianças, as decisões financeiras na vida adulta podem ser afetadas.

Braunstein e Welch (2002) também acreditam que a falta de Alfabetização Financeira pode impactar negativamente o bem-estar financeiro na vida adulta, deixando os indivíduos vulneráveis a adversidades e situações que envolvam a gestão do próprio dinheiro.

Tais deficiências de alfabetização financeira podem afetar o dinheiro diário de um indivíduo ou família gerenciamento e capacidade de economizar para objetivos de longo prazo como comprar uma casa, buscar ensino superior ou financiamento da aposentadoria. Gestão de dinheiro ineficaz também pode resultar em comportamentos que tornam os consumidores vulnerável a graves crises financeiras. (BRAUNSTEIN e WELCH, 2002, p. 445, tradução nossa)⁷.

Para estes autores, a Alfabetização Financeira se impõe como fator preponderante na liberdade de escolhas de serviços, de forma que consumidores conhecedores exigem produtos que atendam às suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, induzindo os fornecedores a competirem para criar produtos com as características que melhor respondam às demandas.

Assim como Saito (2007), a presente pesquisa considera que o termo Educação Financeira transcende o paradigma de que são meras dicas, informações e conselhos financeiros ao cidadão. Acredita-se que é um processo de desenvolvimento de habilidades e competências iniciado na infância e que progride ao longo da vida, no qual o indivíduo passa a tomar decisões e administrar suas finanças pessoais de forma ética, crítica, autônoma e segura, na busca do próprio bem-estar financeiro.

Para este estudo, vislumbra-se a possibilidade de construir uma sociedade em que todos os cidadãos possam gerenciar bem seus recursos financeiros, o que significa planejar o uso de seus recursos, gerenciar o uso de crédito e poupar ativamente. Estas habilidades oportunizam aos indivíduos adquirir a cidadania financeira, exercendo seus direitos e deveres de cidadão por meio de um contexto de inclusão financeira, de educação financeira, de proteção do consumidor de serviços financeiros e de participação no diálogo sobre o sistema financeiro (BCB, 2018).

É inegável que a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia, tendo em vista que está intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas, o que impacta toda a cadeia produtiva e de consumo. Neste sentido, faz-se necessário ensinar a população de uma nação como participar do sistema financeiro e fazer escolhas conscientes dos serviços oferecidos por instituições financeiras, por meio de informações

⁷ "Such financial literacy deficiencies can affect an individual's or family's day-to-day money management and ability to save for long-term goals such as buying a home, seeking higher education, or financing retirement. Ineffective money management can also result in behaviors that make consumers vulnerable to severe financial crises."

independentes que assegurem e protejam o consumidor e seus direitos durante toda e qualquer negociação que envolva valores monetários, éticos, consciência ambiental e coletiva.

2.2 Políticas Públicas de Educação financeira: para que servem?

A partir da década de 2000, tem-se observado uma maior preocupação com as transformações sociais, ambientais e econômicas no mundo, nas agendas de agências e organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em 2003, a OCDE percebeu a necessidade de incluir a Educação Financeira como tema de discussão em sua pauta, incorporando-o em seus programas de trabalho voltados para a proteção, informação e prevenção do consumidor no mercado financeiro. Algumas questões, apresentadas no documento OCDE (2004), justificam a preocupação das lideranças políticas dos países membros em socorrer a carência cognitiva/comportamental dos consumidores vorazes, as quais seguem:

- evolução na complexidade e opções de serviços e produtos oferecidos nos mercados financeiros;
- processo de bancarização, o qual permitiu que a população tivesse maior acesso a estes serviços por meio físico, on-line, terminal de autoatendimento e aconselhamentos de entidades financeiras;
- aumento na expectativa de vida e necessidade de atenção ao planejamento financeiro de longo prazo (aposentadoria);
- tensão no sistema previdenciário e fundos de pensões frente à quantidade de contribuintes na idade jovem e beneficiários na fase idosa;
- crédito facilitado e crescimento do endividamento da população jovem com cartões de crédito;
- aumento da renda pessoal disponível para investir;
- o crescimento do número de consumidores e provedores de serviços financeiros ocasionou o aumento da concorrência no mercado e, por conseguinte, campanhas de marketing agressivas e com promessas infundadas. Deste modo, fazem-se urgentes iniciativas educativas e preventivas aos clientes para evitar que sejam vítimas de fraudes, golpes e propagandas enganosas;

- por fim, pesquisas realizadas nos Estados Unidos, Japão e Austrália mostraram que muitos consumidores não têm uma formação ou compreensão financeira adequada, evidenciando a falta de Educação Financeira.

Neste sentido, parte da justificativa para a iniciativa da OCDE é pautada na complexidade e na variedade de produtos financeiros disponíveis para os clientes, no grande número de opções de taxas de juros e prazos, no aumento da expectativa de vida das pessoas e nos baixos níveis de conhecimento sobre o assunto. O desconhecimento destes conceitos, por parte dos indivíduos, pode levar a população a fazer escolhas financeiras pouco eficazes para o bem-estar financeiro, acarretando o endividamento pessoal e impactos econômicos para todo o país. Outro ponto de preocupação da OCDE foi o aumento na demanda de trabalhadores prestes a alcançar a aposentadoria em um cenário em que a redução da cobertura previdenciária por parte dos Estados e empregadores se fazia presente. O crescente endividamento da população devido às condições de fácil acesso ao crédito e o aumento das transações financeiras de modo eletrônico também contribuíram para o projeto proposto pela OCDE.

Diante dos apontamentos e justificativas da OCDE, este estudo destaca, ainda, que as políticas públicas de Educação Financeira devem transcender as lacunas de acesso a informação, produtos e serviços bancários voltadas ao indivíduo, mas é preciso que gerem relações e reflexões mais profundas, voltadas para o interesse coletivo. Desta forma, devem fomentar programas e ações que possibilitem o debate de questões relacionadas a tomada de decisão do consumidor, ao ganho e uso do dinheiro de forma ética, à pobreza, à desigualdade social, ao trabalho, ao consumo consciente e sustentável, a produção excessiva de lixo e impactos para o meio ambiente, à cidadania financeira, entre outros temas que permitem, ao longo do tempo, transpor a cultura vigente sobre consumismo, mau planejamento do uso de recursos e uso do crédito inadequado.

2.3 Políticas Públicas de Educação financeira no Brasil e no mundo

A partir das indicações dos tratados internacionais pela OCDE e agências das Organização das Nações Unidas - ONU, diversos países mundo afora criaram a própria estratégia de Educação Financeira e Programas correlatos.

Savoia, Saito e Santana (2007) destacam, por meio de um levantamento bibliográfico, algumas experiências voltadas para a Educação Financeira nas escolas

no cenário mundial, salientando iniciativas de países que reformularam o seu sistema previdenciário como: Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, alguns da América Latina e da Europa Central e Oriental. Ao perceberem a importância do tema, estes países vêm desenvolvendo uma grande variedade de programas e treinamentos, utilizando-se de sites, panfletos, livretos e campanhas na mídia, para esclarecer os indivíduos sobre assuntos como crédito, seguro, investimento e poupança previdenciária.

No âmbito brasileiro, políticas semelhantes às aplicadas no cenário global foram instauradas no país, refletindo o anseio político de integrar o grupo de países membros da OCDE e de ser reconhecido por atender as recomendações das grandes organizações internacionais. Além disso, a partir de 2003, com o advento do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), rompeu-se a tendência governamental anterior, mudando a direção das políticas públicas econômicas brasileiras. Se antes priorizava-se a concessão de crédito como meio produtivo, capaz de empreender, alavancar e gerar renda, com o novo governo o crédito de pequeno valor passou a ser oferecido para uma grande massa de pessoas físicas ou jurídicas no sistema financeiro nacional, seja para produzir renda ou não (BARONE, 2008).

Novas políticas públicas voltadas para diminuir as desigualdades sociais e aumentar a confiança das rendas mais baixas foram pensadas e possibilitou maior acesso ao crédito por parte de todos os trabalhadores formais, ativos ou aposentados, aumento do consumo e mais investimentos em infraestrutura (BALTAR, 2015).

Algumas das medidas que contribuíram para reduzir a distância entre ricos e pobres e ampliar o acesso aos serviços financeiros no país, neste período, foram:

- o conceito de microcrédito foi expandido, passando a ser ofertado, pelos bancos públicos, serviços financeiros principalmente para as populações de baixa renda, com taxas de juros fixas de 2% a.m;
- a instalação de terminais POS (point of sale), popularmente conhecidos como “terminal de autoatendimento”;
- aumento da bancarização para a população de baixa renda, oportunizando a abertura de novas contas bancárias;
- democratização das operações bancárias via internet (Internet Bank) e por telefone celular;
- concessão de crédito consignado para a classe trabalhadora;

- valorização do salário mínimo e a expansão dos programas sociais de transferência de renda;
- elevação do salário mínimo;
- inclusão produtiva.

Com estas medidas, elevou-se fortemente o consumo, possibilitando às pessoas de baixa renda, antes excluídas de boa parte do mercado consumidor interno, que finalmente pudessem consumir (BIANCARELLI, 2014).

Surgiu, a partir de então, um novo perfil de consumidor, formado agora pela classe trabalhadora que passou a adquirir o que desejava com financiamentos e empréstimos facilitados pelas instituições bancárias e comerciais. Isso fez com que a máquina econômica brasileira fosse movimentada, formando “uma dinâmica de forte crescimento, o que por sua vez permitiu financiar as próprias políticas sociais” (DOWBOR, 2018, p. 190).

Todas essas facilidades de acesso ao crediário no comércio, o empréstimo pessoal ou consignado, o crédito rotativo ou parcelado do cartão ou o cheque especial, com suas taxas assustadoras de juros, propiciaram que grande parte da população se enquadrasse como superendividados e/ou inadimplentes.

Com o superendividamento da população brasileira, observou-se que estes hábitos financeiros, se não socorridos, poderiam trazer reflexos econômicos irreparáveis. Assim, as recomendações das organizações internacionais foram seguidas no Brasil, resultando na criação de uma Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Ao analisar os estudos de Savoia, Saito e Santana (2007), Silva e Powell (2014) e Hoffmann (2013), percebe-se uma certa convergência, em diferentes países, em torno das recomendações da OCDE e da implementação de Estratégias Nacionais de Educação Financeira, tais como: levantamento da demanda, coalizão entre órgãos públicos, privados e do terceiro setor ligados a setores econômicos, elaboração de treinamento e material didático gratuito para estudantes e professores, indicação de ensino não obrigatório nas escolas e pesquisas de avaliação dos programas implementados.

Freitas, Ribeiro e Souza (2017) acrescentam que diversos países do globo terrestre se encontram em estágios diferentes em relação a criação da própria Estratégia Nacional de Educação Financeira, sendo que alguns ainda não possuem

estratégia, outros já possuem a primeira estratégia e alguns já traçaram e implementaram a segunda estratégia, como mostra o trecho seguinte:

Nove países já realizam ou implementam sua segunda estratégia nacional, baseada na experiência de seu programa anterior. Estes países são: Austrália (2013/14), Japão (2013), Holanda (2014), Nova Zelândia (2013), Singapura (2014), Espanha (2012), África do Sul (2013), Inglaterra (2013) e Estados Unidos (2011). Além destes novos países, dezenove países implantaram sua primeira estratégia, a saber: Armênia, Brasil, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Gana, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Coreia do Sul, Látvia, Malásia, Marrocos, Nigéria, Portugal, Rússia, Eslovênia e Turquia. Os demais 27 países estão na fase de desenvolvimento de suas estratégias. São eles: Argentina, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Croácia, El Salvador, França, Guatemala, Quênia, Líbano, Malawi, México, Paquistão, Peru, Polônia, Romênia, Arábia Saudita, Sérvia, Suécia, Tanzânia, Tailândia, Uganda, Uruguai e Zâmbia (OCDE, 2014 apud FREITAS, RIBEIRO e SOUZA, 2017, p. 8).

Em resposta às demandas deste novo cenário, foi publicado no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2010, por meio do Decreto 7.397 (Brasil, 2010), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) como política pública de Estado, de caráter permanente, objetivando-se promover diretrizes de Educação Financeira no país.

Trata-se de uma iniciativa modelo pela sua qualidade, transparência, construção e gestão compartilhada, envolvendo a participação de órgãos governamentais, de instituições de ensino, de entidades do Sistema Financeiro Nacional – SFN e da sociedade civil. (AEF-BRASIL, 2012, p. 6).

Acompanhando este Decreto Presidencial, instituiu-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), formado pela articulação de nove órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que são: Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Fazenda, enquanto os representantes da sociedade civil que fazem parte deste comitê são ANBIMA, B3, CNseg, FEBRABAN, Sebrae e Consed (ENEF, 2017c).

A criação deste comitê, extinto em 2019, possibilitou a definição de planos, programas, ações, baseadas no Plano Diretor da política pública, aprovado em 2011 (ENEF, 2011a), bem como oportunizou a coordenação e a execução da ENEF

(BRASIL, 2011). Com base nestes documentos, partiram deliberações voltadas para o desenvolvimento e implementação de programas de três públicos-alvo: crianças, jovens e adultos.

As iniciativas escolares propostas pela ENEF brasileira se norteiam no Plano Diretor (ENEF, 2011a), o qual se pauta em experiências internacionais bem-sucedidas, realizadas em outros países como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Espanha e Nova Zelândia, sendo todas planejadas e executadas na década de 2000.

Cabe aqui ressaltar que a governança prevista no Plano Diretor indica uma política de coordenação centralizada e execução descentralizada, devido à imensa extensão territorial e diversidade cultural do Brasil. Isto significa que para garantir a execução das ações em toda área nacional, é necessário o estabelecimento de parcerias com secretarias de educação e colaboradores locais (ENEF, 2011a).

Além disso, esta política pública se configura em forma de rede, podendo outras iniciativas regionais serem integradas a ela. Percebe-se, assim, que não se trata de uma política pública estanque e configurada no modelo “top-down”, isto é, pronta, finalizada e implementada de cima para baixo (OCDE, 2013).

Apesar de vigente há quase uma década, sua abrangência e resultados se fizeram pouco expressivas no âmbito nacional e, assim como em outros países, o Brasil ganhou sua 2ª versão da Estratégia de Educação Financeira, com o Decreto 10.393 de 9 de junho de 2020, sob nova governança e sem participação direta da sociedade civil, como será tratado no capítulo 3.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

A partir dos motivos previamente elencados, a saber, do interesse dos países membros em educar financeiramente seus cidadãos, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou o Projeto Educação Financeira⁸, proposto para o biênio 2003 – 2004, que deveria ser desenvolvido pela Comissão de Mercados Financeiros e de Seguros e a Comissão de Pensões Privadas, e que serve como referência para programas de Educação Financeira no mundo todo. Estruturado em duas fases, sendo a população em geral o foco da primeira, o referido projeto resultou no relatório Melhoria da literacia financeira: análise das questões e políticas⁹, o qual identificou e avaliou pesquisas sobre Educação Financeira nos países membros da OCDE, seus programas vigentes sobre este mote e sua eficácia, passando a guiar, com estas informações, melhorias nas políticas públicas existentes e futuras (OCDE, 2005a).

Silva e Powell (2014) apontam alguns focos de atenção trazidos neste relatório, os quais devem ser considerados pelos elaboradores de políticas públicas (*policy makers*), tais como: a falta de planejamento de um número crescente de trabalhadores em relação à própria aposentadoria; o alto índice de endividamento dos consumidores, principalmente os mais jovens, devido ao mau gerenciamento dos cartões de crédito e das contas telefônicas (móvel), explicitando o desconhecimento quanto à gestão do dinheiro; e, por fim, um aumento no número de operações financeiras eletrônicas, em contradição com uma porcentagem significativa de consumidores afetados pela exclusão financeira e que não participam do sistema financeiro, sendo muitos destes indivíduos de baixa renda, que nem ao menos possuem uma conta bancária ou conhecimentos financeiros.

O mesmo relatório culminou no documento intitulado sob nossa tradução como *Recomendações sobre os princípios e boas práticas para a Educação Financeira e consciência*¹⁰ o qual traz uma definição de Educação Financeira, recomenda aos governos dos países membros desenvolver Estratégias Nacionais de Educação Financeira para a população e sugere que elas se iniciem na fase escolar, o quanto

⁸ OECD's Financial Education Project. OCDE (2004).

⁹ Improving Financial Literacy: Analysis of issues and policies. OCDE (2005a).

¹⁰ Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. OCDE (2005b).

antes, conforme consta no nono item da seção II “Boas Práticas”: “A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas” (OCDE, 2005b, p.5)¹¹. Esta recomendação merece destaque, devido aos novos desdobramentos que deu ao Projeto da OCDE em 2008, com a publicação de um novo relatório intitulado *Programas de Educação Financeira nas escolas: análise de programas atuais selecionados e literatura de projetos de recomendações para as melhores práticas*¹² (MUNDY, 2008).

Este segundo relatório analisou os programas de Educação Financeira existentes nas escolas e estabelecimentos de ensino e a eficácia dessas iniciativas voltadas para crianças e adolescentes em idade escolar em alguns dos seus países membros e em países não membros da OCDE, evidenciando oportunidades e ameaças para a incorporação da Educação Financeira nas escolas.

Neste contexto, diversas instituições formais pelo mundo afora vêm desenvolvendo, a partir das recomendações da OCDE, programas educativos para crianças, jovens e adultos, visando expandir o acesso à informação, ao uso, à proteção e à participação da população no sistema financeiro.

Em 2008, o relatório da OCDE, *Programas de Educação Financeira nas escolas: análise de programas atuais selecionados e literatura de projetos de recomendações*¹¹ para as melhores práticas, apresentou uma análise dos programas de educação financeira existentes nas escolas e estabelecimentos de ensino, apontando resultados da eficácia das iniciativas pesquisadas em alguns dos países membros e países não membros da OCDE (MUNDY, 2008). Tal relatório apresenta argumentos que corroboram e endossam a implantação de programas de Educação Financeira com crianças e adolescentes desde a fase escolar. Cabe destacar que o documento não aponta uma solução única para capacitar as pessoas em relação ao gerenciamento de suas finanças pessoais, mas sugere que elas recebam uma variedade de suporte e orientações, podendo a provisão de Educação Financeira nas escolas e universidades ser uma estratégia eficaz para este fim.

¹¹ Financial education should start at school. People should be educated about financial matters as early as possible in their lives.

¹² Financial Education Programs in school: Analysis of selected current programs and literature draft Recommendations for best practices.

Um dos argumentos apresentados no relatório do programa de Mundy (2008), é o de que a escola é um ambiente no qual é possível reunir e ensinar crianças e adolescentes em quase a sua totalidade, diferentemente de outros extratos da população, como adultos e idosos, que dificilmente conseguiriam se reunir para tal finalidade, com facilidade. Além disso, as crianças e jovens tendem a ser mais receptíveis à aprendizagem quando comparados com aprendizes em idade superior. Outro ponto de atenção destacado no relatório, é que crianças e jovens têm sido o público alvo da publicidade e do marketing com frequência, sendo introduzidos na cultura de consumo cada vez mais cedo, o que impacta as despesas familiares. Outrossim, esses hábitos de consumo adquiridos na infância e juventude refletem tomadas de decisões financeiras e consequências na vida adulta, impactando na continuidade dos estudos; endividamento e dificuldade de enfrentar desafios financeiros (MUNDY, 2008).

Silva e Powell (2014) traz duas questões apontadas no relatório e que ainda nos dias atuais se fazem presentes nas discussões curriculares de diferentes nações, inclusive do Brasil: a obrigatoriedade da Educação Financeira no currículo escolar e o tratamento da Educação Financeira enquanto disciplina autônoma. De fato, os currículos já estão demasiadamente inchados e repletos de demandas locais, o que reduz as possibilidades de o professor incluir temas de Educação Financeira por conta própria. Desta forma, a obrigatoriedade se torna viável para garantir a inclusão do tema nos currículos e esta foi a alternativa adotada na BNCC a partir de 2017. Em relação às disciplinas autônomas, embora houvesse defensores desta proposta, como será abordado no item 3.2 deste estudo, o Brasil optou, de forma acertada, por tratar o tema de modo interdisciplinar, oportunizando que docentes de áreas distintas abordem o tema contemporâneo transversal em diferentes componentes curriculares, sem provocar inchaços no currículo vigente ou tratar o tema de modo isolado em uma “disciplina”, mas relacionando o uso do dinheiro na vida cotidiana, em diferentes tempos, espaços e áreas de conhecimento.

Para finalizar, o relatório destaca a existência de muitos pais e familiares que não possuem o conhecimento e a capacidade de gerenciar o próprio dinheiro, não conseguindo, por consequência, orientar devidamente os filhos. Na mesma direção, Ramos e Santos (2016) afirmam que, em virtude de as pessoas não terem conhecimento suficiente de Educação Financeira no Brasil, o tema não é abordado nem no ambiente familiar nem no escolar. O relatório apresenta, ainda, a necessidade

de desenvolver “Building Blocks”, os quais podem ser compreendidos como *blocos de conhecimentos básicos* que ajudam os jovens a desenvolver e melhorar as habilidades e competências financeiras, tal como apresenta a citação:

Estudantes são os consumidores do futuro. A educação financeira pode ajudar a fornecer aos alunos blocos de conhecimentos básicos que eles precisam para tomar boas decisões financeiras ao longo de suas vidas. Se atitudes responsáveis e bons hábitos são incentivados nas pessoas desde crianças, elas são menos propensas a passar por dificuldades financeiras na vida adulta e são mais suscetíveis a ter provisões financeira para o seu futuro. (MUNDY, 2008, p.5, tradução nossa)¹³.

Ainda sob a mesma perspectiva, o relatório *Blocos de conhecimentos básicos para ajudar os jovens a alcançar capacidade financeira*¹⁴, publicado pelo Consumer Financial Protection Bureau (CFPB)¹⁵, apresenta pesquisas que evidenciam as origens da capacidade e do bem-estar financeiro, identificando “como”, “quando” e “onde” crianças e jovens adquirem a base de conhecimentos e habilidades que as torna capazes financeiramente na idade adulta (CFPB, 2016).

O resumo da pesquisa encomendada pela CFPB (2016) evidencia onde e quando, durante a infância e a adolescência, as pessoas adquirem os fundamentos, conhecimentos e habilidades para tomar decisões financeiras da vida adulta. Esta pesquisa levou à criação de um modelo de desenvolvimento de capacidade financeira baseado em habilidades e blocos de conhecimentos necessários para serem desenvolvidos na fase infanto-juvenil.

Partindo deste novo modelo, os policy makers podem definir prioridades e estratégias e construir novas políticas públicas considerando a realidade e o contexto em que estão inseridos, contribuindo na melhor formação de indivíduos para uma vida financeira, na fase adulta, mais saudável e tranquila. A referida pesquisa desvendou que a capacidade financeira de adultos provavelmente decorre de três blocos de construção relacionados com o desenvolvimento juvenil, os quais seguem:

¹³ “students are the consumers of the future. Financial education can help provide students with the building blocks which they will need to make sound financial decisions throughout their lives. If responsible attitudes and good habits are instilled in people at an early age, they are less likely to get into financial difficulties in later life and are more likely to make financial provision for their future”.

¹⁴ Building blocks to help youth achieve financial capability.

¹⁵ O CFPB é um órgão de defesa do consumidor criado pelo governo dos Estados Unidos com o intuito de fornecer um ponto único de responsabilidade pela aplicação das leis financeiras federais dos consumidores e pela proteção dos mesmos no mercado financeiro, tendo como missão, empoderar, cumprir as leis e educar financeiramente o consumidor (CFPB, s.d.).

- *Função executiva* - um conjunto de processos cognitivos usados para planejar, concentrar a atenção, lembrar informações e manipular várias tarefas com êxito.
- *Hábitos e normas financeiras* - os valores, padrões, práticas de rotina e regras práticas usadas para conduzir rotineiramente a vida financeira cotidiana.
- *Conhecimento financeiro e habilidades de tomada de decisão* - familiaridade com fatos e conceitos financeiros, e a capacidade de fazer pesquisas financeiras e fazer escolhas financeiras conscientes e intencionais.

Essa relação entre as habilidades necessárias na vida adulta e habilidades que devem ser construídas na fase infanto-juvenil, vem confirmar a importância de iniciar a Educação Financeira cedo e continuar a desenvolver essa base ao longo dos anos escolares do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, a pesquisa sugere que os conhecimentos de finanças pessoais é apenas um dos blocos de capacidade financeira que o indivíduo deve construir, fazendo-se necessário adquirir outros blocos de conhecimento ao longo do caminho.

Ramos e Santos (2016) refletem sobre a necessidade de iniciar a Educação Financeira ainda na infância, argumentando que “é importante que toda criança, independentemente de sua condição social, tenha orientação quanto à diferença entre o precisar e o querer, ou entre o necessário e o supérfluo” (pág. 65). As autoras destacam ainda o fato de as crianças estarem se tornando consumidores ativos, cujos gastos impactam as despesas familiares. Por conta disso, atualmente, as crianças estão participando cada vez mais das conversas sobre o orçamento familiar, nas quais são abordados temas recursos financeiros, compras e planejamento.

Partindo-se da realidade que nem todas as crianças encontram oportunidades para desenvolver esses componentes, completamente e de forma autônoma, tornam-se as famílias, as organizações comunitárias e as escolas núcleos importantes para a formulação de políticas públicas e para o avanço conjunto desses vários blocos de construção.

O estudo do CFPB (2016) demonstra as singularidades de cada fase do desenvolvimento do indivíduo, relacionando-as com a aquisição de hábitos e conhecimentos financeiros. Desta forma, entende-se que há períodos em que os indivíduos são mais capazes de desenvolver uma habilidade ou atitude e são mais abertos a aprender. Os fatores cognitivos e ambientais que juntos tornam uma idade específica ideal para absorver uma determinada habilidade ou comportamento podem

não reaparecer prontamente em outras fases da vida, tornando essas capacidades não tão fáceis de serem desenvolvidas.

De acordo com o relatório, é na primeira infância (de 3 a 5 anos) que se inicia o desenvolvimento da função executiva e do conhecimento e normas financeiras. Na segunda fase da infância (de 6 a 12 anos), concentram as habilidades suporte para os hábitos e normas financeiras da vida adulta, sendo formados neste período um conjunto de valores, atitudes, padrões, crenças e normas sociais sobre dinheiro; habilidades relacionadas à matemática financeira, ao controle de impulsos, autorregulação, elaboração de normas e hábitos financeiros básicos, planejamento para o futuro; autoconfiança ao tomar decisões de gastos e ao gerenciar recursos. Por fim, adolescentes e jovens (de 13 a 21 anos), encontram-se na fase propícia para desenvolver a tomada de decisões financeiras de modo independente e aprender sobre gestão financeira pessoal; tudo isso mediado e influenciado pelos exemplos do lar, da comunidade, da mídia, dos colegas e da escola (CFPB, 2016).

Conclui-se, então, que a escola se mostra uma instituição capaz de formalizar, estruturar e executar políticas públicas que contemplem os três blocos de construção da capacidade financeira, por meio de seu currículo, buscando desenvolver na idade certa as habilidades necessárias para a tomada de decisão financeira na vida adulta; de forma universal, democrática, oportunizando que os indivíduos de diferentes etnias, raças, credos e classes sociais se beneficiem das janelas de oportunidades próprias de cada fase do desenvolvimento do aprendiz. Ademais, o conjunto de habilidades sugerido pelo relatório da CFPB (2016), para ser desenvolvido nas escolas norte americanas, faz-se necessário ser desenvolvida também nas escolas brasileiras, haja vista que é comum encontrar em nossas instituições crianças com dificuldade de se planejar, manter-se atenta, memorizar, manipular várias tarefas com êxito e compreender e executar, com autonomia, práticas de rotina que envolvem o uso do dinheiro (como calcular troco, juros e descontos; analisar vantagens e desvantagens de uma forma de pagamento; entre outros).

3.1 Cenário Nacional

Ainda no tocante às orientações do Plano Diretor (ENEF, 2011a), recomendou-se a criação do Plano Estratégico, o qual trouxe um conjunto de princípios norteadores das ações necessárias para se atingir os resultados esperados nas escolas; com o

objetivo de formar o estudante para exercer a cidadania. Formulou-se, deste modo, as *Orientações para Educação Financeira nas escolas* e estas se organizam em:

[...] Introdução, Objetivos, Conteúdos, Orientações pedagógicas e Considerações Finais. A introdução apresenta definição de educação financeira e o modelo conceitual. Os objetivos são divididos em duas dimensões: espacial e temporal. Os conteúdos são divididos no âmbito individual e social. As orientações pedagógicas foram divididas em educação financeira e currículo, informação e formação e materiais didáticos. O texto é finalizado com algumas considerações, que indicam certos cuidados a serem tomados ao se transportar as ideias aqui tratadas para o contexto dinâmico da vida escolar. (ENEF, 2011a, p.57).

Além do Plano Estratégico, o Plano Diretor (ENEF, 2011a) prevê ainda a elaboração de um plano tático de curto prazo contendo definição de etapas de implementação, princípios norteadores da elaboração do material didático, plano para formação e capacitação dos educadores, sistema de monitoramento e avaliação do programa. A partir destas recomendações e diretrizes, a ENEF introduziu um projeto piloto de Educação Financeira, para alunos do Ensino Médio, utilizando-se de uma amostra aleatória de 891 escolas voluntárias, distribuídas em dois grupos: controle e tratamento. Foram treinados 1.200 professores e atingidos cerca de 27.000 alunos com idades entre 14 e 17 anos.

Realizado em parceria com o Banco Mundial, sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, este projeto piloto para o Ensino Médio foi implementado no período de 2010 a 2011, visando avaliar os resultados do uso das Sequências Didáticas elaboradas para o programa, distribuídas em três livros seriados, bem como identificar possíveis relações causais e longitudinais da Educação Financeira com o conhecimento, atitudes e tomada de decisões dos professores, alunos e das famílias (AEF-BRASIL, 2012).

Este primeiro projeto piloto, intitulado como Programa Educação Financeira nas escolas (PEFE), serviu como fonte de estudo primário para uma segunda etapa de implementação três anos mais tarde, junto aos estudantes do Ensino Fundamental. Tratado como um tema transversal curricular, o projeto inclui Situações Didáticas (SD's) sobre Educação Financeira nas diversas áreas do conhecimento, contemplando os objetos de conhecimento de forma articulada com o currículo escolar, com abordagem transdisciplinar e contextualizada com o cotidiano dos jovens (BM&FBOVESPA, 2012).

A primeira etapa de implantação, em 2011, foi considerada o maior estudo feito na área pelo banco mundial, levando Educação Financeira para a rede pública de Ensino Médio dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal, durante três semestres letivos (BM&FBOVESPA, 2012). Para avaliar o projeto, comparou-se as médias entre os grupos de tratamento e controle, evidenciando um impacto positivo do programa de Educação Financeira em relação à proficiência financeira, autonomia financeira, intenção de poupar, poupança efetiva, comportamento de gastos e participação nas finanças domésticas dos alunos (BM&FBOVESPA, 2012).

De acordo com Santana (2014), esta primeira etapa revelou, ainda, que os professores, antes do programa, tinham pouco interesse sobre o tema, temiam o excesso de trabalho, a falta de treinamento e o fato de que isso seria imposto pelo governo. Entretanto, ao colocá-lo em execução, os professores mostraram-se conscientes da importância e da urgência de se trabalhar o assunto, tornando a adesão ao programa espontânea e progressiva, além de enriquecer as aulas com contribuições e ideias junto às famílias.

Esta primeira fase do projeto obteve reconhecimento global e resultados positivos, o que possibilitou, em 2014, a sua ampliação com o programa de Educação Financeira para o Ensino Fundamental. De acordo com o relatório da Associação de Educação Financeira do Brasil - AEF-Brasil, participaram, nesta segunda fase do programa, 201 escolas da rede municipal de Joinville (SC) e Manaus (AM), divididos em grupos de tratamento e controle, para posterior avaliação de impacto. Cerca de 18 mil alunos foram envolvidos nesta fase do programa, com aproximadamente 14 mil alunos participando efetivamente da avaliação. Nesta etapa, foi desenvolvido um material didático específico, trazendo do 1º ao 4º ano: projetos temáticos; no 5º e 6º anos: histórias estruturadas e atividades práticas relacionadas ao contexto de vida real; e nos Anos Finais do Ensino Fundamental: atividades lúdicas, consolidando no 9º ano os conteúdos formais já trabalhados ao longo dos oito anos anteriores (AEF-BRASIL, 2016).

Segundo o relatório de avaliação final do projeto, a segunda fase do programa também teve impacto positivo ao comparar o conhecimento financeiro e as atitudes relacionadas às decisões de consumo e poupança entre o grupo controle e o grupo de tratamento. Contudo, averiguou-se que as formas como o programa foi implementado deve receber novos cuidados, garantindo o cumprimento mínimo de

60% do conteúdo programático, nas próximas etapas, para que haja efeitos significativos na aprendizagem (AEF-BRASIL, 2016).

Além disso, o relatório da AEF-Brasil (2016) desperta a atenção para “*como ensinar*” Educação Financeira para os alunos mais novos, visto que a forma utilizada no projeto piloto de 2015 não trouxe os resultados esperados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Tais evidências indicam que novas abordagens didáticas devem ser pensadas e novos pesquisadores devem trabalhar sobre estes resultados e com eles.

Partindo das indicações apontadas no relatório de avaliação final do projeto piloto de 2014, junto aos alunos do Ensino Fundamental, em especial dos Anos Iniciais, analisa-se a seguir, como o tema Educação Financeira é abordado nos documentos legais que regem a educação brasileira.

Além da ENEF e seus desdobramentos na escola, cabe observar também as leis que regem esta República na contemporaneidade, no âmbito educacional, destacando aquelas que tratam em suas redações da escola e da família como responsáveis por inserir as crianças e jovens na sociedade, capacitando-os para atuar com autonomia no meio em que vivem.

O primeiro documento que nos desperta a atenção, nesta perspectiva, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual traz a Educação como dever da família e do Estado e estabelece a criação de uma base comum curricular. Esta base curricular sugerida tem como função nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, bem como orientar as propostas pedagógicas de escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil (BRASIL, 1996).

Apesar desta recomendação, até meados de 2018 as unidades escolares se baseavam apenas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs, 2013), os quais fundamentavam as equipes escolares na execução de seus trabalhos e já traziam a necessidade de educar financeiramente os alunos, em face ao quadro econômico atual do Brasil e do mundo:

[...] com a criação permanente de novas necessidades transformando bens supérfluos em vitais, a aquisição de bens se caracteriza pelo consumismo. O consumo é apresentado como forma e objetivo de vida. É fundamental que nossos alunos aprendam a se posicionar criticamente diante dessas questões e compreendam que grande

parte do que se consome é produto do trabalho, embora nem sempre se pense nessa relação no momento em que se adquire uma mercadoria. É preciso mostrar que o objeto de consumo, seja um tênis ou uma roupa de marca, um produto alimentício ou aparelho eletrônico etc., é fruto de um tempo de trabalho, realizado em determinadas condições. Quando se consegue comparar o custo da produção de cada um desses produtos com o preço de mercado é possível compreender que as regras do consumo são regidas por uma política de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho (BRASIL, 1998, p. 36).

Ainda que a Educação Financeira esteja inserida no currículo escolar brasileiro, este tema não está explicitamente contido nos PCNs e nem nas DCNs, como argumenta Kuntz (2019):

Nos PCN e PCN+, embora a Matemática Financeira apareça apenas marginalmente, como coadjuvante, é possível conjecturar a possibilidade de trabalhar esse objeto de estudo a partir das situações que, embora tratem de outros objetos matemáticos, como por exemplo, sequências, funções, equações etc., recorrem a contextos financeiros que possivelmente podem ser propícios à abertura de discussões envolvendo o objeto da Matemática Financeira (KUNTZ, 2019, p. 31).

Embora o termo Educação Financeira não seja mencionado nos PCNs, há no referido documento, espaço para a consideração de assuntos associados a esta questão como um tema transversal atrelado a trabalho e consumo, possibilitando o ensino e a aprendizagem no Ensino Fundamental por meio de situações que contemplem o consumismo, sendo este um dos problemas inseridos no âmbito da Educação Financeira.

Contudo, foi só em 22 de dezembro de 2017, por meio da Resolução CNE/CP Nº 2, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi constituída, delimitando as competências que todos os alunos devem desenvolver e as habilidades essenciais para o seu desenvolvimento. O mesmo documento trouxe ainda a obrigatoriedade da inserção dos Temas Contemporâneos Transversais (TCT) como aprendizagens essenciais e indispensáveis, tornando-os referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas.

Enfim, a BNCC surge como um referencial que explicita a necessidade de se trabalhar temas de Educação Financeira nas salas de aula, os quais são fundamentais nas situações cotidianas do indivíduo jovem e adulto:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação

financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BRASIL, 2018, p. 267).

A citação da BNCC, retirada da unidade temática *Números*, na área de Matemática, destaca que conceitos da Matemática Financeira podem e devem ser abordados, de forma contextualizada e interdisciplinar, em conjunto com outros componentes curriculares, ao longo do Ensino Fundamental, podendo estes receber ênfase e aprofundamento diferentes conforme o ano de escolarização. Ademais, a Matemática é reconhecida na BNCC como uma ciência humana, “fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos” voltada para solucionar problema reais de nossa sociedade e, portanto, ao abordar objetos de conhecimento relacionados a economia e finanças na escola, não se deve ater aos números e cálculos, mas tratar de temas subjacentes de igual ou maior importância, como consumo, trabalho e uso do dinheiro no dia a dia (pág. 265).

O mesmo documento trouxe ainda a obrigatoriedade da inserção dos Temas Contemporâneos Transversais (TCT) como aprendizagens essenciais e indispensáveis, tornando-os referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas, como mostra o trecho a seguir:

Outro aspecto relevante é que, diferentemente dos PCNs, em que os Temas Transversais não eram tidos como obrigatórios, na BNCC eles passaram a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas, ampliados como Temas Contemporâneos Transversais, pois, conforme a BNCC (BRASIL, 2017), são considerados como um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito (BRASIL, 2019, p. 11).

Embora a BNCC (Brasil, 2017b) não apresente de forma detalhada como deve ser implantada a Educação Financeira, sugere-se que a mesma seja tratada como TCT e, portanto, contemplada de forma transdisciplinar. Desta forma, não se prevê, a

partir deste referencial, a Educação Financeira como disciplina autônoma ou objeto de conhecimento exclusivo de um componente curricular, como por exemplo na disciplina de matemática e em torno dos tradicionais conteúdos da matemática financeira. Em oposição a esta proposta, a BNCC sugere que a Educação Financeira seja versada junto aos demais componentes curriculares, associando diferentes modos de organização curricular, com níveis de complexidade variáveis, podendo ser multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar (Brasil, 2019).

Vale destacar que apesar da BNCC trazer temas relacionados a finanças, ao trabalho e ao consumo em suas grandes áreas temáticas, o documento não cita problemas que tratem de empréstimos, endividamento familiar ou sobre o uso inadequado do cartão de crédito. Por outro lado, aborda problemas de inadimplência, superendividamento e altas taxas de juros, os quais se caracterizam como situações-problema encontrados na realidade brasileira (CAMPOS, 2020). Outrossim, outras questões de natureza ética, relacionadas à macro e microeconomia, como cadeia produtiva, exploração do trabalho humano, precificação e valorização de mercadorias, salários dignos, desemprego, desigualdade social e má distribuição de renda, entre outros, são possíveis motes que tangenciam e influenciam a forma como o cidadão faz uso do dinheiro e, portanto, podem ocupar espaço nas discussões interdisciplinares em sala de aula.

Contudo, apesar do caráter obrigatório do TCT, compete às escolas, sistemas e redes de ensino, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem desses temas, de forma transversal e integradora, podendo cada unidade de ensino privilegiar alguns objetos de conhecimento em detrimento de outros, de acordo com suas demandas (BRASIL, 2017b, p. 19).

Além das bases legais vigentes já citadas, o Art. 3º, da Deliberação Nº 19, de 16 de maio de 2017, estabelece como objetivo a integração do tema "Educação Financeira" na cultura escolar brasileira, de modo que professores, alunos e gestores desenvolvam e vivenciem projetos e atividades sobre a temática, no cotidiano nas escolas, até 2024, como demonstra o trecho a seguir:

Tornar o Programa Educação Financeira nas Escolas uma política pública apoiada na referência curricular brasileira (Base Nacional Comum Curricular - BNCC), inserindo a temática na cultura escolar ainda na vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Nos termos do

art. 1º do precitado diploma legal, o PNE tem vigência de 10 (dez) anos, devendo ser concluído até 2024 (BRASIL, 2017a).

Nesta mesma direção e objetivo, a política pública de maior abrangência nacional na última década, voltado para as a escolas, foi o Programa de Educação Financeira nas Escolas (PEFE), compondo uma das iniciativas da ENEF, oferecido gratuitamente a todas as instituições públicas e privadas do país, nas etapas do Ensino Fundamental e médio, com o propósito de:

levar a educação financeira para o ambiente escolar. Tem duas áreas foco, o Ensino Fundamental e Médio, e o seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações de brasileiros. Ao se trabalhar a educação financeira desde os anos iniciais da vida escolar, contribui-se com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, e também para o exercício da cidadania. (ENEF, 2017d).

O programa coordenado e executado pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) em consonância com os membros do Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, que coordenam a ENEF, desenvolveu material didático do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e de 1º ao 3º ano do Ensino Médio, para alunos e professores, podendo os mesmos serem acessados gratuitamente no site oficial da ENEF - Vida&dinheiro (www.vidaedinheiro.gov.br).

Além dos livros, a estratégia conta ainda com um grande ecossistema “formado por quatro componentes – Plataforma, Game, Campanha de Comunicação e Rede de Formação de professores”, visando:

ampliar a disseminação e adesão ao tema por diferentes públicos (estudantes, professores, gestores da educação, Organizações Não Governamentais e demais interessados) em escala nunca alcançada anteriormente no Brasil, possibilitando uso dos recursos mais inovadores de tecnologia. (ENEF, 2017b).

A ENEF e seus programas setoriais e transversais foram submetidos a planos de ação bienal e relatórios de avaliação anual, desde sua implementação até o presente momento, tendo suas iniciativas monitoradas e reestruturadas há mais de uma década.

O segundo mapeamento da AEF-Brasil (2018) e o último relatório anual da AEF- Brasil (2019) demonstram que apesar da evolução lenta e gradual de iniciativas de Educação Financeira nas escolas brasileiras, na última década, ainda há muitas

políticas públicas a serem realizadas no presente e futuro. Os dados de 2018 revelam um aumento de 72% de iniciativas em relação ao mapeamento de 2013, o qual se deve, principalmente, pelo crescimento das iniciativas escolares (AEF-BRASIL, 2018). Entretanto, os resultados do anuário de 2019, ratifica a média brasileira, apontando que o pouco ensino de educação financeira ministrado em 50% das escolas pesquisadas se dá exclusivamente na disciplina de matemática, por afinidade dos professores. Ademais, 85% dos professores informaram nunca ter participado de nenhum tipo de curso ou oficina de Educação Financeira, e destes, 72% ministram o tema de alguma forma nas escolas, o que indica um sinal de alerta para os policy makers da área de formação de professores:

Ao mesmo tempo em que revela uma grande oportunidade para a capacitação dos professores, é preocupante a qualidade de informações que estão sendo passadas sobre o guarda-chuva da educação financeira aos alunos, uma vez que os professores não estão capacitados para tal. (AEF-BRASIL, 2019, p. 13).

Embora a ENEF e seus programas tenham sido o gatilho inicial e gerador de muitos outros programas públicos e privados de Educação Financeira nas escolas do país, é importante ressaltar que a implantação efetiva de programas na esfera pública corresponde no gerenciamento de uma multiplicidade de atores e particularidades de 27 secretarias estaduais de educação, de mais de 5 mil secretarias municipais, de cerca de 2,5 milhões de professores, 48 milhões de alunos e 184 mil escolas (ENEF, 2019).

Aprofundando as dificuldades já existentes, note-se que a partir do Decreto 10.393 de 9 de junho de 2020, o qual estabelece que a nova governança da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) deve dispor apenas de membros e entidades públicas, sem participação direta da sociedade civil, torna-se impedida a participação da AEF-Brasil, responsável até o momento pelo Programa de Educação Financeira nas escolas (PEFE). Com isto, encontra-se o PEFE, atualmente, sem um direcionamento claro sobre suas principais ações, relatórios e mapeamentos anuais, deixando incertezas sobre a governança futura.

Concomitantemente ao encerramento das atividades da AEF-Brasil, um novo programa voltado para as escolas vem sendo implementado pelo Banco Central do Brasil (BCB), com o objetivo de “estimular o desenvolvimento e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo em estudantes das escolas

públicas brasileiras”¹⁶. Financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o programa do BCB se chama *Aprender Valor* vem sendo implementado desde o início de 2020, em caráter experimental (piloto). Diante das incertezas que abarcam a atual governança da ENEF, surgem as seguintes inquietações: seria o Aprender Valor a continuidade do PEFE, implementado desde 2011? Terá duração limitada e pré-definida ou será avaliado como política pública? É este um programa que atende aos interesses de bancos e instituições financeiras ou da população? Será complementar ou concorrente ao *Programa Educação Financeira na Escola*¹⁷, proposto pelo governo federal em agosto de 2021?

O último relatório anual do PEFE aponta como objetivo a qualificação do professor para que atue como principal agente do tema Educação Financeira nas escolas, por meio de uma teia de ações de formação acadêmica em educação financeira, presencialmente e em EAD, em parceria com instituições federais de ensino superior e secretarias de educação estaduais e municipais. Freitas, Ribeiro e Souza (2017) e Ramos e Santos (2016) coadunam com esta visão ao defender a parceria com secretarias e redes de Educação e a promoção de cursos de capacitação para os educadores que conduzirão o processo de ensino-aprendizagem. Com intuito análogo, o Programa Aprender Valor oferece ferramentas e recursos educacionais direcionados a gestores e professores para que possam desenvolver habilidades e competências necessárias à gestão pedagógica e, assim, conduzir o programa nas escolas.

Assim como o PEFE, o Programa Aprender Valor está disponível para adesão voluntária de redes e escolas municipais e estaduais de todo o Brasil, devendo cada unidade manifestar o interesse de participação. Contudo, por se tratar de uma rede muito extensa e diversa, as parcerias diretas entre as governanças dos programas e as Secretarias de Educação Estaduais (SEDUC) nem sempre acontecem. Cabe destacar que o período de 31 de maio a 30 de junho de 2021 foi marcado como a temporada de expansão nacional do programa Aprender Valor, possibilitando que

¹⁶ O Programa Aprender Valor, objetivos e diretrizes estão disponíveis no site: aprendervalor.caeddigital.net

¹⁷ É um programa que visa formar professores da educação básica, por meio de plataforma EaD, para disseminação de educação financeira nas escolas brasileiras, promovido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com ANBIMA; B3; PLANEJAR; SEBRAE; SICCOB.

escolas e redes públicas de todo o país manifestassem o interesse em aderir ao programa. O programa que já teve sua versão experimental em 2020 nos Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Paraná passam a ter a chance de integrar outros Estados brasileiros e, enfim, levar a Educação Financeira para as escolas públicas de todo o país. Entretanto, por motivos desconhecidos, a adesão de Secretarias Estaduais de Educação ao Programa Aprender Valor, ainda se dá, até o momento, de forma lenta e gradual.

Diante da diversidade de programas de diferentes temas oferecidos às SEDUCs para socorrer diferentes demandas, faz-se imperativo compreender o ciclo de políticas públicas como aponta Secchi (2010), buscando entender a razão pela qual os programas são ou não implementados em determinada rede. Além disso, quando implementadas, é imprescindível monitorar “como” estas políticas são incorporadas no currículo escolar, de que maneira a implantação das mesmas é apresentada aos docentes, que saberes os docentes possuem para ensinar e como é reproduzida por eles nas salas de aulas de aulas.

3.2 Cenário Estadual

Com o advento da ENEF, algumas instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo buscaram incluir o tema Educação Financeira no currículo escolar, seja por meio de disciplinas eletivas em Escolas de Tempo Integral, nas aulas de matemática com noções de matemática financeira, educação fiscal ou em projetos que incentivam o empreendedorismo e protagonismo juvenil.

Uma proposta apresentada na Assembleia Legislativa de São Paulo, em agosto de 2007 pelo Deputado André Soares, foi o projeto de lei estadual número 834/2007, o qual “Dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar da rede pública estadual, da disciplina de EDUCAÇÃO FINANCEIRA, e dá outras providências”. O projeto se encontra em tramitação aguardando para ser votado desde dezembro de 2011. Todavia, observa-se que esta proposta versa contrariamente ao proposto na BNCC, a qual defende uma abordagem transversal, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar; transcendendo, assim, os limites de um único componente curricular autônomo.

No primeiro semestre de 2014, a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil) convidou os professores da rede estadual paulista para um evento

presencial, na cidade de São Paulo, para debater sobre a importância de se discutir a Educação Financeira no ambiente escolar. Na ocasião, foi lançada e divulgada a plataforma online da ENEF, de acesso aos livros do “Programa Educação Financeira nas Escolas”, para o Ensino Médio. Dois anos mais tarde, um novo ensejo para os professores da rede estadual paulista foi ofertado pela AEF-Brasil. Desta vez, cada escola pôde indicar até três professores para serem cadastrados num curso de Educação a distância - EAD em plataforma virtual, o qual orientou sobre tomada de decisões em situações do cotidiano, planejamento, orçamento, consumo consciente, entre outros temas relacionados à Educação Financeira.

Em 2017, os professores da rede estadual de ensino tiveram uma nova oportunidade de participar do curso a distância, formatado em três módulos, com 20 horas, distribuídas por 3 semanas. O curso foi oferecido pela Defesa do Consumidor e visou ensinar noções básicas de como planejar o orçamento e calcular receitas e despesas.

Vale destacar que desde 2005 há iniciativas na rede Estadual voltada para estudantes e professores sobre a égide do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, o qual se baseia na participação cidadã e no acompanhamento dos gastos públicos, como mostra a proposta no site da SEDUC-SP:

Baseia na participação do cidadão na definição da política fiscal e na elaboração das leis para sua execução; os recursos públicos devem ser aplicados segundo prioridades estabelecidas em orçamento e com controle social; os benefícios públicos somente poderão ser oferecidos à população se o governo arrecadar tributos; caberá ao cidadão votar responsabilmente, acompanhar as ações de seus representantes e cobrar resultados; o pagamento de tributos faz parte do exercício da cidadania.(SEDUC, Escolas da rede pública aderem ao “Educação Fiscal”).

Desde então, periodicamente são oferecidos cursos aos professores e concursos aos estudantes sobre o tema Educação Fiscal e, em alguns deles, a Educação Fiscal é tratada como sinônimo de “Educação Financeira” ou “Gestão Financeira”, como mostra a explanação seguinte em uma reportagem do site da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo: “Por educação fiscal são compreendidos vários temas, como a educação financeira, de impostos e outros temas para a sociedade” (SEDUC-SP, 2019).

Em outro anúncio do mesmo site, o termo “Gestão Financeira” é tratado como parte integrante da Educação Fiscal, como mostra o trecho a seguir:

As inscrições para o curso “Disseminadores de Educação Fiscal” terminam nessa sexta-feira (12). A capacitação apresentará aos participantes conceitos sobre gestão financeira, destinação das finanças públicas e orçamento (SEDUC-SP, 2014).

Torna-se, portanto, muito comum no ambiente escolar a confusão entre Educação Financeira e Educação Fiscal, recebendo as duas conotações semelhantes, como se tratassem do mesmo objeto de conhecimento. Entretanto, enquanto a Educação Financeira cuida da saúde financeira da gestão pessoal do indivíduo, a Educação Fiscal debruça-se sobre a saúde financeira da gestão pública.

Além das buscas realizadas no site da SEDUC-SP, ao digitar os termos “Educação Financeira nas escolas estaduais do Estado de São Paulo” no site de busca Google, dezenas de milhares de resultados foram revelados entre notícias, artigos científicos e documentos que detalham projetos que já foram ou que ainda serão aplicados isoladamente na rede de ensino estadual paulista. Entretanto, apesar do número de registros encontrados, não há indícios até o momento de iniciativas de Educação Financeira voltadas para os estudantes da Educação Básica que englobem toda a rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Podem ser encontrados projetos isolados como o jogo digital sobre finanças pessoais “Edu no planeta das galinhas”, desenvolvido pela EVESP (Escola Virtual do Estado de São Paulo) para alunos do 4º ao 6º ano, em 2018; o projeto do Sicredi intitulado Cooperação na Ponta do Lápis, que desenvolveu a educação financeira dentro das escolas da rede estadual e colégios particulares de São Paulo (SP), em 2019; e disciplinas eletivas, oferecidas em Escolas de Tempo Integral, como por exemplo: “Educação Financeira – Sonhar Não Custa Nada”, que visava ensinar ferramentas da economia doméstica aos estudantes.

Além das iniciativas citadas, vale destacar que no segundo semestre de 2020, em pleno período de pandemia da COVID-19, o Centro de Mídias de São Paulo ofertou aos alunos e professores, da rede estadual de ensino, 24 aulas sobre o tema de 45 minutos cada, sendo 2 aulas por semana, por um período de 3 meses. Os estudantes do (5º ao 9º ano) e ensino médio (1ª a 3ª séries) tiveram acesso a uma disciplina eletiva de Educação econômico financeira, ministrada em parceria com a Febraban e transmitidas ao vivo, pelo site, aplicativo e página do Facebook do Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) e, ainda, pelos canais TV Educação e TV Univesp.

Embora esta iniciativa em parceria com a Febraban foi ofertada para toda a rede, por meio de ferramentas digitais e pela TV aberta, a assessora técnica da SEDUC-SP, Júlia Borges, alerta sobre as limitações de acesso dos estudantes ao Centro de Mídias de São Paulo:

[] mesmo com as estratégias de difusão, a proposta ainda não atinge a todos, uma vez que existem alunos que não possuem celular, computador ou televisão. Além disso, mesmo entre os estudantes que estão conseguindo acompanhar as aulas, é evidente que o resultado obtido não é o mesmo que nas aulas presenciais ¹⁸.

Além das iniciativas citadas, o Programa *Aprender Valor*, proposto pelo Banco Central do Brasil e já mencionado no item 2.1, merece atenção no cenário estadual, haja vista a oportunidade que se apresenta para toda a rede estadual, diretorias regionais de ensino e escolas públicas (municipais e estaduais) do Estado de São Paulo em usufruir de recursos educacionais voltados para o desenvolvimento profissional dos gestores escolares e professores, assim como de um conjunto de Planos de Aulas e Sequências Didáticas físicas e digitais sobre Educação Financeira. É fato que, devido a sua recente implementação, ainda não existem registros de avaliações dos resultados do programa, entretanto, o mesmo tem se mostrado um caminho acessível às instituições de ensino estaduais, no momento. Caberá, portanto, a necessidade de pesquisas futuras para avaliar a adesão e impacto deste programa, bem como sua efetividade.

Diante da possibilidade de tratativas direta entre Policy Makers e escolas, surgem os primeiros sinais de que políticas públicas de Educação Financeira podem enfim alcançar as instituições estaduais paulistas e ganhar maior atenção de gestores e professores a partir de 2021. Com isto, torna-se crível esperar que adultos do futuro terão a chance de ter melhores resultados econômicos financeiros que a geração de estudantes e professores do presente.

3.3 Cenário local da pesquisa

Diante dos altos índices de inadimplência no país e, por conseguinte, no Estado de São Paulo e em suas microrregiões, desperta a atenção dos formuladores e analistas de políticas públicas para os problemas locais, muitas vezes ocasionados

¹⁸ O texto está disponível em: <http://econoeduc.com.br/2020/09/cmspfuturo/> . Acesso em: 07 jun. 2021.

pela crise e pelo desemprego e agravados pela falta de planejamento para o futuro e má gestão no uso do crédito, como em financiamentos, empréstimos, crédito consignado, entre outros que ocasionam descompasso e desequilíbrio na economia familiar.

Em consonância com as pesquisas internacionais, os relatórios e mapeamentos brasileiros divulgados pela ENEF (2013; 2018) apontam a necessidade de incentivar iniciativas direcionadas a públicos mais vulneráveis, como analfabetos, com pouco ou nenhum uso do sistema financeiro e de menor renda, bem como focalizar nas ações de Educação Financeira nas escolas voltadas para instituições de ensino públicas (estaduais e municipais), tendo como público-alvo principal estudantes e professores.

Partindo das reflexões arroladas até o momento, este estudo realizou um recorte amostral das iniciativas de Educação Financeira nas escolas direcionadas a públicos mais vulneráveis, assim como investigou suas demandas e perspectivas. Como parâmetros de seleção do município pesquisado, optou-se pela cidade na qual a pesquisadora reside, leciona e observa discursos e práticas de estudantes e educadores que divergem das diretrizes propostas pela literatura da área. Sendo assim, foi escolhida uma cidade de médio porte (com população entre 100.000 e 500.000 habitantes), conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com altos índices de inadimplência e que ofertasse à população o Ensino Fundamental – Anos Iniciais - na rede estadual.

Desta forma, o local eleito para sediar a pesquisa foi o município de Franca, localizado na região norte do interior do Estado de São Paulo, com aproximadamente 355.901 habitantes (IBGE, 2020) e que apresenta indicadores de inadimplência crescentes e preocupantes. Ao comparar o índice de cadastros de negativados no Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) na cidade de Franca – SP com o número de famílias com contas em atraso na capital do Estado e no país, constata-se que a cidade eleita para o estudo acompanha a evolução de indicadores estaduais e nacionais de inadimplência, superando em proporções a média de crescimento de endividados nos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019, como mostra a Tabela 1.

Os valores da Tabela 1, cedidos respectivamente pelo Instituto de Economia da Associação do Comércio e Indústria de Franca (ACIF)¹⁹ e disponíveis para consulta pública no site FecomercioSP²⁰ e no site da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Turismo (CNC)²¹, demonstram que os indicadores de inadimplência do município de Franca se mantém crescentes no período de 2014 a 2019, apresentando em 2018 evolução inversamente proporcional à média da capital e do país

Tabela 1: Comparativo de negativados no serviço central de proteção ao crédito (SCPC) na cidade de Franca – SP e famílias inadimplentes no Estado/ País

Ano de referência	Número de negativados em Franca	Número de famílias com contas em atraso na capital (SP)	Número de famílias com contas em atraso no Brasil
2014	4.373	389.824	2.709.160
2015	11.079 (60,5%) ↑	615.919 (36,7%) ↑	3.397.054 (20,2%) ↑
2016	11.571 (4,3%) ↑	700.615 (12,0%) ↑	3.687.463 (7,9%) ↑
2017	12.759 (9,3%) ↑	765.819 (8,5%) ↑	3.998.824 (7,8%) ↑
2018	21.629 (41,0%) ↑	685.240 (11,7%) ↓	3.626.703 (10,2%) ↓
2019	47.221 (54,2%) ↑	873.904 (21,5%) ↑	3.921.906 (7,5%) ↑

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela ACIF, FecomercioSP e PEIC.

A partir dos valores apontados na Tabela 1, torna-se, portanto, o superendividamento um problema público local. Contudo, não se pode afirmar somente por estes índices que tal evolução ano a ano é resultado da falta de Educação Financeira, não figurando os dados apresentados na tabela como causa direta da inadimplência no município. Por outro lado, tais índices servem como evidência de que são urgentes soluções para este problema público e, neste sentido, os estudos de Fiori et al. (2018) sugerem que as medidas educativas podem ser uma alternativa viável para tratar esta questão, visto que encontraram relação direta entre

¹⁹ ACIF: Associação do Comércio e Indústria de Franca, tem como missão representar e congregar empresários do comércio, da indústria e prestadores de serviços da cidade, oferecendo produtos e serviços que buscam fortalecer e melhorar os níveis de atendimento desses setores.

²⁰ Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)/ Capital do Estado de São Paulo/ Série Histórica. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic> . Acesso em: 07 jun. 2021.

²¹ Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)/ Nacional/ Série Histórica. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-maio-de-2021/344492> . Acesso em: 07 jun.2021

a população inadimplente investigada e a falta de conhecimento “seguro” sobre Educação Financeira.

Diante da dimensão e desdobramentos que a ENEF ocupa no cenário nacional, enquanto política de estado há mais de uma década, somado ao fato da obrigatoriedade de abordagem do tema Educação Financeira a partir da BNCC (2017), havia a expectativa inicial de que o *Programa Educação Financeira nas escolas* ou outros sobre este mote fossem conhecidos pelos gestores das escolas investigadas ou que, até mesmo, fossem adotados por algumas delas. Por essa razão objetivou-se investigar a realidade local.

Outrossim, o relatório da AEF-Brasil (2018) demonstra a carência de conhecimentos de Educação Financeira por parte dos professores no Brasil e a pesquisa de Miller e VanFossen (2008) revela que políticas curriculares norte americanas desencorajam os futuros docentes, nos cursos de formação inicial, a ensinar Educação Financeira para crianças nas escolas. Tais apontamentos despertam a atenção no presente estudo para o nível de conhecimento dos professores das escolas investigadas, bem como para a necessidade de proporcionar capacitações, a fim de “instrumentalizar o professor para utilizar os melhores métodos para a inserção da temática da Educação Financeira em seu conteúdo de disciplina, de modo transversal e alinhado às diretrizes da BNCC” (AEF-BRASIL, 2019, p. 15).

Partindo dos dados revelados no anuário da AEF-Brasil (2019), a maioria dos professores entrevistados informaram nunca ter participado de nenhum tipo de curso ou oficina de Educação Financeira. Isto indica que não basta oferecer uma disciplina, projeto ou programa nas escolas tratando do tema, mas para além disto, é preciso proporcionar cursos de “transformação”²² de professores. Sendo assim, o próximo capítulo detalha a investigação local realizada nas escolas do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, etapa escolar, esta, na qual se inicia a proposição, pela BNCC, e expectativas de aprendizagem de Educação Financeira (EF) que se relacionam com situações cotidianas de Economia e Finanças Pessoais. O estudo realizado na cidade de Franca (SP), buscou identificar a existência de políticas públicas de Educação Financeira nas escolas voltadas para estudantes, os conhecimentos que os docentes detêm sobre finanças pessoais e possíveis demandas das escolas neste âmbito.

²² Termo utilizado por Pacheco (2016) ao se referir a cursos de capacitação docente continuada. Com esta abordagem, objetiva-se deslocar da ideia de considerar o professor como objeto de formação, quando deveria ser tomado como sujeito em transformação”.

4 DA METODOLOGIA À LEITURA DOS DADOS

Utilizou-se neste estudo, para a apreciação e interpretação dos dados, o método de análise de conteúdo de Bardin (1979), de modo que as respostas dos questionários estruturados aplicados a gestores e professores foram classificadas, codificadas, organizadas e tratadas por meio de inferência e interpretação.

Para a coleta dos dados, este estudo focalizou nas escolas estaduais que integram a Diretoria de Ensino - Região de Franca (D.E.R.F), priorizando para análise as unidades de Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em um primeiro momento, a pesquisadora realizou uma investigação documental na internet, conforme item 2.2, e pessoalmente na D.E.R.F para identificar iniciativas de Educação Financeira que partissem dos órgãos centrais estaduais ou adjacentes, direcionadas às escolas pesquisadas, entretanto, os resultados não revelaram políticas públicas com alcance local.

Por esta razão, foi solicitado ao dirigente de ensino vigente a anuência para realizar uma investigação *in loco*, no período de maio de 2019 a maio de 2020, nas escolas estaduais dos Anos Iniciais, a fim de identificar a existência de outras iniciativas de Educação Financeira, por meio de parcerias ou autoria própria, que trataremos aqui como *independentes*; além de averiguar a percepção e conhecimento de Educação Financeira que gestores e professores detinham. Desta forma, diante de prévia autorização, dois questionários estruturados, tipo survey, foram elaborados pela pesquisadora e encaminhados às unidades de ensino estaduais do município de Franca, por e-mail institucional, enviados pelo Núcleo de Apoio Administrativo da D.E.R.F.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, ambas por meio de formulário estruturado, que serão apresentados a seguir nos itens 4.1 e 4.2. O primeiro buscou identificar, junto aos gestores, informações sobre programas de Educação Financeira oferecidos aos estudantes, em uma pesquisa quantitativa realizada em maio de 2019. Nesta análise primária, tomou como base a teoria de Minayo e Sanches (1993), utilizando-se da linguagem matemática para descrever, representar e interpretar as respostas enviadas pelos gestores escolares.

A partir das informações coletadas em 2019, foi revelada a necessidade de buscar novos dados junto aos docentes e, esta segunda etapa, deu-se por meio de uma pesquisa qualitativa aplicada em 2020, sob o enfoque de Bakhtin (1986), o qual

acredita que as palavras são importantes fontes de informação, imbuídas de material ideológico, indicando as relações e transformações sociais, aclarando valores, normas e símbolos, representações de grupos determinados em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.

Em ambos os levantamentos, os dados foram coletados por meio do envio de formulário eletrônico, encaminhado por e-mail institucional pela D.E.R.F., com perguntas organizadas em questionário estruturado, acompanhado na seção de capa com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE apresentou linguagem acessível à compreensão do participante, assegurando-lhe de que os dados fornecidos estariam seguros e reservados à pesquisa.

4.1 Formulário aplicado aos gestores

O primeiro questionário estruturado, com 7 perguntas, foi direcionado, em maio de 2019, ao trio gestor das unidades escolares de Anos Iniciais (diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico), a fim de identificar se os mesmos conheciam programas de Educação Financeira nas escolas, se já haviam oferecido algum programa para os estudantes, se conheciam a ENEF e a opinião pessoal sobre a abordagem do assunto no ambiente escolar.

Partindo das questões, propostas inicialmente por Thomas Dye (1984), buscou-se com este questionário compreender como as escolas estão tratando o problema público da inadimplência, em especial do “não pagamento das dívidas”, que assola a cidade e compromete o bem-estar da população. Além disso, entender a visão do gestor sobre a inclusão e tratamento do tema Educação Financeira nas escolas permite vislumbrar a necessidade de novas políticas públicas ou o aprimoramento das políticas já existentes.

Para tanto, este questionário - apresentado no Quadro 2 - foi enviado para os 58 diretores das unidades escolares estaduais, englobando escolas de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico. Embora o público-alvo da pesquisa fosse as escolas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, etapa em que se recomenda iniciar a abordagem de Economia e Finanças Pessoais pela BNCC, aplicou-se o primeiro levantamento para todas as unidades de Educação Básica da rede estadual da cidade, a fim de levantar informações e melhor compreender a implantação de políticas públicas de Educação Financeira nas escolas estaduais locais.

Quadro 2 - Formulário aplicado aos gestores

1. Qual sua função nesta unidade escolar?	Diretor
	Vice diretor
	Coordenador Pedagógico
	Outro
2. Em qual escola estadual você trabalha?	
3. Sua escola oferece qual (is) níveis de ensino? (Marque todas que se aplicam)	Educação Infantil
	Ensino Fundamental 1
	Ensino Fundamental 2
	Ensino Médio
	Ensino Técnico
4. Conhece algum Programa de Educação Financeira nas Escolas? Em caso afirmativo, descreva no campo "outros". (Marque todas que se aplicam)	Sim
	Não
	Outros
5. Sua escola realiza ou já realizou alguma ação ou projeto voltado para a Educação Financeira? Em caso afirmativo, descreva qual/quando no campo "outros".	Sim
	Não
	Outros
6. Você conhece a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)? (Marque apenas uma)	Sim
	Não
	Outros
7. A Educação Financeira deve ser contemplada na escola? Justifique no campo "outros".	Concordo
	Discordo

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da observação desses formulários, apresenta-se a descrição dos dados coletados, por meio de gráficos e tabelas, e as interpretações daquilo que foi possível constatar. Das 58 escolas que receberam o formulário, apenas 43 gestores retornaram as respostas, totalizando 74,1% do total de escolas da rede estadual local. Dos formulários retornados, 11 destes correspondem ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais, 32 ao Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio, 4 escolas ofertam apenas o Ensino Fundamental – Anos Finais, 26 ofertam o Ensino Fundamental – Anos Finais e o Ensino Médio, e 2 unidades ofertam apenas o Ensino Médio.

No entanto, dado que o Ensino Fundamental – Anos Iniciais - contempla o ciclo de análise desta pesquisa, a amostra foi reduzida para 11 escolas²³ que serão analisadas a seguir.

²³ Deste total, uma escola oferta o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais e também o Ensino Médio. Tal escola foi inserida na amostra haja vista que, a consideração da mesma não diferenciou o resultado obtido a partir da análise realizada com as 10 escolas que oferecem somente o Ensino Fundamental – anos iniciais, as quais compreendem o foco da pesquisa.

4.1.1 *Das Escolas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais*

Visando identificar qual a função que o respondente ocupa na escola, a primeira questão considerou o total da amostra igual a 11 unidades escolares e revelou que, em sete delas, o formulário foi respondido pelo diretor, o que corresponde a 63,64% da amostra, enquanto nas demais quatro escolas, quem respondeu as questões foi o vice-diretor, equivalendo a 36,36% da amostra.

Nesta primeira questão, identificou-se que 100% das unidades respondentes seguiram a recomendação enviada por e-mail pela Diretoria de Ensino, a qual solicitava que o respondente integrasse o trio gestor, ou seja, fosse diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico, membros estes, comumente, responsáveis pela adesão e acompanhamento dos programas oferecidos nas escolas.

A segunda questão buscou conhecer a escola de atuação do gestor e a terceira questão revelou a etapa de ensino oferecida na unidade escolar em que exerce o cargo. Ambas questões serviram para identificar e validar se os respondentes se enquadravam, de fato, no público alvo da pesquisa, além de fornecer dados para a análise descritiva e possibilitar fazer um recorte sobre o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o qual é o cerne desta pesquisa.

A quarta questão revelou que, ao serem questionados sobre conhecer ou não algum programa de Educação Financeira nas escolas, somente uma unidade escolar e, portanto, 9,1% da amostra, afirmou conhecer algum programa associado a tal tema. Os demais diretores e vice-diretores afirmaram desconhecer qualquer programa na área, o que significa que 90,9% dos gestores das escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais que compõem a amostra desta pesquisa, declararam que não conhecem os programas de Educação Financeira na escola.

Buscando conhecer se alguma das escolas consideradas na amostra faz uso de projeto da área de Educação Financeira no ambiente escolar, na quinta pergunta foi questionado ao respondente se a escola em que atua realiza ou já realizou projetos voltados para Educação Financeira. Surpreendentemente, apesar do contexto de inadimplência crescente no município e da indicação de tratamento do assunto apresentada desde os PCN até o advento da BNCC, apenas um gestor (9,1%) relatou ter realizado algum projeto de Educação Financeira, enquanto 10 gestores disseram que nunca fizeram projetos envolvendo este tema, o que representa 90,9% do total de escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais de Franca que participaram da

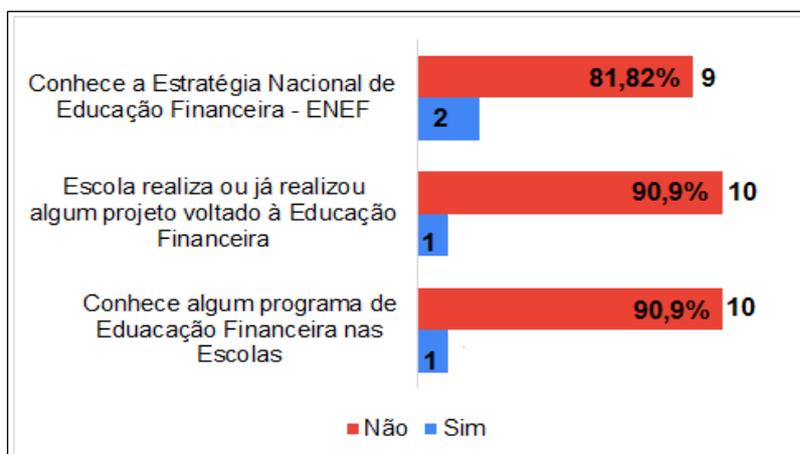
pesquisa. Por ser um problema público do município, acreditava-se que este mote recebesse maior atenção da população e dos gestores públicos, inclusive dos gestores escolares.

Merece destaque o fato de que a escola que afirmou realizar ou ter realizado algum projeto de Educação Financeira, não é a mesma que declarou conhecer algum projeto de Educação Financeira na questão 4, ou seja, alguma das escolas que respondeu não conhecer qualquer projeto de Educação Financeira foi a única a ter desenvolvido algum projeto neste tema. Sobre este fato, é possível que algum professor tenha desenvolvido algum projeto pontual na unidade escolar, podendo este docente ter conhecimento ou não de algum programa e justificando a resposta do gestor. Contudo, os dados coletados são insuficientes para confirmar esta hipótese.

Diante da possibilidade da ausência de iniciativas de Educação Financeira nas escolas, era preciso apurar se algum programa de Educação Financeira era familiar aos gestores, em especial a ENEF, política pública federal de Estado, vigente desde 2010. Para tanto, a sexta pergunta evidenciou que a maioria dos respondentes não conhece a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), vigente desde 2010 no país, uma vez que somente dois diretores (18,18%) responderam “sim” ao serem questionados sobre conhecer tal política. Os diretores e vice-diretores das nove demais unidades escolares (81,82%) responderam não conhecer esta política pública federal.

Este resultado desperta a atenção pelo fato que os dois diretores que disseram conhecer a ENEF relataram desconhecer programas de Educação Financeira nas escolas. Uma hipótese para tal fato é que os diretores referidos conheçam a existência da ENEF, mas não conheçam os programas que são oferecidos por ela. Outra preocupação evidenciada nesta questão é que, embora o país possua uma política pública nacional de Educação Financeira, há mais de uma década, a mesma não alcançou abrangência ou significância suficiente para ser conhecida e contemplada por seu público alvo, haja vista que as escolas correspondem a um dos nichos centrais atendidos pela ENEF, por meio do Programa de Educação Financeira nas Escolas.

A Figura 2 ilustra as respostas das questões 4, 5 e 6 do formulário.

Figura 2 - Respostas da quarta, quinta e sexta questões

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Por fim, a sétima pergunta do questionário buscou identificar a visão dos gestores em relação à inclusão do tema Educação Financeira na escola. Vale destacar que ao transmitir visões sociais particulares e interessadas e ao optar por contemplar ou não determinados conteúdos e abordagens no currículo, os gestores públicos, por meio de políticas públicas de governo, colocam em jogo a própria visão de mundo e, esta, passa a ser multiplicada a uma geração de aprendizes.

Desta forma, observa-se que nas escolas que ofertam o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, todos os gestores respondentes defendem que a Educação Financeira deve ser contemplada no ambiente escolar. Isto demonstra que, apesar de a maioria deles não conhecer as políticas públicas de Educação Financeira vigentes no país, os gestores pesquisados apresentam ideias convergentes às mesmas. Alguns dos líderes que concordaram com a inclusão do assunto na escola, justificaram suas respostas, endossando a importância de apresentar a Educação Financeira para os estudantes o quanto antes, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 - Transcrição das justificativas dos gestores para contemplar educação financeira na escola

1. "Importante desde cedo entender a importância de controlar gastos de acordo com ganhos, por exemplo."
2. "Forma de educação viável e necessária."
3. "Acho interessante a criança ter noção de Educação Financeira."

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Ao analisar as transcrições dos gestores, nota-se que os respondentes apontaram como mote fundamental questões relacionadas ao planejamento e uso do

dinheiro, mas em nenhuma das justificativas indicou a necessidade de tratar questões éticas relacionadas ao trabalho e a preservação ambiental, por exemplo. Ademais, não apontaram motes importantes das finanças pessoais, como poupança ativa e uso do crédito.

4.1.2 Outras contribuições da rede

Apesar das escolas do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio não serem a prioridade do estudo, os gestores destas instituições contribuíram em suas respostas com informações significativas, as quais possibilitaram maior compreensão do tratamento que a Educação Financeira tem recebido nas diferentes etapas do ensino.

Nas escolas estaduais que oferecem Ensino Fundamental – Anos Finais e/ou Ensino Médio, o questionário foi respondido nas seguintes proporções: 17 diretores (53,12%), oito vice-diretores (25%), seis coordenadores pedagógicos (18,75%) e um gerente de organização escolar, representado pelo secretário da escola (3,12%). Desses 32 gestores, um vice-diretor e um coordenador pedagógico (6,25%) responderam que conhecem algum Programa de Educação Financeira nas Escolas, enquanto os respondentes das demais 30 escolas (93,75%) afirmaram não conhecer nenhum Programa de Educação Financeira nas Escolas. Um dos gestores mencionou conhecer um curso oferecido pela plataforma online Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EFAPE), direcionado aos servidores da Educação Estadual do Estado de São Paulo. Apesar do curso citado não ter sido especificado, acredita-se que seja uma das iniciativas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo voltadas para professores que foram mencionadas no item 2.2 deste estudo.

Ao serem questionados sobre realizar ou ter realizado alguma ação ou projeto voltado para a Educação Financeira, três diretores do Ensino Fundamental – Anos Finais e/ou Ensino Médio responderam sim para tal questão. Um dos diretores justificou que sua escola tem realizado alguns projetos interdisciplinares, sendo a educação financeira um dos pontos abordados. Disse ainda oferecer a disciplina eletiva "Fazendo sabão", na qual os alunos aprendem a calcular os custos do produto produzido para a venda. Outro diretor explicou que realiza um projeto de Leitura de Gibis, no qual os gibis doados pela SicobCred são disponibilizados aos alunos no

horário do recreio e, caso desejem, podem levar para casa. Além disso, esta escola disse estar investindo na formação dos professores para que esses trabalhem com os gibis de forma "direcionada" em Sala de Aula. O terceiro diretor que afirmou realizar alguma ação ou projeto de Educação Financeira na escola não justificou sua resposta.

Ao responder se conheciam a Estratégia Nacional de Educação Financeira, somente dois coordenadores pedagógicos declararam conhecer a ENEF e, assim como aconteceu nos Anos Iniciais, estes gestores não são os mesmos que afirmaram conhecer programas de educação financeira nas escolas.

Quando questionados se a Educação Financeira deveria, ou não, ser contemplada na escola, 30 gestores concordaram e dois vice-diretores discordaram. Note-se que um ponto comum aos gestores que discordam da abordagem da Educação Financeira na escola corresponde ao fato de que ambos são vice-diretores do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. Uma das justificativas apresentadas foi: *“Acho que deveria ser contemplada como tema transversal para ensinar como gastar o dinheiro, economizar, fazer previsão de gastos etc.”*. Observe-se que, a despeito de assinalar o item *“discordo”*, sua justificativa contraria sua resposta, visto que o mesmo gestor que discorda da abordagem do tema Educação Financeira na escola, defende que o assunto seja trabalhado de forma transversal no ambiente escolar. Tal fato demonstra que ainda há gestores que desconhecem a proposta da BNCC e suas indicações sobre os temas contemporâneos transversais, na qual a Educação Financeira está inserida e é apontada para ser abordada na escola.

Embora 41 gestores do total da amostra concordaram que a Educação Financeira deva ser contemplada na escola, apenas quatro das 43 escolas respondentes relataram já ter desenvolvido iniciativas de Educação Financeira (EF) junto aos estudantes. Com base nestes dados, é possível notar que, embora houvesse gestores com visões pessoais interessadas em contemplar EF nas escolas, tal predisposição não garantiu que o tema fosse tratado na unidade escolar. Diante destes dados, é possível inferir que eleger ou não um mote para ser contemplado na escola transcende os limites meramente técnicos da escolha, mas traz a intencionalidade subjacente destas escolhas e seus reflexos ideológicos na comunidade aprendiz (MOREIRA; SILVA, 1994). Outrossim, Oliveira, Santos e Pessoa (2017) apontam para o papel do educador de EF e sua formação, de modo que a baixa instrumentalização dos professores, pode influenciar no desenvolvimento do

processo de ensino e aprendizagem e, portanto, esta pode ser uma das razões pela qual as escolas optam por não desenvolver projetos sobre o tema.

Diante das respostas dos formulários nesta primeira etapa da pesquisa, observa-se que não foram encontrados registros de escolas que adotam o Programa Educação Financeira nas Escolas vinculado à ENEF, além de identificar um número pífio de outras iniciativas ligadas à Educação Financeira, se comparada à dimensão da rede estadual na cidade.

4.2 Formulário aplicado aos professores

A fim de identificar se os docentes tinham acesso a programas de Educação Financeira, além de levantar possíveis demandas sobre o assunto, um segundo questionário estruturado, com 9 questões com informações sociodemográficas e 10 questões de Educação Financeira, foi elaborado pela pesquisadora e enviado via D.E.R.F. aos 514 professores das 17 unidades de ensino pesquisadas.

Para tanto, o Núcleo de Apoio Administrativo da D.E.R.F. enviou um e-mail institucional para os 17 diretores das unidades escolares estaduais dos Anos Iniciais, contendo um texto explicativo sobre a pesquisa, com os dados da pesquisadora e um questionário estruturado para ser respondido por meio de link/formulário. No corpo do e-mail foi solicitado que a pesquisa fosse repassada para todos os professores de suas respectivas escolas, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todas as 17 escolas que receberam o formulário repassaram os links para os docentes, totalizando 514 links enviados para professores polivalentes²⁴, professores especialistas de área²⁵ e professores coordenadores pedagógicos²⁶. Destas escolas, 7 atendem alunos meio período em dois turnos e 10 delas são Escolas de Tempo Integral (atendem os mesmos alunos das 07h00 às 15h10, oferecendo no contraturno das aulas regulares, atividades educativas, esportivas e culturais). Contudo, apenas 310 professores retornaram as respostas, totalizando

²⁴ Professor polivalente profissional que ensina conteúdos de diferentes componentes curriculares para os alunos dos anos iniciais (português, matemática, história, geografia, ciências, dentre outras).

²⁵ Professor especialista profissional que ensina conteúdos de áreas diversificadas como arte e educação física para os alunos dos anos iniciais.

²⁶ Professor coordenador profissional que desempenha diferentes funções pedagógicas voltadas para a orientação docente, gerenciamento e cobrança de resultados.

60,3% do total de docentes da rede estadual local, tornando a pesquisa 90% confiável, com uma margem de erro de 2.95%.

Seguindo o enfoque bakhtiniano, esta fase da pesquisa qualitativa teceu algumas análises com base nas respostas dos professores, as quais serão apresentadas a seguir, revelando informações e crenças implícitas no discurso docente e relacionando as diferentes variáveis como idade, tempo de magistério, conhecimentos prévios, perfil de escolhas de planejamento do uso de recursos, de poupança ativa, do uso do crédito e investimentos.

Nesta etapa, foram observados aspectos associados a consumo consciente, bem-estar subjetivo, modelo de tomada de decisão, hábitos de poupança e conhecimentos sobre finanças sob a perspectiva de Buaes, Comerlato e Doll (2015), Diener (1984), Kahneman (2012), Lusardi e Mitchell (2011), Katona (1975) e Lunt e Livingstone (1991).

O formulário, composto por 19 questões, foi estruturado em quatro seções, a saber: perfil sociodemográfico (nove questões), planejamento do uso de recursos (com quatro questões), poupança ativa (três questões), e uso do crédito e investimentos (três questões). Tais questões são apresentadas, de acordo com a seção, nos Quadros 4 – 7.

No primeiro grupo de questões, foram apresentadas perguntas sociodemográficas, com as quais objetivou certificar se os respondentes eram docentes atuantes na rede estadual, Anos Iniciais, e se detinham conhecimentos prévios sobre finanças pessoais e Educação Financeira advindos de cursos e treinamentos. Além disso, dados como faixa etária, sexo, cor/ raça, tempo de atuação profissional, outras atividades remuneradas, nível de escolaridade e formação inicial serviram como fonte de informações e referencial comparativo ao relacionar com o segundo grupo de questões, sobre os conhecimentos de Educação Financeira.

No segundo grupo de questões, parte dos itens incluídos foi retirada de pesquisas já existentes no Brasil e no exterior, enquanto outras foram elaboradas e analisadas pela pesquisadora com base em pesquisa bibliográfica e na definição de “bom gerenciamento de recursos financeiros”, do Banco Central do Brasil, para o qual significa: planejar o uso de recursos, poupar ativamente e gerenciar o uso do crédito (BCB, 2018).

4.2.1 Perfil sociodemográfico

As questões associadas à seção destinada a conhecer o perfil sociodemográfico do professor das escolas investigadas são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 - Formulário aplicado aos professores – Perfil sociodemográfico

1. Você leciona atualmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Estadual de Ensino – Região de Franca?	5. Qual teu tempo de atuação profissional como docente?
Sim Não	Até 5 anos De 6 a 11 anos De 12 a 17 anos De 18 a 23 anos Acima de 24 anos
2. Qual a sua faixa etária	6. Possui outra atividade remunerada além da docência? Em caso afirmativo, assinale "sim" e descreva-a no item outros.
19 a 24 anos 25 a 34 anos 35 a 44 anos 45 a 54 anos 55 anos ou mais	Sim Não Outros
3. Sexo	7. Já participou de algum treinamento/curso relacionado com finanças pessoais ou Educação Financeira?
Masculino Feminino	Sim Não
4. Qual a sua cor/raça?	8. Qual seu nível de escolaridade? (Marque todas que se aplicam)
Branca Preta Parda Amarela Indígena	Ensino Médio (2º grau) ou Magistério completo Superior incompleto Superior completo Especialização ou Aperfeiçoamento Mestrado ou Doutorado Pós-doutorado
9. Qual a sua formação inicial (graduação)? Marque a(s) opção(ões) que melhor se enquadrar e especifique-a no campo outros.	
Área de Humanas Área de Biológicas Área de Exatas	

Fonte: Elaborado pela autora.

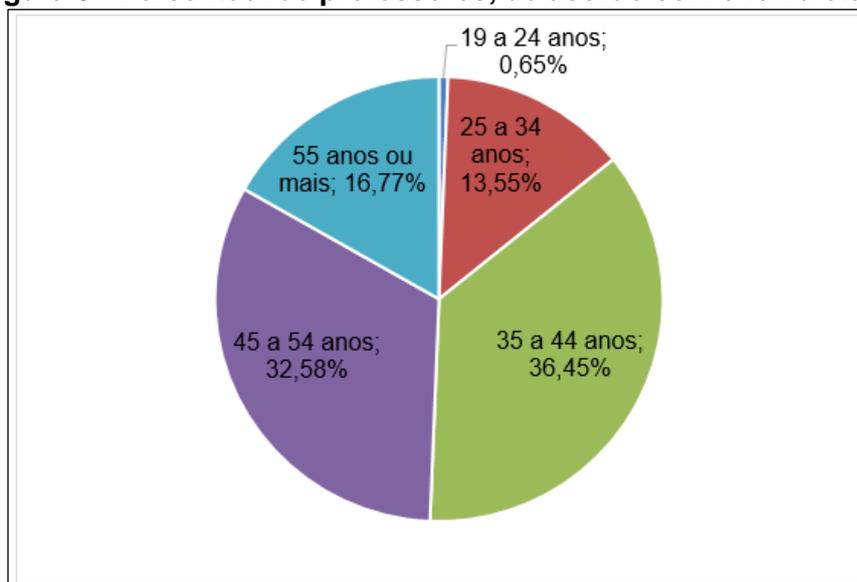
A primeira questão buscou certificar se o respondente era professor no Ensino Fundamental 1 (Anos Iniciais), de forma que 309 confirmaram que sim e 1 assinalou que não, o qual possivelmente trabalha em uma das escolas dos Anos Iniciais, mas não ocupa o cargo de professor. Desta forma, 99,7% da amostra corresponde a professores dos Anos Iniciais e apenas 0,3% atuam nesta fase escolar, mas não como docente, podendo ser um dos membros da equipe gestora (professor coordenador, vice-diretor ou diretor). Embora o respondente não esteja atuando na sala de aula, o

mesmo foi considerado neste estudo como professor, haja vista sua formação inicial (Superior Completo na Área de Humanas).

Ao perguntar sobre o perfil sociodemográfico do professor, evidenciou que o público da pesquisa se declara em sua maioria de raça/ cor branca, correspondendo a 83,5% da amostra, seguidos pela raça/cor parda com 12,6%, preta com 3,2% e amarela com 0,7%.

Em relação a faixa etária, apenas dois professores se encontram na faixa etária de 19 a 24 anos, 42 na faixa 25 a 34 anos, 112 na faixa dos 35 a 44 anos, 101 na faixa dos 45 a 54 anos e 52 com 55 anos ou mais. A Figura 3 ilustra o percentual de professores, de acordo com a faixa etária declarada.

Figura 3 - Percentual de professores, de acordo com a faixa etária



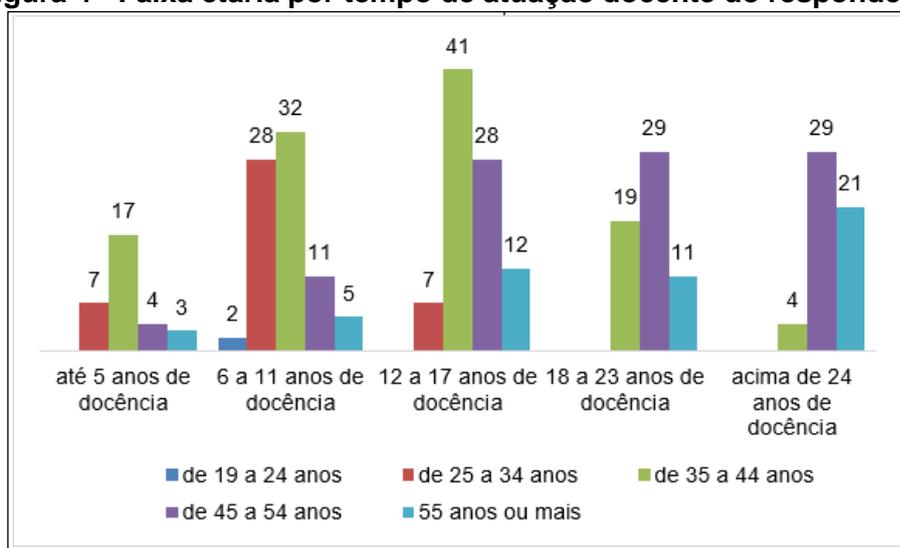
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Ao analisar o tempo de atuação no magistério e comparar com as faixas etárias, observou-se que os professores mais jovens, com idade até 24 anos, possuem de 6 a 11 anos de experiência docente. Em contrapartida, os docentes nas demais faixas etárias apresentam grande variação de tempo de serviço na sala de aula, como demonstra a Figura 4. Observa-se que a faixa etária de 35 a 44 anos se sobressai às demais quando analisados os docentes com até 17 anos de tempo de docência. Contudo, para os docentes que possuem mais de 18 anos de experiência, a faixa etária predominante é a de 45 a 54 anos.

Diante dos dados apresentados, uma faixa etária que desperta atenção são os docentes com idade até 24 anos possuírem de 6 a 11 anos de experiência, haja vista

que, habitualmente, os jovens terminam o Ensino Médio por volta dos 17 anos e, para findar um curso superior de licenciatura, levam no mínimo três anos. Portanto, os docentes com idade até 24 anos, se ingressados na rede estadual após graduados, deveriam ter menos de 6 anos de experiência. Desta forma, infere-se que os docentes tenham atuado como docente antes mesmo de findar o curso de graduação, por meio de programas de estágios, como o programa do Ministério da Educação - PIBID ou outros.

Figura 4 - Faixa etária por tempo de atuação docente do respondente



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Nota-se aqui que a idade é proporcional ao tempo de serviço. Todavia, um ponto que chama a atenção são os professores na faixa etária de 35 a 44 anos possuírem até 5 anos de atuação docente, contrariando a proporcionalidade dos demais extratos analisados. A distância de tempo entre o término do Ensino Médio (por volta dos 17 anos) e a faixa etária de 35 a 44 anos excede o período normal de quem termina a Educação Básica e ingressa no ano seguinte na graduação. Hipóteses que podem justificar tal distanciamento, são interrupção dos estudos, dificuldade de colocação no mercado de trabalho, migração de carreira para a docência, entre outras.

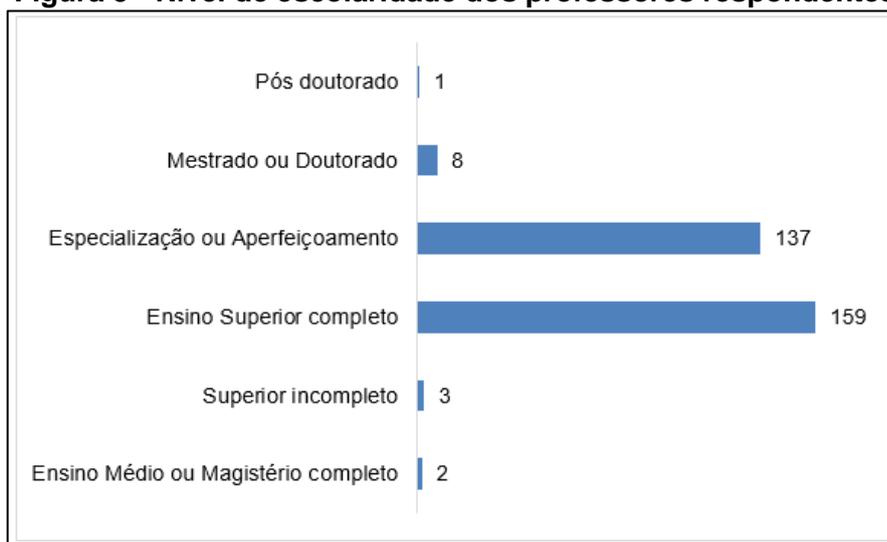
A questão 6 buscou identificar se o professor teria outra atividade remunerada além da docência. Mais de 90% dos professores que responderam o formulário declarou exercer outra atividade remunerada além da docência, entre as quais estão manicure, arquitetura, bailarina, cuidador de idoso, psicólogo e professor da rede privada. Somente 29 professores, o que representa menos de 10% do total da

amostra, não possuem outra atividade remunerada, além da docência. Estes índices despertam a atenção para aspectos econômicos e sociais, podendo indicar que a remuneração pelo trabalho docente seja insuficiente para garantir os proventos e demandas do lar.

Com o intuito de saber se o professor já teria tido algum contato com assuntos correlatos à Educação Financeira, na questão 7 o professor respondeu se já participou, ou não, de algum treinamento/curso relacionado com finanças pessoais ou Educação Financeira. Do total de 310 respondentes, somente 51 (16,4%) responderam que sim e os demais 259 (83,6%) responderam que nunca participaram.

Para conhecer o nível de escolaridade dos professores para os quais o formulário foi aplicado, a questão 8 forneceu opções de níveis de instrução correspondentes ao Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação. A maior parte dos respondentes (159 professores) possuem, no mínimo nível, algum curso superior completo, o que equivale a 51,3% dos entrevistados, seguidos de 44,2% (137 professores) que tem cursos de especialização ou aperfeiçoamento. Oito professores têm mestrado ou doutorado e apenas um fez pós-doutorado. Nesta amostra, dois respondentes declararam ter o Ensino Médio ou Magistério completo e três professores não concluíram o Ensino Superior. Tais quantidades são representadas graficamente na Figura 5.

Figura 5 - Nível de escolaridade dos professores respondentes



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

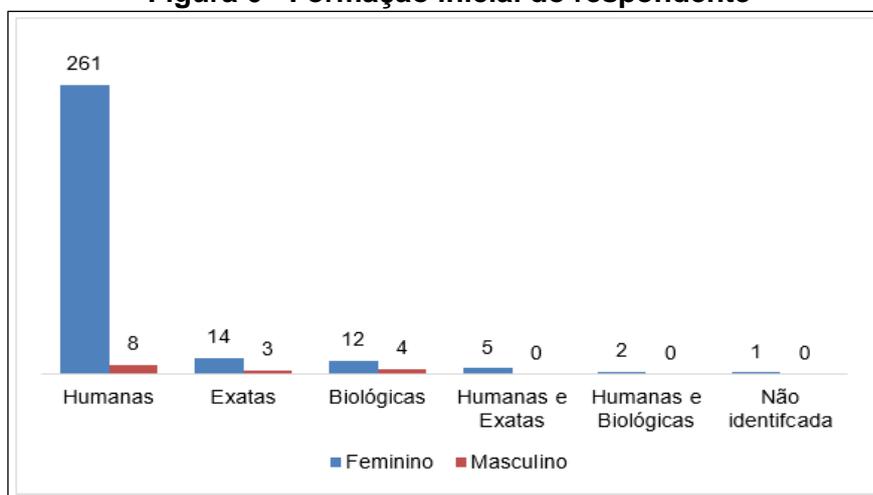
Dos professores que responderam à pesquisa, identificou-se que 95,2% são do sexo feminino, equivalendo a 295 pessoas e apenas 4,8% são do sexo masculino

correspondendo a 15 professores. Destes, 269 possuem graduação na área de Humanas, 17 na área de Exatas, 16 na área de Biológicas, 5 na área de Humanas e Exatas, 2 na área de Humanas e Biológicas e 1 não identificou a área de graduação, como mostra a Figura 6.

Ao observar as áreas de formação inicial dos respondentes, percebe-se que o sexo feminino sobressai ao sexo masculino em todas elas, podendo estes índices ter relação com a abordagem cultural vigente, que corrobora e reforça a construção da identidade feminina, doce e maternal, que atende instintivamente as necessidades do “cuidar”, comum na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. Tal cultura é ratificada pela ação da família, da escola e da sociedade.

Apesar de somente um respondente do sexo feminino não ter identificado a área de formação inicial, cabe ressaltar que duas das respostas que assinalaram a área de Humanas descreveram a formação inicial como Educação Física, o que demonstra que estes docentes apresentam dificuldade na identificação da área em que atuam, visto que Educação Física se enquadra na área de Biológicas.

Figura 6 - Formação inicial do respondente



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

4.2.2 Planejamento do uso de recursos

Além das questões do perfil sociodemográfico apresentadas no Quadro 4, a pesquisa trouxe outros três blocos de questões voltadas especificamente para o conhecimento e atitudes financeiras do professor. O Quadro 5 contém as questões referentes à seção definida por Planejamento do uso de recursos, as quais

possibilitaram identificar como o professor costuma planejar o futuro financeiro, aposentadoria, sonhos, projetos para viver com melhor qualidade de vida. Estas questões são de suma importância para a análise e planejamento de políticas públicas vigentes e futuras, haja vista que evidenciam os conhecimentos e percepção docente sobre as próprias finanças pessoais. Ademais, Oliveira, Santos e Pessoa (2017) apontam que os professores com maior conhecimento e melhor formação em EF conseguem ampliar e aprofundar a abordagem de temas sugeridos por diretrizes e materiais didáticos, o que demonstra a relação direta do conhecimento do professor e do processo de ensino-aprendizagem.

Quadro 5 - Formulário aplicado aos professores – planejamento do uso de recursos

1. Para planejar seu futuro financeiro, aposentadoria, sonhos, projetos e qualidade de vida, você costuma:									
Consultar familiares e parentes. Conversar com colegas de trabalho ou amigos. Usar calculadoras, simulares ou planilhas da internet. Consultar um planejador financeiro, consultor ou contador. Tomar decisões financeiras sozinho (a). Não fazer planejamento financeiro para o futuro.									
2. Numa escala de 1 a 10, onde 1 é insatisfeito e 10 é plenamente satisfeito, quanto você se considera satisfeito com seu planejamento financeiro?									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Suponha que um amigo te propôs uma aposta. Se você vencer, ganha R\$2.000,00. Se perder, perde R\$1.000,00. Você toparia?									
Sim Não Não sabe.									
4. Suponha que você vai a uma loja comprar algo específico. Ao chegar lá, percebe que toda a loja está em promoção. Uma reação comum para você é...									
Comprar tudo que puder, pois não sabe quando terá outra oportunidade como esta. Comprar a mais do que deveria ou poderia, com chances de arrependimento posterior. Comprar o que procurava inicialmente e mais algum produto que poderá ser útil futuramente. Comprar apenas o que foi procurar inicialmente. Comprar apenas o que está realmente fazendo falta no momento.									

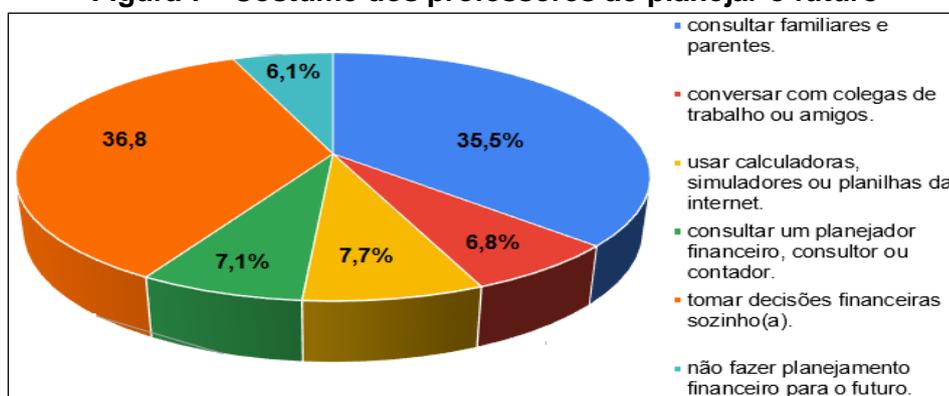
Fonte: Elaborado pela autora.

No eixo Planejamento e uso de recursos, pretendeu-se identificar se os professores tendem a planejar o consumo de forma consciente, conforme a visão de Buaes, Comerlato e Doll (2015). O consumo consciente financeiro visa a utilização planejada dos recursos, de modo a evitar gastos desnecessários ou desperdício de recursos. Sob esta abordagem, a questão número 1, pautou-se na pesquisa do SPC (2015) e buscou identificar como cada professor toma suas decisões ao se planejar para o futuro, priorizar e escolher sonhos, projetos e qualidade de vida.

As respostas da primeira questão indicaram que, ao planejar o futuro financeiro, a maioria dos professores costumam consultar familiares e parentes ou tomam as decisões financeiras sozinhos. Do total de 310 professores, 114 disseram que consultam seus familiares, representando 36,8% da amostra, e 110, ou 35,5% dos professores, costumam tomar as decisões sozinhos.

As quantidades de professores que assinalaram as demais alternativas apresentaram pouca variabilidade, uma vez que pertenceram ao intervalo de 19 a 24, representando percentuais entre 6% e 7,7%, como mostra a Figura 7.

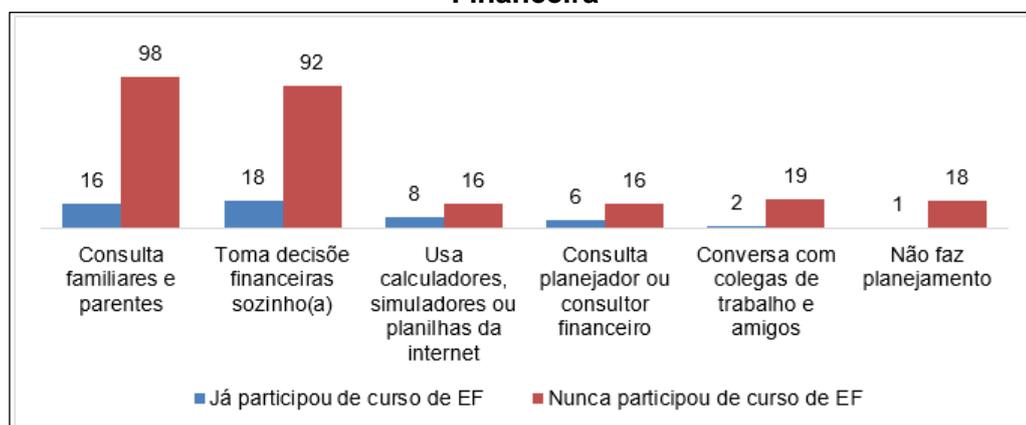
Figura 7 - Costume dos professores ao planejar o futuro



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

A análise das respostas da primeira questão também foi realizada considerando o fato de o professor ter, ou não, passado por algum curso ou treinamento de Educação Financeira. A Figura 8 mostra as quantidades de respostas para cada uma das opções disponibilizadas na questão.

Figura 8 - Planejamento para o futuro e participação em cursos de Educação Financeira



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

A partir da Figura 8, é possível observar que, o fato de o professor ter passado por algum curso ou treinamento de Educação Financeira, não alterou os maiores percentuais observados na Figura 7, ou seja, a maioria continua planejando o próprio futuro consultando familiares e parentes ou tomando as decisões financeiras sozinhos.

Note-se, nas Figuras 7 e 8 que, embora a maioria dos respondentes possua curso superior completo, os mesmos não se sentem seguros para tomar decisões financeiras, sozinhos e com autonomia, de forma que 58,4% deles costumam consultar alguém ou algum recurso para apoiar suas decisões. Neste sentido, Kistemann Junior (2011) destaca que algumas variáveis podem influenciar o comportamento e tomada de decisão de indivíduos-consumidores, tais como: diferenças individuais, influências ambientais e processos psicológicos. Por outro lado, 92 professores que nunca fizeram cursos ou treinamentos nesta área de conhecimento se julgam seguros para tomar decisões financeiras. Kahneman (2012) relata que “muitas pessoas são superconfiantes, inclinadas a depositar excessiva fé em suas intuições” ao fazer escolhas, pois acreditam que os esforço cognitivo é algo desagradável e por isso o evitam (KAHNEMAN, 2012, p. 51).

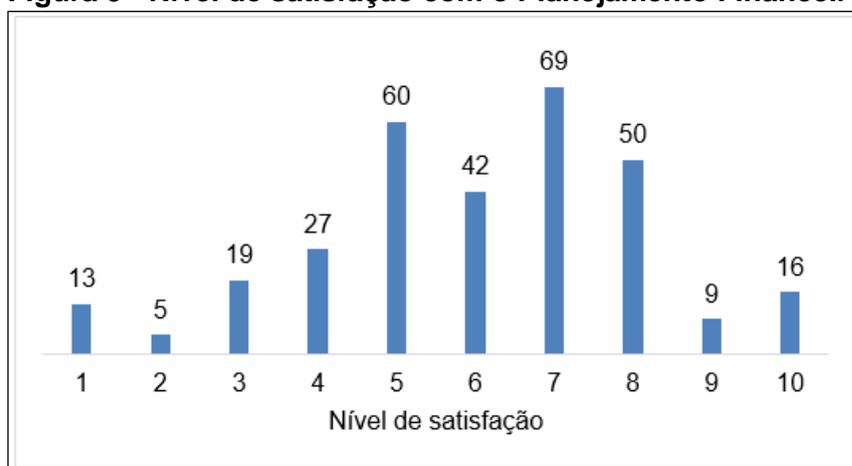
Outro ponto de atenção é que 62,7% dos professores que participaram de cursos de Educação Financeira costumam consultar familiares ou parentes, usar calculadoras da internet, consultar planejador ou conversar com colegas e amigos antes de tomar suas decisões de planejamento financeiro a médio e longo prazo. Isso demonstra que os cursos e treinamentos que fizeram, por alguma razão, foram insuficientes e que novos cursos de capacitação são necessários. Vale destacar que, embora o conhecimento esteja entre as diferenças individuais que podem afetar o comportamento e a tomada de decisão do consumidor, conforme apontam Blackweel, Miniard e Engel (2008), os processos psicológicos podem se sobrepor ao conhecimento em diversas situações cotidianas, fazendo com que o indivíduo-consumidor aja movido pelas emoções. Neste caso, o medo pode ser uma possível justificativa para o consumidor consultar diferentes fontes de informação, na tentativa de se assegurar e minimizar possíveis danos, como indica Kahneman (2012) em sua teoria de aversão a perdas.

A questão 2 baseou-se nas discussões trazidas pela Psicologia Positiva e nos instrumentos de avaliação de Diener (1984) sobre saúde e bem-estar e, portanto,

visou mensurar o nível de bem-estar subjetivo, ou seja, a satisfação em relação ao planejamento financeiro.

Ao serem questionados sobre o nível de satisfação com o próprio planejamento financeiro (questão 2), cujas alternativas foram apresentadas em uma escala de 1 a 10, os respondentes mostraram-se com bem-estar subjetivo elevado, uma vez que aproximadamente 80% (246 professores) selecionaram um nível de satisfação igual ou superior a 5, como mostra a Figura 9.

Figura 9 - Nível de satisfação com o Planejamento Financeiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

A questão 3 foi formulada pela pesquisadora com base nos estudos de Kahneman (2012) e revelou o modelo de pensamento e tomada de decisão do professor frente a situações de risco e possibilidade de perdas.

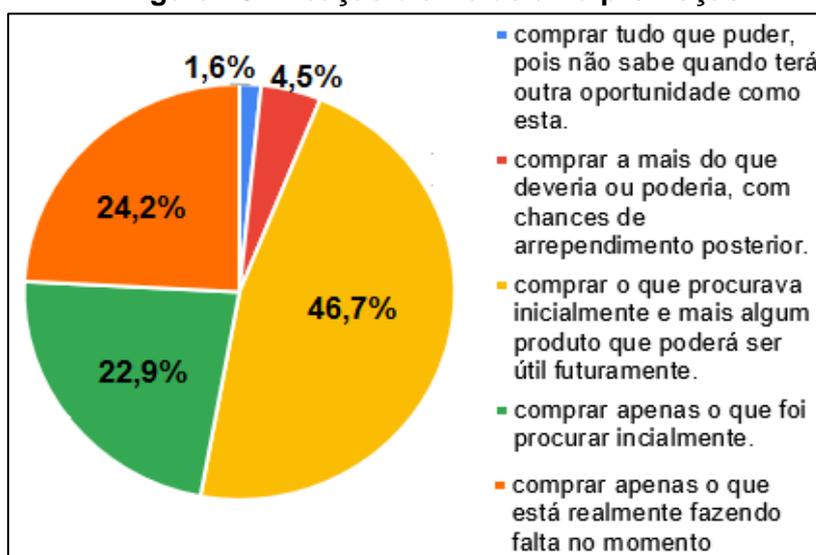
Nesta questão, o professor foi questionado se participaria, ou não de uma aposta em que receberia R\$ 2.000,00 se vencesse e desembolsaria R\$ 1.000,00 se perdesse. Do total de 310 respondentes, 234 afirmaram que não participariam, o que representa 75,5%, 32 topariam participar da aposta e 44 declararam não saber. Essa resposta vem confirmar a Teoria da aversão à perda defendida por Kahneman (2012), a qual justifica a rejeição dessa aposta. Trata-se de uma ação racional, frente a situações de risco, gerada por reações emocionais. Isso significa que o medo de perder é maior do que a esperança de ganhar e as pessoas são avessas às perdas mesmo quando o ganho pode ser vantajoso.

Por fim, elaborada pela pesquisadora, a questão 4 também partiu dos estudos de Kahneman (2012) e das duas formas de planejar e executar as ações que o autor defende: o Pensamento Rápido (emocional, intuitivo, impulsivo, involuntário, com foco no presente) e o Pensamento Devagar (racional, dedutivo, lento, consciente). O autor

aponta que os consumidores ficam sugestionados em suas escolhas, sustentados nos mecanismos psicológicos que produzem ancoragem (memórias afetivas que remetem a escassez e urgência) e são frequentemente utilizados pelo marketing. Com esta estratégia, objetiva-se aproveitar do pensamento rápido e intuitivo do consumidor e fazer com que o consumo se dê por impulso. Para entender se os professores se utilizam do sistema de pensamento rápido ou devagar e validar a aversão à perda de oportunidade e medo do arrependimento em uma compra, a questão 4 apresentou, por meio do gatilho da urgência e do raciocínio arbitrário, uma situação na qual o consumidor se vê diante da oportunidade de obter um produto com preço promocional por tempo limitado.

Desta forma, a questão 4 objetivou conhecer a reação do respondente ao se deparar com uma loja inteira em promoção. As respostas são ilustradas na Figura 10.

Figura 10 - Reação diante de uma promoção



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Ao se ver diante deste cenário, 145 participantes e, portanto, quase 47% do total, afirmou que compraria o que procurava inicialmente e mais algum produto que poderá ser útil futuramente. Somente 24,2% dos respondentes, ou seja, 75 professores, comprariam apenas o que realmente estaria fazendo falta no momento, e 71 comprariam apenas o que foi procurar inicialmente (22,9%).

Para cinco professores que responderam o formulário proposto, a reação comum ao se deparar com uma loja inteira em promoção é comprar tudo que puder, provavelmente por não saber quando terá outra oportunidade como esta, e 14 responderam que comprariam a mais do que deveria ou poderia, com chances de

arrependimento posterior. Juntas, tais quantidades representam quase 6% do total de respondentes.

Segundo Kahneman (2012), as pessoas possuem um grau subjetivo de crença que levam à tomada de decisão. De acordo com nossas crenças pessoais, há maior ou menor probabilidade de adotarmos a hipótese de que se não comprarmos agora “perderemos” a oportunidade e o preço será maior no futuro. Esta crença se sobrepõe à necessidade de adquirir o produto, podendo o mesmo se tornar sem utilidade, ser esquecido ou descartado com o tempo, levar o consumidor ao endividamento desnecessário, entre outros. Por esta razão, o autor alerta sobre o perigo de acreditar em tudo que vier à mente e recomenda que só devem ser aproveitadas as crenças que apresentam probabilidade lógica de resultados positivos, isto é, só se deve comprar se o produto for realmente necessário e útil no momento. Outra recomendação do autor é se atentar para não cair na *falácia do planejamento*, ou seja, fazer planos e prognósticos com resultados superotimistas e pouco realistas, que poderiam ser evitados com uma consulta às estatísticas de casos semelhantes. A superconfiança otimista de que “vai dar tudo certo” faz com que os riscos sejam relativizados, generalizados ou omitidos, podendo levar a consequências desastrosas no bem-estar financeiro.

Conclui-se, portanto, que se faz necessário analisar cada situação de compra, com cautela, a fim de evitar consumir por impulso e/ ou incorrer em arrependimentos futuros. Uma possibilidade de análise é utilizar-se das contribuições da Terapia Cognitiva Comportamental e responder para si antes de concretizar uma compra: Eu preciso comprar este item? Quais evidências de que não posso ficar sem ele? Há outras pessoas como eu que podem conviver sem este item? Quais consequências terei se ficar sem ele? Estas e outras questões podem auxiliar a identificar e destruir crenças automáticas, centrais e subjacentes que carregamos ao longo da vida e influenciam nosso modelo de tomada de decisão durante uma compra.

4.2.3 *Poupança ativa*

No segundo eixo Poupança ativa, as questões 1 e 2 foram retiradas da pesquisa de alfabetização financeira de Lusardi e Mitchell (2011), as quais visaram identificar o conhecimento dos professores sobre "Juros compostos" e "Inflação", conceitos estes da Matemática Financeira associados ao hábito da poupança ativa.

Embora as questões 1 e 2 comunguem do mesmo objetivo, elas apresentam redação e contexto distintos, de modo a comparar e validar as respostas.

Buscando medir o conhecimento do professor sobre o poder de compra de uma quantia em dinheiro que está sob influência da taxa de juros da conta poupança e da inflação, as questões mostradas no Quadro 6 foram inseridas no formulário.

Quadro 6 - Formulário aplicado aos professores – poupança ativa

1. Imagine que a taxa de juros na sua conta poupança foi de 1% ao ano e a inflação foi de 2% ao ano. Após 1 ano, você poderá comprar com o dinheiro nesta conta:
Mais do que hoje. Exatamente o mesmo que hoje. Menos do que hoje. Não sabe.
2. Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Após 5 anos, quanto você acha que teria na conta se você deixou o dinheiro crescer?
Mais de R\$102,00. Exatamente R\$102,00. Menos de R\$102,00. Não sabe.
3. Com que frequência você poupa parte dos teus ganhos para realizar metas e sonhos de longo prazo?
Sempre Periodicamente Raramente Nunca.

Fonte: Elaborado pela autora.

As respostas dadas à primeira questão do formulário revelaram que, ao ser questionado sobre o impacto da inflação no poder de compra do dinheiro, 41 respondentes e, portanto, 13,2%, afirmaram não saber qual é o impacto sofrido pela inflação. Outros 45 professores, representando 14,5% do total, responderam à questão de maneira incorreta. Infere-se a partir destes dados que 86 professores que lecionam regularmente para os Anos Iniciais, na rede de ensino investigada, não saberiam como ensinar ou facilitar a aprendizagem sobre o assunto junto aos seus estudantes. Tal constatação se torna ainda mais preocupante no momento, considerando que o país se encontra com índices de inflação alarmantes, acima de 7,50%, agravados pela crise macroeconômica e pela pandemia de COVID-19.

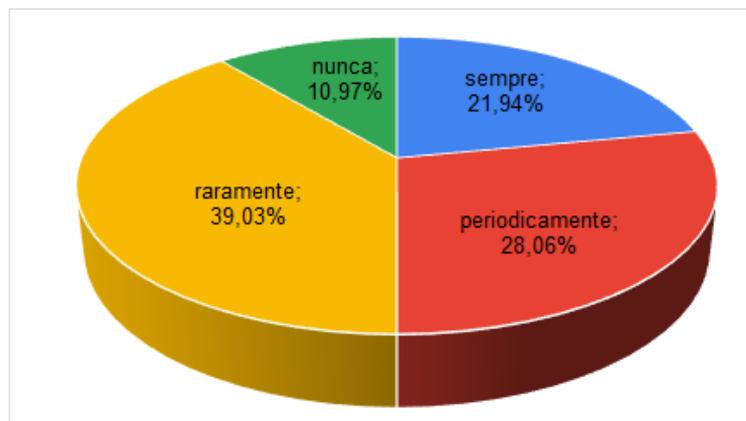
A segunda questão abordou o cálculo do montante, ou valor futuro, após um período, associado a uma quantia em conta poupança que está sob determinada taxa de juros. A maioria dos respondentes, com 258 professores, o que equivale a 83,2%,

demonstraram ter noção do valor do montante, enquanto 35 responderam incorretamente e 17 declararam não saber a resposta.

Finalizando este eixo, a questão 3 foi elaborada pela pesquisadora e baseou-se nas pesquisas de Katona (1975) e Lunt e Livingstone (1991) sobre o comportamento de poupar. Esta questão identificou os professores que nunca poupam (não têm hábito de poupar), poupam raramente (fazem uso da poupança residual e poupam quando há sobras de dinheiro), poupam periodicamente (fazem uso da poupança contratual, poupando regularmente devido a contratação de um serviço de seguro, previdência ou outros) e aqueles que poupam sempre (fazem uso da poupança discricionária, reservando com frequência e intencionalidade parte do dinheiro para poupar).

A partir das respostas dadas à terceira questão, pôde-se conhecer a frequência com que os respondentes poupam parte dos ganhos para realizar metas e sonhos de longo prazo. A Figura 11 mostra que 39%, o que equivale a 121 respondentes, raramente poupam, enquanto 34 nunca poupam para realizar metas e sonhos.

Figura 11 - Hábito de poupança ativa



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

A Figura 11 demonstra que, aproximadamente, 50% dos professores não possuem hábito de poupança ativa e não se planejam para a velhice ou situações de emergência. Estes índices vêm de encontro com os estudos de Lusardi (2011b), o qual comprova que a maior parte dos norte-americanos não se planejam para se aposentar. Ratificando estes números para a realidade brasileira, o Grupo Allianz

apresentou a primeira edição do seu "Relatório Global do Sistema Previdenciário"²⁷, ficando o Brasil na 43ª posição no ranking dos sistemas previdenciários no mundo e apontando que 90% das pessoas com mais de 25 anos não poupam dinheiro para o momento da aposentadoria. Vale destacar que nem sempre a atitude de não poupar parte dos ganhos mensais para a velhice pode ser caracterizada como uma escolha, sendo, esta, a única opção para milhares de brasileiros que recebem baixa remuneração pelo trabalho (quando a recebem) e que precisam eleger quais contar pagar ao final do mês.

4.2.4 *Uso do crédito e investimentos*

Por fim, no último eixo Uso do crédito e investimentos, as questões 1 e 2 buscaram identificar a preferência de tomada de decisão de compra à vista e a prazo, podendo esta estar associada a uma série de variáveis racionais, comportamentais e contextuais. A decisão pela forma de pagamento que se pretende pagar não segue uma lógica linear de comportamento, podendo, como mostra o sistema de decisão de Kahneman (2012), pessoas com características semelhantes optarem por formas de pagamento diferentes. A escolha do indivíduo por um determinado consumo de crédito pode ser influenciada por diferentes fatores como: a vantagem da troca intertemporal (compra no presente e paga no futuro), o tipo de produtos e condições de pagamentos apresentadas, os descontos e juros envolvidos, o conhecimento financeiro, o nível de materialismo e impulsividade, entre outros. Sendo assim, a opção por uma forma de pagamento em detrimento de outra pode ser sustentada pelo Sistema 1 (escolhas automáticas, rápidas e impulsivas) e conjuntamente pelo Sistema 2 (racional, lento e analítico). Com estas duas questões, pretendeu-se relacionar o modelo de tomada de decisão do uso do crédito com outras variáveis propostas no questionário.

No Quadro 7 são apresentadas as questões referentes à quarta e última seção do formulário aplicado aos professores. O objetivo foi identificar o comportamento do professor ao se deparar com situações envolvendo o uso do crédito e investimentos. É fato que as diversas linhas de crédito podem auxiliar na realização de sonhos, em situações de emergências, entre outras, contudo, é preciso empregá-las de modo

²⁷ Pesquisa que avaliou sistemas previdenciários no mundo mostrou que Brasil ocupou o 43º lugar entre os 70 países avaliados. Disponível em: <https://www.allianz.com.br/sobre-allianz/sala-de-imprensa/relatorio-global-2020.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

consciente, a fim de evitar o pagamento de juros exorbitantes e desnecessários. Ademais, noções de investimento minimizam as chances de se tornar vítimas de propagandas enganosas, fraudes e incorrer em riscos evitáveis.

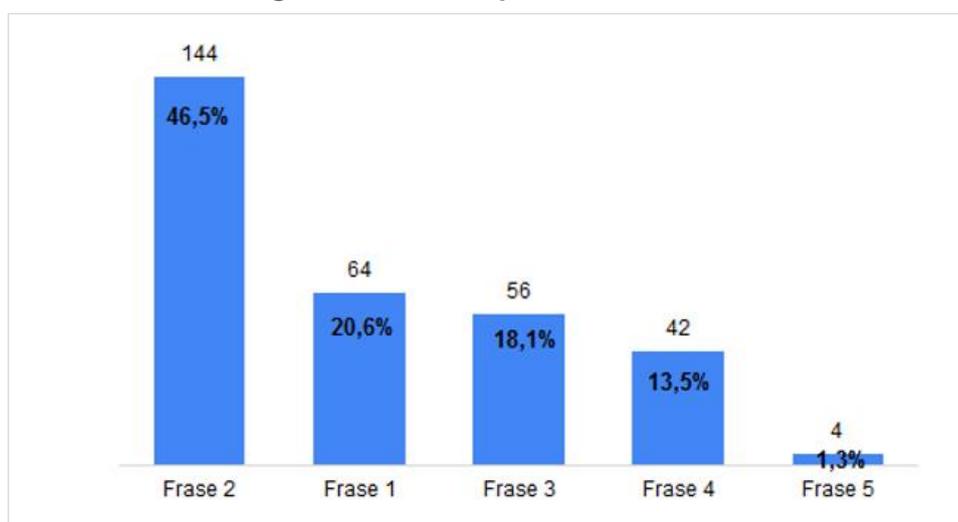
Quadro 7 - Formulário aplicado aos professores – uso do crédito

<p>1. Com qual frase você mais se identifica?</p> <p>Prefiro pagar de uma vez e ficar livre de dívidas. Procuo o preço mais baixo antes de fazer uma compra. Se posso pagar o valor das parcelas, prefiro comprar a prazo. Posso esperar para comprar o que quero com desconto. Fazer empréstimo não é problema porque tenho emprego e salário garantidos.</p>
<p>2. Suponha que você foi a uma loja comprar algo de que necessita muito. Ao chegar lá, percebeu que este produto, que antes custava R\$180,00, agora está em promoção. Considerando que você tem o valor total para comprar agora, qual das formas de pagamento você escolheria?</p> <p>R\$110,00 à vista. 2 parcelas de R\$55,00. 3 parcelas de R\$43,50. Não sabe.</p>
<p>3. Você acha que a seguinte declaração é verdadeira ou falsa? “Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações”.</p> <p>Verdadeira. Falsa. Não sabe.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao serem questionados sobre qual frase se identificariam, apresentadas na primeira questão, a escolhida pela maioria, isto é, por 144 professores (46,5%), foi “procuo o preço mais baixo antes de fazer uma compra” (frase 2), seguida pela frase “prefiro pagar de uma vez e ficar livre de dívidas” (frase 1) por 64 respondentes (20,6%). Do total, 56 professores, o que equivale a aproximadamente 18%, se identificaram com a frase “se posso pagar o valor das parcelas, prefiro comprar a prazo” (frase 3), 42 (13,5%) optaram por “posso esperar para comprar o que quero com desconto” (frase 4) e somente quatro professores (menos de 2%) escolheram “fazer empréstimo não é problema porque tenho emprego e salário garantidos” (frase 5).

A Figura 12 ilustra, em ordem decrescente, as quantidades de professores de acordo com a frase que mais se identifica.

Figura 12 - Frase que mais se identifica

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

A segunda questão identificou a escolha de pagamento em uma situação de compra na qual o valor à vista era o mesmo do valor parcelado em duas vezes e o valor a prazo, em três parcelas, era R\$20,50 mais caro. As respostas de 217 professores (70%) convergiram para a compra à vista, embora não houvesse vantagem em descapitalizar pagando todo o montante, haja vista que não havia desconto. Apenas 26,8% responderam que pagariam em duas parcelas (com o mesmo valor do preço à vista), demonstrando que aplicar o dinheiro ou utilizá-lo para outro fim seria mais lucrativo no momento. Somente oito professores comprariam em três parcelas, e pagariam mais por isso, e dois responderam não saber o que fazer nesta situação.

Para encerrar, a terceira e última pergunta foi retirada da pesquisa de alfabetização financeira de Lusardi e Mitchell (2011) e buscou avaliar o conhecimento sobre risco e diversificação no investimento de ações, informações essas que são cruciais para todo e qualquer investidor. Esta questão revelou noções básicas sobre investimentos por meio da pergunta "Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações". Ao se deparar com esta afirmação, 15 professores disseram que sim, 139 discordaram e 159 não souberam responder.

A partir da análise dos dados, é possível notar que nem todos os docentes relataram fazer as escolhas de planejamento, poupança ativa e uso do crédito de maneira mais assertivas, evidenciando possíveis lacunas no conhecimento de

Educação Financeira, tendência a tomada de decisão intuitiva, guiada pelo Sistema 1 apontado por Kahneman (2012) ou falsas crenças em relação ao dinheiro.

Note-se que a ausência de políticas públicas nas escolas pesquisadas somada aos conhecimentos e ao modelo de tomada de decisões financeiras deficitários, dos professores, indicam que há espaço para divulgar, ampliar e aprofundar informações e o debate sobre o tema, uma vez que os conceitos tratados nos formulários aplicados aos educadores são habitualmente encontrados em situações cotidianas do indivíduo.

De igual modo, estas questões merecem atenção redobrada no momento histórico, político, econômico e social que o país e o mundo atravessam durante a execução deste estudo, período este marcado por uma pandemia de saúde, ocasionada pela doença COVID-19 e que vem acarretando consequências desastrosas para a economia das famílias, do país e do mundo, conforme exposto no capítulo 5.

5 A PESQUISA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

A partir da análise dos dados, nota-se que a hipótese inicial da existência de políticas públicas padronizadas de Educação Financeira nas escolas estaduais de Ensino Fundamental – Anos Iniciais da cidade em questão foi refutada e, portanto, faz-se necessário propor ações iniciais para que a comunidade escolar local possa ter acesso ao conhecimento e às políticas de Educação Financeira nas escolas.

Ademais, o presente estudo aconteceu durante a Pandemia de COVID-19, a qual gerou uma grande crise mundial na área da saúde, trouxe resultados devastadores para a economia global das nações e, conseqüentemente, para a economia das famílias, em especial as de baixa renda. Diante deste contexto, destacam-se, a seguir, algumas conseqüências do colapso pandêmico e como a promoção da Educação Financeira pode ajudar a minimizar tais reflexos.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou ao mundo que uma pandemia assolava diferentes nações. Tratava-se da doença COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que acarreta um quadro clínico podendo variar desde infecções assintomáticas a problemas respiratórios graves e letais. Nesta ocasião, o Brasil já havia revelado seu primeiro caso da doença, na cidade de São Paulo no dia 26 de fevereiro e, desde então monitorava as pessoas com as quais o contaminado tivera contato. Entretanto, em 20 de março de 2020, foi declarada a transmissão comunitária em todo o país.

Badiou (2020) destaca que a pandemia de COVID-19 não foi uma surpresa para a sociedade científica considerando que a SARS-1, ocorrida em 2003 e de menor letalidade, já anunciava a possibilidade de sua segunda geração, a SARS-2 ou Síndrome Respiratória Aguda Grave, provocada por um novo coronavírus. De fato, outras doenças epidêmicas marcaram a história da humanidade e, possivelmente, esta não será a última, entretanto, apesar do avanço tecnológico e científico visível no século XXI, a pandemia atual revelou que a carência nas condições de higiene, como ocorre na China, podem ocasionar catástrofes globais com danos logitudinais.

Para Zizek (2020), a pandemia de COVID-19 veio despertar a atenção dos indivíduos sobre a necessidade de ocorrer grandes catástrofes para a população de uma nação conseguir observar e repensar as características básicas da sociedade em que vive. Muitos puderam enfim “reparar” na precariedade dos serviços de

atendimento básico de saúde e de educação que lhes são oferecidos e que há tempos são banalizados pela sociedade e representantes políticos das nações.

Apesar das anunciações e expectativas científicas de possíveis aparições de novos vírus letais à humanidade, a população mundial e seus governos não se encontravam preparados para enfrentar tal situação e foram postos à prova de um gigantesco desafio: arriscar vidas e continuar expostos ao trabalho para garantir os proventos e mover a economia ou manter o isolamento social, diminuindo o ritmo econômico, para preservar vidas?

Em consonância com esta visão, Kistemann Jr. (2020) aponta para possíveis preocupações evidenciadas pela pandemia da COVID-19, as quais ele intitula como “ruminações”. Para o autor, o momento pandêmico, embora novo e desconhecido, traz impactos previsíveis na economia e na desigualdade social, evidenciando problemas existentes e há tempos ignorados pelos governantes. Para o autor, não se deve normalizar a nova realidade, nem priorizar o “deus-economia” em detrimento da preservação de vidas humana; principalmente da sociedade de baixa renda, exposta ao risco do trabalho durante a pandemia para garantir os proventos e a sobrevivência. Diante deste cenário, as lideranças mundiais precisaram agir rapidamente na tentativa de mitigar os danos e perdas.

Kistemann Jr. (2020) destaca ainda impactos visíveis da pandemia de COVID-19 na sociedade brasileira, os quais refletem diretamente na economia do país e das famílias. No âmbito político, o autor alerta sobre o perigo de atitudes negacionistas em relação aos danos e severidade da doença por parte de lideranças políticas e cita o exemplo de líderes de países orientais já acostumados a combater a incidência de epidemias, que poderiam ter servido de referência de conduta e equilíbrio para as demais nações.

Neste sentido, Tristão e Sonza (2021, p. 2-3) argumentam que “países cujas medidas são mais efetivas no combate ao Corona vírus fazem com que os ratings de aprovação do governo aumentem, diminuindo o risco país e aumentando o crédito internacional”. Dessa forma, a conduta do governo frente à pandemia e sua aprovação, pela população e demais lideranças políticas mundo afora, possibilita maior concessão de crédito internacional e, por consequência, diminui o agravamento do endividamento público e a estagnação das economias, especialmente as emergentes.

Outrossim, Kistemann Jr. (2020) defende maior respaldo financeiro por parte dos governos aos microempreendedores e pequenos empresários frente a crises como esta, evitando demissões, encerramento de atividades jurídicas e o aumento do desemprego local. O autor alerta ainda que a falta de incentivos do governo pode agravar a crise já instaurada em diversos setores da economia acometida pela queda no consumismo desenfreado de produtos, serviços e viagens; mobilizado pelo capitalismo e pelo desejo de exibição e ostentação nas redes sociais.

De fato, de acordo com pesquisas divulgadas após a eclosão da pandemia, diversos setores da economia foram impactados e poderão trazer reflexos para hábitos de consumo das famílias. Para este estudo, destacam-se os seguintes apontamentos:

- Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2020 houve aumento no preço da cesta básica, com alta de 14,09% nos preços de alimentos e bebidas. Tal elevação tem se mantido constante até o momento, acompanhando a taxa acumulada de inflação de 8,06% de maio de 2020 a maio de 2021.

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (2021) indicou um aumento na taxa de desocupação, em todas as faixas etárias, afetando principalmente as mulheres. A taxa de desocupação saltou de 12,2% no 1º Trimestre de 2020 para 14,7% no mesmo período de 2021.

- Conforme análise dos micro dados do PNAD/ COVID-19, realizada pelo Ipea (2020), os rendimentos médios efetivamente recebidos pelos trabalhadores no 2º trimestre de 2020 tiveram uma queda de 18%, recebendo os trabalhadores por conta própria efetivamente apenas 60% do que habitualmente recebiam, os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada 76% do habitual e os trabalhadores do setor privado com carteira e funcionários públicos receberam em média acima de 90% do habitual.

- Dados do Ipea (2020) mostram que 5,2% dos domicílios (cerca de 3,5 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial (AE) e após considerar o AE, a renda domiciliar alcançou 95% do que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais.

- De acordo com a Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da COVID-19 nas Empresas, realizada pelo IBGE na 2ª quinzena de agosto 2020, 33,5% das empresas em funcionamento reportaram que a pandemia teve um efeito negativo sobre a

empresa, 8,1% das empresas em funcionamento reduziram o número de funcionários, 31,4% indicaram dificuldade para fabricar produtos ou atender clientes, 46,8% indicaram dificuldade para acessar fornecedores de insumos, matérias-primas ou mercadorias, 40,3% indicaram dificuldade para realizar pagamentos de rotina e 21,4% das empresas em funcionamento adotaram pelo menos uma medida com apoio do governo.

- Notícias divulgadas no site da Serasa Experian no primeiro semestre de 2021 revelaram um crescimento da busca por crédito de 1,2% das empresas e de 4,9% dos consumidores no mês de abril. Revela ainda queda de 1,4% da atividade do comércio; a transição dos empreendedores para as vendas online, totalizando 73,4% nesta modalidade; o crescimento de 21% de novos microempreendedores individuais (MEIs) em janeiro de 2021 em relação ao mesmo mês de 2020.

- De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em abril de 2021, divulgada pelo site FecomercioSP, oito em cada dez famílias paulistanas possuíam alguma dívida, o maior desde o mesmo período de 2020, quando a capital atingiu 63,7% de lares endividados contra o atual índice de 61,7%. Atualmente, são cerca de 2.452.000 pessoas com dívidas na capital paulista, tendo o cartão de crédito lugar cativo no rol de dívidas.

- Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria – CNI (2020) demonstra que houve redução no consumo de serviços por parte da população após a pandemia e que os efeitos tendem a ser duradouros e refletir em mudança de hábitos como poupar ativamente e reduzir gastos desnecessários. Ademais, a mesma pesquisa revelou que quase um terço da população (32%) conseguiu guardar mais dinheiro ou gastar menos do que antes da pandemia.

- Segundo a pesquisa da FGV Social Covid, *Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020*, foram aferidos na PNADs Covid alguns comportamentos em relação à pandemia nos diferentes estratos econômicos. O segmento mais pobre, alvo do Auxílio Emergencial, apresenta taxas mais baixas de isolamento social, comparados com a média da população total. Em contrapartida, houve uma queda no número de pobres no Brasil (renda domiciliar per capita até ½ salário mínimo) caiu 15 milhões entre 2019 e agosto de 2020, conforme mostra o levantamento de classes econômicas brasileiras coletados durante a pandemia. Estes resultados sugerem que o Auxílio Emergencial impactou mais os níveis de renda dos mais pobres do que as ações ajustadas às necessidades impostas

pela pandemia. A mesma pesquisa mostrou também que os estratos mais abastados com renda acima de dois salários mínimos per capita perderam 4,8 milhões de pessoas. Ademais, observa-se na pesquisa que a redução nas taxas de pobreza coincide com as regiões que possuem maiores parcelas do público-alvo do Auxílio Emergencial.

Outras pesquisas realizadas durante a pandemia e algumas em curso poderiam ser citadas, incluindo questões relacionadas a educação, segurança, trabalho, saúde, qualidade de vida entre outros motes importantes fortemente impactados pela pandemia. Contudo, a fim de síntese para este estudo, torna-se evidente que os resultados das pesquisas citadas acarretam mudança de hábitos de consumo das famílias, haja vista o aumento do preço da cesta básica, aliado ao crescimento na taxa de inflação e desocupação, à queda nos rendimentos médios efetivamente recebidos, ao crescimento da taxa de endividados, à diminuição de indivíduos na faixa de renda acima de dois salários mínimos e aos reflexos do fim do Auxílio Emergencial na renda domiciliar. Ademais, este cenário de restrição e isolamento social revelou sinais de mudanças comportamentais positivas na sociedade, apontando para a diminuição do consumismo exacerbado e para a construção do hábito de poupar para o futuro, apoiados na memória inflacionária e na mentalidade recessiva.

É certo que o impacto da COVID-19 nas empresas durante a pandemia trouxe ao empregador desafios, inseguranças e oportunidades, ocasionando para algumas instituições diminuição no número de funcionários, aumento pela procura de crédito, enquanto que para outras representou oportunidade de inovação e de investimento em tecnologias e aumento das vendas na modalidade online. Por conseguinte, empregadores, empregados e familiares são diretamente afetados pelos caminhos que a empresa trilhar, sejam estes positivos ou negativos.

Diante do exposto, percebe-se que a pandemia externou a necessidade de maior cuidado com o gerenciamento dos recursos, principalmente por parte da população mais pobre ou que tiveram queda nos ganhos dos proventos mensais, levando-os a adaptar a um novo padrão de consumo e estilo de vida para evitar endividamentos desnecessários. Cabe a todos, e principalmente a esta camada da população, planejar os gastos mensais e poupar para o futuro, se possível, utilizando-se do crédito com parcimônia, por meio de escolhas assertivas e conscientes. Em síntese, faz-se urgente e imperativa políticas públicas de Educação Financeira que

levem ensinamentos e informações de forma simplificada e sem morosidade à população em geral, neste momento desafiador e demasiado afetado pela pandemia.

Apesar da pandemia de COVID-19 não compreender o foco central deste estudo, a mesma não poderia deixar de ser mencionada, haja vista sua relevância no cenário nacional nas esferas econômica, social e política. É fato que haverá reflexos e desafios financeiros para as gerações atuais e futuras em decorrência deste período delicado de desemprego, diminuição de renda, perdas no poder de compra devido aos altos índices de inflação, entre outros e, por esta razão, a população brasileira deve se preparar para enfrentar a crise econômica que assola o país.

6 PROPOSIÇÃO DE UM PRODUTO FINAL À COMUNIDADE

Diante da ausência de políticas públicas de Educação Financeira nas escolas estaduais de Anos Iniciais na cidade de Franca, observada a partir dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários aos gestores e, em face da exposição aos reflexos da pandemia de Covid-19, este estudo apresenta, como produto final à comunidade, uma página na internet, contendo informações para melhor gerenciamento dos recursos financeiros pessoais, a fim de informar e orientar de forma simples, dinâmica e de fácil acesso, toda a rede local.

Sem a pretensão de entregar todas as respostas à comunidade escolar atendida pela Diretoria de Ensino de Franca, mas com o objetivo de apresentar as principais informações e diretrizes sobre Educação Financeira e sua abordagem nas escolas, propõe-se que a página digital produzida sobre o tema seja incluída no site oficial da Diretoria, se assim desejarem, e acessada no endereço: <https://encurtador.com.br/dyUX1>. Nesta página, pais, responsáveis, estudantes, professores, funcionários e gestores locais, poderão consultar, gratuitamente, informações fidedignas sobre o tema, com total isenção de interesses comerciais, disponíveis à toda comunidade interessada e visitantes do site.

Foram elencados como **objetivos** da página digital:

- Promover informações sobre a Educação Financeira e Educação Financeira Escolar;
- Orientar o professor sobre seu papel na inserção do tema Educação Financeira no ambiente escolar e das condições mínimas necessárias para debatê-lo junto aos estudantes;
- Levar estudantes, familiares, professores, funcionários, gestores e visitantes da página a refletir sobre os próprios hábitos de planejamento e uso do dinheiro, de poupança ativa, de investimento e de utilização do crédito;
- Possibilitar à comunidade local acesso a informações sobre Cidadania Financeira;
- Direcionar o visitante da página a sites de políticas públicas de Educação Financeira, por meio de links externos;

Para melhor organização e localização das informações, a página apresenta-se estruturada em cinco seções: Educação Financeira, Políticas Públicas de

Educação Financeira, Perguntas frequentes e Depoimentos, como mostra a Figura 13.

Figura 13 - Imagem da página inicial e seções do site



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Cada seção será detalhada a seguir para melhor compreensão da página sugerida.

6.1 Seção 1: Educação financeira

Na primeira seção são apresentadas as abas: *O que é Educação Financeira?*; *Teste: Econômico ou impulsivo*; *Teste: Você sabe dizer NÃO?*; *Quiz de Finanças Pessoais*; *Passo a passo para alcançar um sonho*; e *Vamos jogar?*.

Nesta seção os visitantes podem aprofundar o que sabem sobre Educação Financeira e realizar diferentes testes de autoconhecimento financeiro, clicando em *abas recolhíveis* e *botões* que direcionam para outros sites de órgãos competentes. A primeira aba traz o conceito de Educação Financeira com uma linguagem acessível a crianças, jovens e adultos, embasada na definição criada pelo Banco Central do Brasil (2013), além de apresentar o Decreto 7.397/2010, que deu origem a ENEF.

Em seguida, um bloco com três abas é apresentado, convidando o visitante da página ao autoconhecimento de hábitos de gestão das finanças pessoais, por meio de testes rápidos. Com diversos conjuntos de perguntas e respostas, são oportunizados ao visitante compreender o próprio comportamento financeiro, aprofundar conhecimentos e repensar hábitos pouco saudáveis para alcançar e manter o bem-estar financeiro, isto é, uma vida financeira tranquila.

Ao clicar no primeiro teste, marcado com letra “A” na Figura 14, o visitante é direcionado para a página digital da empresa Boa Vista²⁸, a qual realiza consultas de créditos e cadastros positivos dos consumidores. Nesta aba, é possível realizar um teste rápido e descobrir se possui perfil comportamental *econômico* ou *impulsivo* em relação a finanças. Na segunda aba, marcada com a letra “B”, é possível identificar se o respondente consegue resistir aos impulsos de compra e dizer NÃO a ofertas “irresistíveis” e aos gatilhos utilizados pelo marketing. Para isso, basta responder o teste elaborado sob consultoria da psicóloga Simone Artifon, disponível no site Seu futuro vale mais²⁹. A terceira e última aba, marcada com a letra “C”, leva o visitante ao site Finanças Práticas³⁰, um programa de Educação Financeira criado pela Visa em colaboração com instituições financeiras, organizações não governamentais, órgãos de proteção e defesa do consumidor, universidades e meios de comunicação. Nesta página é possível realizar dezenas de Quiz (perguntas e respostas) sobre finanças pessoais e ampliar a autopercepção sobre hábitos financeiros.

Figura 14 - Testes de autoconhecimento financeiro



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados analisados.

Em continuidade às provocações feitas nos testes sugeridos, a aba seguinte apresenta um carrossel de imagens com um passo a passo criado pela pesquisadora com base nos estudos sobre *foco* de Carol Dweck, *motivação e teoria da expectativa* de Victor Vroom e *meta* de Stephen Covey. As imagens revelam as etapas do

²⁸ Link de acesso à página da empresa Boa Vista: <https://www.consumidorpositivo.com.br/teste-economico-ou-impulsivo/>

²⁹ Link de acesso à página do site Seu futuro vale mais, consulte <https://www.seufuturovalemais.com.br/teste/voce-sabe-dizer-nao>

³⁰ Link de acesso ao site Finanças Práticas: <https://www.financaspraticas.com.br/recursos/quiz>

planejamento de um sonho e podem servir como inspiração para que os desejos dos visitantes do site saiam da esfera das ideias e passem para o campo das ações.

Por fim, “Vamos jogar”³¹ é a última aba da primeira seção, a qual direciona o visitante para o site Vida e dinheiro, da ENEF, e oportuniza a exploração de um divertido jogo em busca da sonhada independência financeira, em uma plataforma aberta e gratuita. No final desta seção, o botão “Contato” permite que o visitante envie suas dúvidas por e-mail diretamente à pesquisadora e autora da página, que poderá responder e coletar possíveis demandas para novas pesquisas.

6.2 Seção 2: Políticas Públicas de Educação financeira

A segunda seção se inicia com as abas removíveis: *O que são políticas públicas?* e *Políticas públicas de Educação Financeira nas escolas*. Ambas explicam aos visitantes como as ações dos governos sobre problemas públicos locais podem impactar a vida da população, garantindo-lhes direitos universais por meio de leis e programas.

A fim de apresentar algumas políticas públicas de Educação Financeira vigentes no Brasil, um bloco com nove ações gratuitas voltadas para a sociedade é exibido nesta seção, possibilitando acesso direto aos sites correspondentes. Entre as iniciativas exibidas estão: Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)³², Programa Educação Financeira nas Escolas (ENEF)³³, Programa Cidadania Financeira (BCB)³⁴, Programa Aprender Valor (BCB)³⁵, Canal do YouTube Vida e Dinheiro (ENEF)³⁶, B3 Educação (B3)³⁷, Código de Defesa do Consumidor (Lei nº

³¹ Link de acesso ao site do jogo TÁ O\$\$O: <http://taosso.vidaedinheiro.gov.br/>

³² Link de acesso ao site da ENEF: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>

³³ Link de acesso ao Programa de Educação Financeira nas escolas: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/para-criancas-e-jovens/>

³⁴ Link de acesso ao Programa Cidadania Financeira: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>

³⁵ Link de acesso ao Programa Aprender Valor: <https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/programa>

³⁶ Link de acesso ao Canal Vida e dinheiro: <https://www.youtube.com/channel/UCnvjUEjxG9xuNDPJ4wdpBtA>

³⁷ Link de acesso ao site do B3 Educação: https://edu.b3.com.br/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_term=b3_educacao-financeira&utm_campaign=b3_educacao_sustentacao_search_institucional_conversao_2021&utm_content=texto-expandido&gclid=CjwKCAjwn6GGBhADEiwAruUcKu0w85yIpBub2zevUGenF4Cx2ArXMlJaUrbVtR6GArOZDoFXpjlL9hoC_vYQAvD_BwE

8.078, de 11 de setembro de 1990)³⁸, Temas Contemporâneos Transversais (BNCC/MEC)³⁹, Programa Meu bolso em dia (Febraban)⁴⁰.

6.3 Seção 3: Programas nas escolas

A terceira seção se inicia com a aba “Breve história”, a qual conta como os programas de Educação Financeira chegaram às escolas, evidenciando a ação fundamental que teve a ENEF e seu programa setorial. A segunda aba explica a razão pela qual a Educação Financeira se faz necessária nas escolas, enfatizando a função primária da família na educação dos filhos e da continuidade no processo educacional no ambiente escolar. Para ilustrar como família e escola podem abordar o tema, duas abas direcionam os visitantes para sites que tratam este mote: “Falando sobre dinheiro com a família”⁴¹ e “Falando sobre dinheiro na escola”⁴². Apesar da página apresentar políticas públicas de Educação Financeira existentes nas escolas, o número de iniciativas reduzido no cenário nacional revela que ainda existem muitos desafios a serem transpostos nos próximos anos, incluindo o processo de capacitação e transformação de professores para se tornarem multiplicadores nas escolas, como mostra a aba “Desafios e Perspectivas futuras”.

Ainda na mesma seção, três abas recolhíveis trazem os pilares do “bom gerenciamento de recursos financeiros”, segundo o Banco Central do Brasil, que são: *planejar o uso de recursos, poupar ativamente e gerenciar o uso do crédito*. Estes pilares foram os mesmos utilizados no questionário estruturado aplicado aos docentes, cujos resultados indicaram a necessidade de aprofundamento.

³⁸ Link de acesso ao Código de Defesa do Consumidor: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm

³⁹ Link de acesso aos Temas Contemporâneos Transversais: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf

⁴⁰ Link de acesso ao site Meu bolso em dia: <https://meubolsoemdia.com.br/simulador-de-sonhos>

⁴¹ Ao clicar nesta aba o visitante é direcionado para o site do Banco Bradesco, na página Educa Kids, a qual pode ser acessada no link: https://banco.bradesco/html/classic/novo-educacao-financeira/educa-kids/template_DinheiroFilho.shtm

⁴² O site da revista Nova Escola aponta algumas possibilidades de abordagem do tema Educação Financeira na sala de aula, conforme disponível no link: <https://novaescola.org.br/conteudo/2139/educacao-financeira>

6.4 Seção 4: Perguntas frequentes

Na quarta seção, algumas perguntas e respostas comuns em sites de Educação Financeira são apresentadas na aba “Perguntas frequentes”, como mostra o Quadro 8:

Quadro 8 - Perguntas e respostas frequentes do site

Como posso planejar meus ganhos e gastos?
Por que devo fazer orçamento financeiro?
O que são receitas e despesas?
Me disseram que tenho crédito em uma loja, o que isto significa?
Como devo usar o meu crédito?
Endividada ou inadimplente?
Quando devo comprar à vista?
Quando devo comprar a prazo?
Por que devo poupar para o futuro?
Só quem tem muito dinheiro pode poupar?
Como potencializar o dinheiro que poupei?
O que é uma reserva de emergência ou de oportunidade?
Tenho dívidas, como devo proceder?

Fonte: Elaborado pela autora.

Para responder as perguntas frequentes apresentadas no Quadro 8, a pesquisadora se apoiou na literatura utilizada neste estudo, bem como no livro “Livre-se das dívidas: como equilibrar as contas e sair da inadimplência”, de Domingos (2012), e no livreto utilizado no Projeto Educação Financeira - Saúde financeira não tem preço, do Instituto Cooperforte e Fundação Banco do Brasil.

6.5 Seção 5: Depoimentos

Finalizando a página sugerida, a quinta e última seção convida os visitantes do site a deixarem comentários e depoimentos pessoais que revelem pontos fortes e pontos de melhoria na gestão dos recursos financeiros, os quais servirão para aprimoramento, atualização e novas postagens da página publicada na internet. Com esta seção, almeja-se gerar prova social e validar os benefícios que o conhecimento sobre planejamento e gestão do dinheiro, poupança ativa, uso do crédito e investimentos podem ocasionar na vida do cidadão; encorajando os visitantes do site a refletir sobre as próprias finanças e buscarem novos conhecimentos sobre o tema.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a necessidade de lidar com o dinheiro na vida adulta e, por esta razão, crianças e adolescentes carecem de desenvolver tal habilidade ao longo da infância e juventude, buscando a melhor compreensão de produtos e serviços financeiros, maior integração nas atividades práticas cotidianas que envolvam o uso do dinheiro, mais conhecimento para planejar, escolher e investir com autonomia na vida adulta.

Assim sendo, o ambiente escolar ocupa um espaço formador importante na Educação Financeira dos estudantes, podendo oferecer ao aprendiz as ferramentas necessárias para a vida adulta cotidiana, além de complementar, estruturar e formalizar os ensinamentos sobre dinheiro introduzidos pela família.

Para tanto, é recomendado que as unidades de ensino mobilizem os tradicionais conhecimentos da Matemática Financeira já contemplados no currículo escolar e introduzam outros que se fizerem necessários, abordando-os nos demais componentes curriculares, por meio de situações concretas de tomada de decisão que envolvam o planejamento de recursos para o futuro, o uso de recursos e de crédito, as formas de poupar e de investir para se obter a qualidade de vida desejada, sob a perspectiva ética que trata Bauman (2008).

Marcos importantes para a incorporação da Educação Financeira no currículo escolar foram apresentados ao longo deste estudo, especialmente a Estratégia Nacional de Educação Financeira (2010), a Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Programa Aprender Valor (2020). Com estas políticas públicas, a Educação Financeira passou a ser um tema possível nas salas de aula de toda a rede pública de ensino brasileira, de modo que as SEDUCs e unidades escolares são corresponsáveis por firmar parcerias e implementar programas voltados aos estudantes em suas redes, bem como oportunizar capacitação adequada aos professores.

Além disso, outras pesquisas na área apontam para a necessidade de aprofundar o debate sobre Educação Financeira nos cursos de graduação e licenciatura, de modo a promover a (trans)formação inicial, atualização e aprofundamento do tema e instrumentalizar os futuros docentes a ministrar aulas sobre o assunto em sala de aula. Baroni (2021) traz uma reflexão sobre como este mote vem sendo tratado no Brasil no âmbito do ensino superior, com foco principal no

curso de licenciatura em Matemática e na disciplina de Matemática Financeira, propondo encaminhamentos para promover a Educação Financeira no curso de licenciatura em Matemática, de forma interdisciplinar e com apoio das tecnologias digitais.

A partir do estudo da autora supracitada, torna-se visível a importância de estender este debate para a revisão dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de licenciatura de Matemática, haja vista que há divergências na grade curricular entre instituições de ensino superior e que os docentes egressos da graduação demonstram pouca segurança em ministrar aulas sobre Educação Financeira. De forma análoga, outros cursos de licenciatura, que trazem nos referenciais curriculares da área de conhecimento a indicação de tratamento do tema, carecem de maior atenção nos cursos de formação inicial e capacitação docente, em especial, o curso de Pedagogia que compreende os docentes dos Anos Iniciais – etapa na qual se deve iniciar o tratamento da EF nas escolas, segundo a BNCC, e que compreende o elemento central deste estudo.

Nesse sentido, políticas públicas que levem conhecimento de Educação Financeira para estudantes e professores das escolas estaduais do Ensino Fundamental – Anos Iniciais – da cidade de Franca se fazem urgentes e necessárias, como mostram as variadas pesquisas apontadas neste estudo sobre a falta de conhecimento financeiro dos adultos no Brasil e no mundo, os altos índices de inadimplência da cidade (ACIF, 2019), os dados do corrente estudo sobre a ausência de programas nas escolas e o conhecimento financeiro deficitário do professor, sem acrescentar as possíveis consequências futuras que a falta de Educação Financeira poderá acarretar na vida das famílias frente ao contexto pandêmico atual.

Vale ainda ressaltar que a Educação deve combater as desigualdades sociais, oportunizando e democratizando a aprendizagem para todos os cidadãos para inclusão no mundo do trabalho e na vida cotidiana (LDBEN, 1996).

Conclui-se, portanto, que as escolas estaduais de Anos Iniciais em Franca (SP) carecem de ações voltadas para a capacitação e transformação de professores, assim como a inclusão de projetos pedagógicos que tratem a Educação Financeira junto aos estudantes no ambiente escolar. Contudo, outras pesquisas futuras se fazem necessárias a fim de melhor compreender e monitorar a implantação e impactos de políticas públicas sedimentadas, visando garantir e ampliar a abordagem do tema em sua totalidade na comunidade escolar local.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Adele; MESSY, Flore-Anne. **Measuring financial literacy: results of the OECD/ International Network on Financial Education (INFE)**. Pilot Study, OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n.15, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en> . Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k9csfs90fr4-en.pdf?expires=1600649956&id=id&accname=guest&checksum=A9CC959E1D11CBFCDC28B5D37C2F71AB>. Acesso em: 20 set. 2020.
- AEF-BRASIL. **1º Mapeamento Nacional das iniciativas de Educação Financeira**. 2013. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/RelatorioEstatisticoENEF.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.
- AEF-BRASIL. **2º Mapeamento Nacional das iniciativas de Educação Financeira**. 2018. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.
- AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório anual 2012**. 2012. São Paulo: AEF. 2012. 40p. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Relatório-Anual-2012_2011.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.
- AEF-BRASIL. **Relatório anual 2019**. 2019. Disponível em: https://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/anuario2019_15out.pdf. Acesso em: 05 mai. 2020.
- AEF-BRASIL. Associação de Educação Financeira do Brasil. **Relatório técnico final projeto piloto Programa Educação Financeira nas escolas: ensino fundamental**. 2016. São Paulo: AEF. 2015/2016. 27p. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Projeto_Piloto_Ensino_Fundamental_Relatorio_Final_2016.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- APPLE, Michael W. **Os Professores e o currículo: abordagens sociológicas**. Lisboa: EDUCA, IAG Artes Gráficas Ltda, 1997.
- ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flávio Estevez. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. Otimização na recuperação de ativos financeiros. Poá: Ed. do Instituto de Estudo e Gestão da Inadimplência (IBeGI), Volume IV, 2014.
- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19. n.40, p. 149-157, out. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/11.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BADIOU, Alain. **Sobre a situação epidêmica**. In. DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Editora Terra sem Amos, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BALTAR, Paulo. **2036 - Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf . Acesso em: 14 jun. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cadernos de educação financeira: gestão de finanças pessoais**. 2013. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf f. Acesso em: 23 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira: definição, papel dos atores e possíveis ações**. 2018. Brasília: BCB, 2018. 47 p. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/conceito_cidadania_financeira.pdf . Acesso em: 23 set. 2020.

BANCO MUNDIAL. **ONU BRASIL**. [s.d]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are> . Acesso em: 15 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução L. A. Reto & A. Pinheiros. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BARONE, Francisco Marcelo, SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, nov/dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/12.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

BARONI, Ana Karina Cancian. **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: possibilidades para a formação inicial do professor**. 2021. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2021.

BARROS, Flávia Regina de. **Mediação e afetividade: histórias de mudanças na relação sujeito-objeto**. In: LEITE, S. A. S. (Org.) Afetividade e práticas pedagógicas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIANCARELLI, André Martins. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 1, n. 58, p. 263– 288, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p263-288>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n58/a12n58.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

BLACKWELL, Roger; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. Tradução técnica Eduardo Teixeira Ayrosa. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

BM&FBOVESPA. **Resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas**. jun. 2012. Disponível em: http://www.aefbrasil.org.br/wp-content/uploads/Release_BMFBOVESPA.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 5.685, de 25 de janeiro de 2006**. Institui o Comitê de regulação e fiscalização dos mercados financeiros de capitais, de seguros, de previdência e capitalização - Coremec. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5685-25-janeiro-2006-540598-publicacaooriginal-41102-pe.html>. Disponível em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Deliberação nº 1, de 5 de maio de 2011**. Institui o Regimento Interno do Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF. p. 35. 2011.

BRASIL. **Deliberação nº 19, de 16 de maio de 2017**. Estabelece diretrizes para o Programa Educação Financeira nas Escolas, durante a vigência do programa e ações de educação financeira no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). 2017a. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4707275/do1-2018-02-28-deliberacao-n-19-de-16-de-maio-de-2017-4707271. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. BNCC. Brasília: MEC, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **Contextualização temas contemporâneos transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos**. 2019. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. LDBEN/96. **Lei das Diretrizes Bases da Educação**. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília. DF. 1998.

BRAUNSTEIN, Sandra e WELCH, Carolyn. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy**. Federal Reserve Bulletin. Nov, 2002. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2020.

BROWN, Martin, & GRAF, Roman. **Financial literacy and retirement planning in Switzerland**. v. 2, 6 ed., n. 6. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5038/1936-4660.6.2.6>. Disponível em: <https://scholarcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1133&context=numeracy> . Acesso em: 23 set. 2020.

BUAES, C. S.; COMERLATO, D.; DOLL, J. **Caderno de Educação Financeira: viver bem com o dinheiro que se tem**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 45p.

CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva (Org). **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: pesquisas e reflexões**. Taubaté: Editora Akademy, 2020.

CFEE. **Canadian Foundation for Economic Education**. Supporting the Professional Development of Teachers. c2020. Disponível em: <https://cfee.org/program/money-and-youth-workshops/>. Acesso em: 11 set. 2020.

CFPB. Consumer Financial Protection Bureau. **About us. The Bureau. United States government**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.consumerfinance.gov/about-us/the-bureau/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

CFPB. Consumer Financial Protection Bureau. **Building blocks youth achieve financial capability**. Report brief, set. 2016. Disponível em: https://files.consumerfinance.gov/f/documents/092016_cfpb_BuildingBlocksReportBrief_web.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CIALDINI, R. B. **As Armas da Persuasão: como influenciar e não se deixar influenciar**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012. 304p

CNI. Confederação Nacional da Indústria. Poupança e Consumo. **Retratos da Sociedade Brasileira**. Ano 9, n. 54 (dezembro 2020) – Brasília: CNI, 2020. v. il. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/rsb-54-poupanca-e-consumo/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. **Participation in American politics: the dynamics of agenda-building**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.

CONEF. **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental**. v.1 ao 9. 1 ed., Elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2014. Disponível em:

<http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/ensinofundamental/> . Acesso em: 26 mai. 2020.

CUNHA, M. P. O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil. **Educação & Sociedade**. v. 41, ed.218463, 2020.

DATA POPULAR. **A Educação Financeira no Brasil: relatório quali-quanti**. 2008.

DCN. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological Bulletin**. n. 95, p. 542-575, 1984.

DOMINGOS, Reinaldo. **Livre-se das dívidas: como equilibrar as contas e sair da inadimplência**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras palavras e autonomia literária, 2018.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Conceito de Educação Financeira no Brasil**. Brasil. 2017a. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron=1591905131.6031389236450195312500. Acesso em: 11 jun. 2020.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Ecossistema de Educação Financeira**. 2017b. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/ecossistema/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Efeitos de Longo Prazo da Educação Financeira em Escolas Brasileiras: evidências e sugestões de políticas**. 2019. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/3_EF_escolas_reduzido.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Governança**. 2017c. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/governanca/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor da Enef: Anexos**. 2011a. Disponível em: http://www.vidaedinheiro.gov.br/wpcontent/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor da Enef**. 2011b. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Programas Transversais**. 2017d. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-transversais/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

EYNG, Ana Maria. **Currículo Escolar**. Curitiba: Ibpx, 2007.
FECOMERCIO SP. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. Download tabelas, Série histórica. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>. Acesso em: 01 jun. 2020.

FGVSOCIAL. **Centro de Políticas Sociais. Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020**. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/NemNem/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

FIORI, Diogo Del, *et al.* O efeito da Educação Financeira sobre a Relação entre Adimplência e Trabalhadores na Cidade de Manaus. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**. Rio Grande do Sul, v. 21, n. 2, p. 31-46, maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v21n2-7215>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/7215/5204>. Acesso em: 12 set. 2020.

FMI. **Fundo Monetário Internacional**. Nações Unidas Brasil. [s.d.]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fmi/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

FREITAS, Mara Luiza Gonçalves; RIBEIRO, Vinícius Valadares; SOUZA, Antônio Arthur de. Políticas Públicas, Educação Financeira e Currículo da Educação Básica: um estudo exploratório. **Revista de Administração e negócios da Amazônia**. v. 9, n 2, p. 1-18, Especial 2017. DOI: <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v9n2p1-18>. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1682>. Acesso em: 14 jun. 2020.

GOVERNMENT OF CANADA. **Financial literacy in Canada**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy.html>. Acesso em: 12 jun. 2020.

HOFMANN, Ruth Margareth. **Educação Financeira no currículo escolar: uma análise comparativa das iniciativas da Inglaterra e da França**. 2013. 329 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

IBGE. **Estimativas da população com referência a 1º de julho de 2019**. 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7d410669a4ae85faf4e8c3a0a0c649c7.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

IBGE. **Estimativas da população com referência a 1º de julho de 2020**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 08 mai. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. 1º Trimestre de 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 01 jun. 2021.

IBGE. **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas**. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

IPEA. Carta de conjuntura: **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: o que dizem os microdados da PNAD covid-19**. n. 48, 3º trimestre de 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/07/ipea-03.jul_.2020.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar duas formas de pensar**. São Paulo: Objetiva, 2012.

KASZNAR, Istvan Karoly. Marketing, políticas de crédito e inadimplência. Vender bem e evitar o mau pagador: Um desafio permanente. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 51-70, mai./ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v3i2.87>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11012/7807>. Acesso em: 23 set. 2020.

KATONA, G. **Psychological economics**. New York: Elsevier, 1975.

KISTEMANN JÚNIOR, Marco Aurélio. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores**. 2011. 301 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102096>. Acesso em: 07. set. 2021.

KISTEMANN JR, Marco Aurélio. **Ruminações, estranhamentos e proposições para se pensar sobre a futura “nova normalidade”**. In: SEVAROLLI, Fernanda e KISTEMANN, Marco. **Pandebook: Cabeças Pensantes na Pandemia - Volume 1**, eBook Kindle, 2020.

KUNTZ, Eduardo Ribeiro. **A Matemática Financeira no Ensino Médio como fator de fomento da Educação Financeira: resolução de problemas e letramento financeiro em um contexto crítico**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antonio Guimarães; SANTOS, Sergio Cipriano dos. A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **IX SEMEAD**, 2006. São Paulo. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

LUNT, P. K.; LIVINGSTONE, S. M. Psychological, social and economic determinants of saving: Comparing recurrent and total savings. **Journal of Economic Psychology**. v. 12, n. 4, p. 621-641, 1991.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Oliveira S. Financial Literacy Around The World: An Overview. **Journal of Pension Economics and Finance**. Cambridge University Press, v. 10, n 4, p. 497-508, out./jan. 2011a. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17107.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Oliveira S. **Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for Financial Education Programs**. Michigan Retirement Research Center. Research Paper No. WP 2006-144. Jan. 2007.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Oliveira S. **Financial Literacy and Planning: Implications for Retirement Well - being**, In: Financial Literacy. Implications for Retirement Security and the Financial Marketplace, Oxford University Press, p. 17 – 39, 2011b. DOI: 10.3386/w17078. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w17078.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

MILLER, Steven L., & VANFOSSSEN, Phillip J. (2008). **Recent research on teaching and learning of precollegiate economics**. In: Linda S. Levstik & Cynthia A. Tyson (eds.), Handbook of research in social studies education (p. 284–304). New York: Routledge, 2008.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 237-248, set. 1993. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

MONTICONE, Chiara. How Much Does Wealth Matter in the Acquisition of Financial Literacy? **The Journal of Consumer Affairs**. v. 44, n. 2, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01175.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-6606.2010.01175.x>. Acesso em: 23 set. 2020.

MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução**. In: MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994. p. 7-37.

MUNDY, Shaun. **Financial Education Programmes in school: Analysis of selected current programmes and literature draft Recommendations for best practices**. OCDE journal: General papers, OCDE. v. 2008. n.3. 2008. Disponível em: <https://www.lafinancepourtous.com/IMG/pdf/Mundy-final.pdf> . Acesso em: 06 set.21.

OLIVEIRA, Anaelize dos Anjos; SANTOS, Laís Thalita Bezerra dos; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. Do exercício aos cenários para investigação: A aplicação de atividades de educação financeira por professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Paranaense de Educação Matemática**. Campo Mourão, v.6, n.12, p.158-186, jul-dez. 2017.

ONU-BR. Nações Unidas no Brasil. **A Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Brazil: Implementing the National Strategy. A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD.** 2013. Disponível em:

http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf. Acesso em: 04 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Improving financial literacy: Analysis of issues and policies.** OECD.

2005a. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/finance-and-investment/improving-financial-literacy_9789264012578-en#page1. Acesso em: 25 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD's Financial Education Project.** 2004. Disponível em:

<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/33865427.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Measuring financial literacy: Questionnaire and guidance notes for conducting an internationally comparable survey of financial literacy. **Periodical**

Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial Literacy. 2011.

Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/49319977.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness. Directorate for Financial and Enterprise Affairs.** jul.

2005b. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

PACHECO, José; OLIVEIRA, Davi Eiji Furutani de; NARITA, Felipe Ziotti. A educação como projeto de corresponsabilização: práticas, saberes e mudança social no século XXI / Education as a project of co-responsibilization: practices, knowledge, and social change in the 21th century. **Cadernos CIMEAC**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 5-14, jan. 2017. ISSN 2178-9770. DOI: <https://doi.org/10.18554/cimeac.v6i2.1920>.

Disponível em:

<http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1920>. Acesso em: 05 jul. 2021.

PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos; MUNIZ JUNIOR, Ivail; KISTEMANN JUNIOR, Marco Aurélio. Cenários sobre educação financeira escolar:

entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática.

Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana. Pernambuco, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2018. DOI: <https://doi.org/10.36397/emteia.v9i1.236528>.

Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/236528/pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes; KIRCH, Guilherme. Determinantes da Alfabetização Financeira: análise da Influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v26n69/1808-057x-rcf-26-69-00362.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

RAMOS, Juliana Teixeira do Vale; SANTOS, Silvana Claudia dos. Discutindo sobre a Educação Financeira nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista BOEM**. Joinville, v. 4, n. 7, p. 62-81, ago./set. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana%20Emilia/Desktop/Textos%20camila/8572-Texto%20do%20artigo-28359-1-10-20161209.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SANTANA, Marcos Vinicius Sousa. **Educação Financeira no Brasil: um estudo de caso**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Universitário UMA. Belo Horizonte, 2014.

SANTOS, Graziella Souza dos. **Recontextualizações Curriculares: uma análise sobre os processos curriculares no âmbito do planejamento e das práticas pedagógicas de ensino dos professores**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. **Novo Currículo Paulista**. São Paulo. 2019. Disponível em: http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/pdf/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf. Acesso em: 06 abr. 2020.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6620>. Acesso em: 23 set. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEDUC-SP. **Professores têm até essa sexta-feira (12) para se inscreverem em curso sobre educação fiscal**. 12/09/2014. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/professores-tem-ate-essa-sexta-feira-12-para-se-inscreverem-em-curso-sobre-educacao-fiscal/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SEDUC-SP. **Último dia de inscrições no Prêmio Nacional de Educação Fiscal**. 10/08/2019. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/ultimo-dia-de-inscricoes-no-premio-nacional-de-educacao-fiscal/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SERASA EXPERIAN. Estudos e Pesquisas. **Apesar dos impactos, 90% das PMEs enxergam oportunidades na pandemia, revela pesquisa inédita da Serasa Experian.** Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/noticias/apesar-dos-impactos-90-das-pmes-enxergam-oportunidades-na-pandemia-revela-pesquisa-inedita-da-serasa-experian/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SILVA, Amarildo Melchiades da; POWELL, Arthur Belford. Educação Financeira na Escola: a perspectiva da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Boletim GEPEM.** n. 66, p. 3-19. jan./jun. 2014. DOI:10.4322/gepem.2015.024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283196787_EDUCACAO_FINANCEIRA_NA_ESCOLA_A_PERSPECTIVA_DA_ORGANIZACAO_PARA_COOPERACAO_E_D ESENVOLVIMENTO_ECONOMICO. Acesso em: 14 jun. 2020.

SILVA, Guilherme de Oliveira, *et al.* Alfabetização Financeira versus Educação Financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade.** UNEB, Salvador, v. 7, n. 3, p. 279- 298, set./dez., 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/download/3726/2444>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SILVA, Lindomar Coutinho da. **Emoções e sentimentos na escola: uma certa dimensão do domínio afetivo.** 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Ilhéus, 2002.

SPC BRASIL. **Pesquisa Educação Financeira.** jan. 2015. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_2015.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

TRISTÃO, Pâmela Amado; SONZA, Igor Bernardi. **Lideranças mundiais e Covid: como medidas de combate à pandemia podem influenciar a concessão de crédito internacional.** Textos para discussão. FAPERGS. 14/05/2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2021/05/Textos-para-Discussao-30-Liderancas-mundiais-e-a-covid-na-concessao-de-credito-internacional.pdf> . Acesso em: 11 jun. 2021.

VANDERLEY, Matheus Silva; SILVA, Jean Gomes dos Santos; ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). Educação Financeira na Infância e Adolescência e Seus Reflexos na Vida Adulta: Uma Revisão de Literatura. **JNT- Facit Business and Technology Journal.** V. 1, n. 20, 2020. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/825>. Acesso em: 15 dez. 2020.

VIEIRA, Glauciane; PESSOA, Cristiane. Educação Financeira pelo mundo: Como se organizam as Estratégias Nacionais? **Educação Matemática Pesquisa.** São Paulo, v.22, n. 2, p. 658-688, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em: 12 jan. 2021.

WORLD BANK. **Measuring financial capability and the effectiveness of financial education.** jun. 2012. Disponível em: www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2012/06/18/000333037_20120618033233/Rendered/PDF/663900REPLACEMENT0Booklet015June2012.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Um golpe como “Kill Bill” no capitalismo.** In. DAVIS, Mike, et al: *Coronavírus e a luta de classes.* Brasil: Terra sem Amos, 2020.